



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Sandra Sofia Lopes Pereira

**A POLÍTICA SOCIAL DE UMA GRANDE EMPRESA
INDUSTRIAL NUM TERRITÓRIO DE BAIXA
DENSIDADE POPULACIONAL: A *GENERAL
MOTORS* EM PONTE DE SOR**
SUGESTÃO DE MUSEOGRAFIA

Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, orientada pelo Professor Doutor Carlos Manuel dos Santos Alves Ferreira Faísca, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

13 De Outubro de 2022

FACULDADE DE LETRAS

A POLÍTICA SOCIAL DE UMA GRANDE EMPRESA INDUSTRIAL NUM TERRITÓRIO DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL: A *GENERAL MOTORS* EM PONTE DE SOR

SUGESTÃO DE MUSEOGRAFIA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	A Política Social de uma Grande Empresa Industrial num Território de Baixa Densidade Populacional: a <i>General Motors</i> em Ponte de Sor
Subtítulo	Sugestão de Museografia
Autor/a	Sandra Sofia Lopes Pereira
Orientador/a(s)	Carlos Manuel dos Santos Alves Ferreira Faísca
Júri	Presidente: Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes
	Vogais:
	1. Doutor António Manuel Antunes Rafael Amaro
	2. Doutor Carlos Manuel dos Santos Alves Ferreira Faísca
Identificação do Curso	2º Ciclo em Património Cultural e Museologia
Área científica	Museologia
Especialidade/Ramo	Museologia
Data da defesa	13-outubro-2022
Classificação	16 Valores

Agradecimentos

Ao meu companheiro Mário Alfaia

Ao meu Orientador Carlos Manuel Faísca

A todos os antigos trabalhadores da INLAN/DELPHI, que deram o seu tempo e partilharam as suas histórias

RESUMO

A Política Social de uma Grande Empresa Industrial num Território de Baixa Densidade Populacional: a General Motors em Ponte de Sor – Sugestão de Museografia

O património industrial, devido a ser um dos últimos tipos de património a ser reconhecido, ainda se debate com conotações negativas que a população em geral ainda associa aos espaços fabris, como: lugares de conflitos sociais e sindicais, agentes poluidores e de degradação urbana, principalmente aquando do seu abandono. Mesmo assim, têm sido diversos os espaços que têm sido alvo de projetos de recuperação e adaptação ao longo dos anos para aí serem desenvolvidos museus industriais ou até para novos usos (dependendo da dimensão que têm, condições de conservação e funcionalidade).

A intervenção nos espaços industriais - e a sua própria reconversão - dependem da conservação e da história que representam no território em que estão inseridos - ou valor afetivo - que a sua memória tem nas comunidades. Para a valorização do património industrial do objecto de estudo deste trabalho e das memórias dos que por nele passaram levantam-se algumas questões: O que se pretende com a valorização, proteção e musealização do antigo espaço Fabril da INLAN/DELPHI?; O investimento e adaptação a novos espaços descaracterizarão o património industrial deixando de fazer sentido a musealização do mesmo?; Como se aliará a nova função do antigo espaço industrial ao espaço de memória da história industrial da INLAN/DELPHI?; Que discurso museográfico melhor se adequará, tendo em conta não só a dicotomia de utilidade do espaço como das fontes recolhidas?.

Com este trabalho procura-se, assim, reabilitar o património industrial e valorizar a relação da antiga fábrica INLAN/DELPHI com a cidade de Ponte de Sor, ao interpretar e divulgar a sua evolução e o impacto provocado na região, além das memórias dos que habitaram este complexo industrial.

Para a implementação deste projeto, enquanto realidade museológica, pretende-se chegar a um número de antigos operários que estejam dispostos a partilhar as suas experiências e que assim venham reforçar o papel de um futuro museu que envolva os seus cidadãos, de forma a enriquecer e diversificar os dados e informações sobre a dinâmica empresarial e os impactos sociais e emocionais provocados na comunidade local. Para tal, será necessário: localizar e registar documentação escrita e/ou material ligada à INLAN/DELPHI de Ponte de Sor e registar em formato sonoro e fílmico as memórias orais dos antigos operários, para se proceder à sua análise e estudo aprofundado.

Deste modo pretende-se reiterar a importância da preservação do património industrial, mais propriamente das memórias dos seus intervenientes e analisá-las à luz do seu tempo e os impactos sentidos numa localidade de baixa densidade populacional e rural, cumprindo um pilar das funções dos museus - o Estudo e Investigação -, segundo a Lei-quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. A análise da informação recolhida permitirá posteriormente apresentar uma sugestão museográfica devidamente adaptada ao tema de uma exposição em específico e do próprio espaço museológico.

Palavras-chave: Museu, Património Industrial, Política Social, Fontes Oraís, Ponte de Sor

ABSTRACT

The Social Policy of a Large Industrial Company in a Low Population Density Territory: General Motors in Ponte de Sor – Museography Suggestion

Industrial Heritage, due to being one of the last types of heritage to be recognized, still struggles with negative connotations that the general population still associates with industrial spaces, such as: places of social and union conflicts, polluting agents and urban degradation, especially at the time of their abandonment. Even so, there have been several spaces that have been the subject of restoration and adaptation projects over the years to develop industrial museums there or for new uses (depending on their size, conservation conditions and functionality).

Intervention in industrial spaces - and their own reconversion - depend on the conservation and history they represent in the territory in which they are inserted - or affective value - that their memory has in the communities. For the valorization of the Industrial Heritage of the object of study of this work and the memories of those who passed through it, some questions arise: What is intended with the valorization, protection and musealization of the former INLAN/DELPHI Factory space?; Will the investment and adaptation to new spaces de-characterize the industrial heritage, making its musealization no longer make sense?; How will the new function of the old industrial space be combined with the memory space of INLAN/DELPHI's industrial history?; Which museographic discourse will best suit, taking into account not only the dichotomy of utility of the space but also of the sources collected?

This work seeks to rehabilitate the industrial heritage and enhance the relationship of the former INLAN/DELPHI factory with the city of Ponte de Sor, by interpreting and disseminating its evolution and impact on the region, in addition to the memories of those who lived in this industrial complex.

For the implementation of this project, as a museological reality, it is intended to reach a number of former workers who are willing to share their experiences and thus reinforce the role of a future museum that involves its citizens, in order to enrich and diversify data and information about business dynamics and the social and emotional impacts caused in the local community. To this end, it will be necessary to: locate and record written documentation and objects linked to the INLAN/DELPHI of Ponte de Sor and record in sound and film format the oral memories of former workers, proceeding to their analysis and in-depth study.

In this way, it is intended to reaffirm the importance of preserving the Industrial Heritage, more specifically the memories of its stakeholders and analyzing them in the light of their time and the impacts felt in a low-population and rural location. Fulfilling a pillar of the functions of museums – Study and Research-, according to the Framework Law for Portuguese Museums - Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. The analysis of the information

collected will allow later to present a museographic suggestion duly adapted to the purpose of the exhibition and the museum space.

Keywords: Museum, Industrial Heritage, Social Policies, Oral Sources, Ponte de Sor

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICAÇÃO DO CASO DE ESTUDO	1
1.2 OBJETIVOS E ESTRUTURA DO TRABALHO	3
1.3 METODOLOGIA: MÉTODOS DA HISTÓRIA ORAL E FONTES ESCRITAS	4
1.4 ESTADO DA ARTE.....	10
2. PATRIMÓNIO INDUSTRIAL	14
2.1 CONCEITO DE PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL	14
2.2 SALVAGUARDA: PATRIMÓNIO MATERIAL E PATRIMÓNIO IMATERIAL INDUSTRIAIS.....	16
2.3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO	18
3. POLÍTICAS SOCIAIS EMPRESARIAIS	22
3.1 POLÍTICAS SOCIAIS EMPRESARIAIS: DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO	22
3.2 IMPACTOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS COMUNIDADES INDUSTRIAIS	25
4. CASO DE ESTUDO: A GENERAL MOTORS EM PONTE DE SOR	32
4.1 PONTE DE SOR: DE VILA A CIDADE: O IMPACTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NUM TERRITÓRIO RURAL	32
4.2 A INSTALAÇÃO DA INLAN/DELPHI EM PONTE DE SOR.....	34
4.3 A POLÍTICA SOCIAL DA INLAN/DELPHI	37
4.3.1 SAÚDE.....	40
4.3.2 EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO	47
4.3.3 CULTURA/LAZER	52
4.3.4 FAMÍLIA/MATERNIDADE	55
5. O IMPACTO DAS POLÍTICA SOCIAL DA INLAN/DELPHI EM PONTE DE SOR: APRESENTAÇÃO E SUGESTÃO DE MUSEOGRAFIA	58
5.1 MUSEALIZAÇÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL: DESAFIOS E BENEFÍCIOS	58
5.2 EXEMPLOS DE MUSEUS INDUSTRIAIS: MUSEU METALÚRGICA DUARTE FERREIRA E MUSEU DE PORTIMÃO	60
5.3 PROPOSTA PARA O CASO DE ESTUDO	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS	78
ANEXOS.....	84

ÍNDICE DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

GRÁFICO 1 – GÊNERO E IDADE DOS PARTICIPANTES NO QUESTIONÁRIO	8
GRÁFICO 2 – IDADE DOS PARTICIPANTES NO QUESTIONÁRIO	8
GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO POPULACIONAL, EXPRESSA EM PORCENTAGEM, DE PORTUGAL, DISTRITO DE PORTALEGRE E CONCELHO DE PONTE DE SOR, 1960-2001	33
GRÁFICO 4 – PROVENIÊNCIA GEOGRÁFICA DOS ENTREVISTADOS.....	39
GRÁFICO 5 – FUNÇÕES NA INLAN/DELPHI.....	39
GRÁFICO 6 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS ENTREVISTADOS.....	40
FIGURA 1 – RECONVERSÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL DA CONSERVEIRA LA ROSE, PORTIMÃO, EM ÁREA IMOBILIÁRIA	19
FIGURA 2 – PIRÂMIDE DE RSC RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA - ADAPTADA DE CARROLL (1991)	23
FIGURA 3 - FOCOS DE AÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	26
FIGURA 4 - BENEFÍCIOS DE REPORTAR AS PRÁTICAS DE SER - ADAPTADA DE WBCSD (2002)	27
FIGURA 5 – SECÇÃO DE AUTOCLAVES DA FÁBRICA ROBINSON, PORTALEGRE	29
FIGURA 6 – INSTALAÇÕES DA CIMBOR EM PONTE DE SOR (1969-1980)	35
FIGURA 7 – INSTALAÇÕES DA INLAN/DELPHI EM PONTE DE SOR (1980-2009).....	36
FIGURA 8 – TABELA OFTALMOLÓGICA DO GABINETE DE MEDICINA DA INLAN/DELPHI	41
FIGURA 9 – COMUNICAÇÃO AOS TRABALHADORES DAS CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO DE SAÚDE DA INLAN/DELPHI EM VIGOR A PARTIR DE 16 DE JANEIRO DE 1991	46
FIGURA 10 – CERTIFICADO DE FORMAÇÃO INTERNACIONAL DE UM TRABALHADOR DA INLAN/DELPHI	48
FIGURA 11 – COMUNICAÇÃO AOS TRABALHADORES DA IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA NO TRABALHO, BEM COMO DA ACTUALIZAÇÃO DOS APOIOS MONETÁRIOS ÀS FAMÍLIAS.....	51
FIGURA 12 – PROVA DE ATLETISMO PROMOVIDA PELA INLAN/DELPHI NAS SUAS PRÓPRIAS INSTALAÇÕES.....	54
FIGURA 13 – VISTA DO INTERIOR DO MUSEU DA METALÚRGICA DUARTE FERREIRA .	64
FIGURA 14 – VISTA DO INTERIOR DO MUSEU DE PORTIMÃO	67
FIGURA 15 - FASES DO PROCESSO DE CONCEÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO.....	72
FIGURA 16 - RECOMENDAÇÃO PARA O ESTUDO E VIABILIDADE DE UMA EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA.....	73
TABELA 1 - QUESTÕES EFETUADAS NO QUESTIONÁRIO.....	9
TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS	9
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE PONTE DE SOR	32
ANEXOS	
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ENTREVISTADOS AQUANDO DA ENTREVISTA	85
ANEXO 2 – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO.....	87
ANEXO 3 – INQUÉRITO INICIAL VIA <i>GOOGLEFORMS</i>	88

1. INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICAÇÃO DO CASO DE ESTUDO

O património industrial ainda é um novo território para a investigação histórica e oferece o acesso a uma diversificada e larga informação de dados que complementam as fontes históricas. Em Portugal tem nascido uma nova geração de museus ligados ao património industrial com a adaptação destes antigos espaços industriais a novas funções, além da museológica. O que testemunha que estes espaços mesmo com novas utilizações - muitas vezes distintas da sua função original - podem ser aliados à musealização para assim continuarem a testemunhar o seu passado e a tornarem-se em objetos de interesse e em referências para o turismo cultural, que atrai novos visitantes e mantém o legado do seu passado, sem existir um completo corte com a sua própria história e a consequente descaracterização da identidade local.

Nesse sentido, para uma valorização sustentável do património industrial e para o desenvolvimento de um processo de musealização, é fulcral e necessário o envolvimento das comunidades locais, analisar as suas perspetivas, necessidades e aproveitar os seus saberes e memórias para a construção do discurso museológico e para a revitalização dos espaços industriais.

Destaca-se a importância dessa estratégia e importância de iniciativas com o envolvimento das comunidades locais na própria Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO: “Entende-se por «património cultural e imaterial» as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural.” (UNESCO 2003 p.2).

Assim, segundo a nova definição de “museu” por parte do ICOM: “*A museum is a not-for-profit, permanent institution in the service of society that researches, collects, conserves, interprets and exhibits tangible and intangible heritage. Open to the public, accessible and inclusive, museums foster diversity and sustainability. They operate and communicate ethically, professionally and with the participation of communities, offering varied experiences for education, enjoyment, reflection and knowledge sharing.*” (ICOM 2022).

Consequentemente, a presente dissertação pretende constituir uma reflexão em torno da importância da preservação, salvaguarda e reutilização do património industrial e apontar caminhos metodológicos para o seu estudo e valorização a partir de um caso concreto: a unidade fabril da INLAN/DELPHI de Ponte de Sor – uma das unidades de produção automóvel da GENERAL MOTORS na Europa.

Esta fábrica, devido ao desenvolvimento da sua atividade, impactou no tecido económico-social de tal forma que alterou o próprio contexto local de Ponte de Sor. Com este trabalho

pretende-se garantir e preservar o legado histórico da INLAN/DELPHI através de um trabalho de investigação que suporte a musealização parcial do antigo espaço fabril incluindo também a cultura imaterial e a memória coletiva da comunidade.

A necessidade da musealização do espaço nasce da importância da fábrica para a comunidade local e regional, acrescida com o encerramento da atividade industrial em 2009 e mais recentemente com a sua aquisição por parte do Município de Ponte de Sor, que manifestou o interesse no desenvolvimento de um projeto de musealização¹. Surge, então, a oportunidade para a construção de um espaço museológico, que independentemente do projeto de reconversão da antiga fábrica num centro empresarial na área tecnológica², não o impede nem inviabiliza e até o integra, pois mantém-se a ligação com a origem do lugar e cria-se uma perspetiva de “novos habitantes” empresariais.

A fim de se cumprir a Lei-quadro dos Museus Portugueses, é crucial o estudo e investigação relativos aos temas afectos à história da INLAN/DELPHI em Ponte de Sor. Segundo o artigo 8.º da Lei n.º47/2004 de 19 de Agosto: “O estudo e a investigação fundamentam as acções desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu, designadamente para estabelecer a política de incorporações, identificar e caracterizar os bens culturais incorporados ou incorporáveis e para fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.” (Lei-quadro dos Museus 2004).

O trabalho de investigação apresenta-se, portanto, como um ponto fulcral e obrigatório para a criação de conteúdos que venham a servir o desenvolvimento dos espaços expositivos e a constituição do seu próprio acervo, que nesta fase embrionária ainda não existe, o que concede a este trabalho um carácter pioneiro e original, com todos os benefícios e desafios daí decorrentes.

Com todo um conjunto de trabalho e temas ainda por desenvolver optou-se pela humanização dos espaços industriais, que envolve as comunidades locais e a participação dos antigos trabalhadores, através da recolha oral para a construção do discurso museográfico. A opção por este método reforça a valorização do património industrial por parte das comunidades locais, o que contribui para a sua interpretação e valorização das experiências profissionais nesses meios: «O Património Industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário.» (TICCIH 2003 p.4).

De facto, o sentimento de pertença e o reconhecimento por parte da própria população local (manifestada na maioria dos casos por antigos trabalhadores da fábrica) revelou-se um factor decisivo para o avançar do trabalho de investigação sobre a fábrica INLAN/DELPHI. Numa fase exploratória e inicial do trabalho de investigação, percebeu-se que um dos factores mais frequentemente referidos pelos trabalhadores - e até pela população local - era a Política Social da empresa.

¹ Informação disponibilizada através do *site* oficial do Município de Ponte de Sor: <https://www.cm-pontedesor.pt/foi-ontem-assinada-a-escritura-de-compra-das-instalacoes-da-delphi/>

² Informação disponibilizada através do *site*: <https://construir.pt/2020/08/31/camara-de-ponte-de-sor-vai-construir-centro-empresarial-na-area-tecnologica/>

Sendo este um tema bastante consensual entre a comunidade e indicado como um dos elementos diferenciadores no contexto social local, optou-se pelo estudo sobre os impactos que a política social da INLAN/DELPHI trouxe num território de baixa densidade e predominantemente rural, sabendo da impossibilidade prática de estudar todos os aspetos do passado desta empresa a partir de uma Dissertação de Mestrado.

Com este trabalho de investigação cumpre-se um dos objectivos basilares na construção de um espaço museológico que é o estudo e a investigação. Será, então, através dos dados recolhidos – a política social da empresa e a sua especificidade (a recolha oral) - que propor-se-á um discurso expositivo devidamente adequado, recorrendo a exemplos de museus industriais que sigam o mesmo modelo expositivo pensado para o espaço museológico da antiga fábrica INLAN/DELPHI de Ponte de Sor.

1.2 OBJETIVOS E ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta dissertação apresenta um conjunto de objetivos, conceitos, metodologias e procedimentos que servem para o processo de construção e desenvolvimento de uma sugestão de museografia, assente em informação e dados recolhidos através de diversas fontes, mas com foco especial nas orais. Pretende-se, portanto, definir os seguintes objetivos:

- Identificar a política social da INLAN/DELPHI: conhecer e sistematizar a política social aplicada pela empresa;
- Integrar essas políticas no contexto local, nacional e internacional da época: analisar a informação produzida através de indicadores previamente definidos que permitam comparar com outras empresas locais;
- Identificar o impacto na comunidade local da política social da empresa: elaboração e implementação de questionários e inquéritos a antigos trabalhadores a fim da sua mobilização e recolha de informações sobre o tema em estudo;
- Analisar a informação produzida e difundida através da recolha obtida: elaboração de uma matriz de análise que permita analisar a informação recolhida e proceder à seleção dos dados relevantes para o caso de estudo;
- Conhecer a globalidade das atividades dentro do mesmo género já desenvolvidas por instituições museológicas: analisar a oferta local com base na mesma temática do património industrial e da recolha oral, para assim sistematizar diversas actividades e discursos de outros museus;
- Desenvolver uma proposta a aplicar no antigo espaço da fábrica INLAN/DELPHI: elaborar um programa expositivo adaptado à realidade do objecto de estudo.

Para alcançar os objetivos propostos o trabalho estrutura-se em quatro capítulos: primeiro a Introdução – onde se procura expor uma reflexão sobre os objetivos do trabalho, a sua justificação, metodologia do trabalho e enunciar o conhecimento já produzido sobre o assunto. É de salientar que neste capítulo pretende-se clarificar os conceitos fundamentais das

fontes orais abordando os desafios que estas colocam na produção de conhecimento histórico e apresentando as metodologias para a sua aplicabilidade.

No segundo, intitulado o Património e a Arqueologia Industrial, o objetivo é fazer o enquadramento histórico do património e arqueologia industrial e a respetiva evolução concetual, analisando-se vários exemplos de acordo com a relação entre património material e imaterial, bem como com a patrimonialização das sociedades industriais.

Segue-se o capítulo dedicado à política social empresarial, onde se apresenta a sua definição e evolução, tal como a ligação entre a intervenção nas comunidades locais, a coesão social e a dinâmica empresarial, além de também se descrever e analisar os impactos nas comunidades industriais aquando do encerramento das fábricas devido a fenómenos de deslocalização empresarial e/ou de desindustrialização.

Por fim, analisa-se o caso de estudo: a INLAN/DELPHI em Ponte de Sor, cruzando-se as informações recolhidas dos capítulos anteriores e dando-se especial atenção aos outros exemplos de musealização e à proposta para o caso de estudo, sem esquecer de referir os desafios e os benefícios de um discurso assente, maioritariamente, em dados recolhidos através de fontes orais e as suas conclusões.

Com o resultado do trabalho de investigação pretende-se, acima de tudo, perpetuar a identidade industrial local, através da conjugação de um espaço com novas funções com as do seu passado construindo-se um discurso expositivo baseado também noutros exemplos locais. Torna-se evidente a opção de escolher outros casos de estudo cujos discursos museográficos manifestem qualidade e que se adaptem à especificidade do tema de trabalho. A proposta terá como base não só a identificação das vantagens como também terá em conta os desafios e obstáculos que possam advir de um determinado discurso expositivo.

1.3 METODOLOGIA: MÉTODOS DA HISTÓRIA ORAL E FONTES ESCRITAS

O objeto de estudo a abordar é a Política Social da INLAN/DELPHI e os consequentes impactos económico-sociais nos trabalhadores e na comunidade local. Pretende-se identificar as áreas em que atuaram, as ações desenvolvidas, a sua evolução e resultados, desde o período em que a fábrica esteve operacional até ao seu encerramento (1980-2009) e o processo posterior de desindustrialização.

As informações recolhidas relativas ao tema serão utilizadas na construção de um espaço expositivo, inserido num núcleo museológico nas antigas instalações da fábrica, como local de preservação das memórias dos seus trabalhadores e da evolução da própria cidade a partir da instalação de uma fábrica pertencente a um grande grupo internacional.

Através do trabalho desenvolvido pela recolha oral foi possível ter acesso privilegiado a documentação pertencente aos arquivos pessoais dos seus antigos trabalhadores e a informação entretanto desaparecida ou de paradeiro incerto - resultado do processo de encerramento deste tipo de estruturas -, o que permite a obtenção de informação única.

Relativamente ao processo da evolução da política social da INLAN/DELPHI de Ponte de Sor, o seu estudo implica uma recolha e análise de fontes diversificadas para o conhecimento do contexto industrial na região e as suas transformações sociais. Recorrer-se-á não só à documentação ainda existente (Atas da Câmara Municipal, publicações periódicas locais à guarda da Biblioteca Municipal de Ponte de Sor; a escassa documentação ainda existente da antiga fábrica; e os arquivos pessoais dos trabalhadores, que incluem publicações periódicas da própria fábrica), bem como à recolha oral dos testemunhos dos antigos trabalhadores.

Desta forma, será possível um estudo mais aprofundado do distinto papel que este espaço industrial provocou no panorama regional de uma região de baixa densidade.

A escolha desta abordagem para a presente investigação prende-se pela necessidade de uma correta recolha, estudo e preservação da história do antigo espaço fabril, recorrendo às fontes orais enquanto fontes históricas, que perante a escassez documental típica apresenta-se ainda mais pertinente. No futuro, implicará o desenvolvimento de um espaço museológico que sirva como agente de difusão dos testemunhos da memória económica e social local e a sua própria contribuição para o estudo sobre as sociedades industriais.

A aplicação de metodologias ligadas ao estudo do património industrial e da história oral, seguindo uma obra de referência de Meihy (2007), perceberá a relação da INLAN/DELPHI na rede económica e industrial de Ponte de Sor e da região envolvente, além da perceção da importância das fontes orais quando se trabalha o património industrial/empresarial, bem como os seus limites.

Procura-se captar a dimensão humana da fábrica através da disponibilidade de antigos operários para partilharem as suas histórias, vivências e saberes - o que nos permitirá complementar o pouco acervo físico ainda existente, para que no fim possamos refletir sobre a valorização dos testemunhos orais recolhidos junto dos antigos trabalhadores da fábrica, tornando-os em fontes históricas para a história da indústria e da importância da sua musealização como garantia da preservação, divulgação e estudo do património industrial.

As fontes orais são uma possibilidade para aceder a uma parte da história das comunidades e uma ferramenta essencial na construção do conhecimento, é um “meio de manter a experiência passada em estado de presentificação.” (MEIHY 2007 p. 26).

Para este autor, a importância das fontes orais quando se trabalha o património industrial/empresarial - em muito devido à inexistência de arquivos físicos ditos tradicionais - é a valorização das histórias e saberes dos operários que por esses espaços industriais passaram, assim como garantir a transmissão para as gerações futuras do *know-how* que se vai perdendo com o tempo.

Mas segundo a autora Ferreira, na sua abordagem em “Memória, Identidade e Género no Seio de uma Comunidade Operária”, o “(...) trabalho de memória cria e recria o passado de forma complexa e, por vezes, contraditória. Encontrando-se associado a um processo de reconstrução, nada é recordado sem ser reconstruído e sem ser evocado a partir do presente (...)” (FERREIRA 2016).

Seguindo as abordagens de Cruzeiro, em “História Oral? Dilemas e Perspetivas”, apontamos que ao trabalhar com a memória dos intervenientes ter-se-á de adotar metodologias da história oral para evitar a contaminação das mesmas, para que a narrativa dos seus participantes seja valorizada e que possam transmitir às gerações futuras o que era - e como era vivido - o ambiente industrial, além da transmissão de conhecimentos técnicos do saber-fazer (CRUZEIRO 2009).

Na história oral é importante ter presente que o entrevistador deve trabalhar com as suas próprias técnicas, mas tem de ser consciente que existem outros procedimentos essenciais de outras disciplinas para ser capaz de valorizar e interpretar as diversas mensagens que lhe são transmitidas. Perante este desafio, o investigador tem de estar atento para momentos e ações que normalmente não está atento ou sensibilizado para tal.

Para este campo, é aconselhável seguir as recomendações e indicações que Voldman no capítulo “Definições e usos”, da obra “Usos e abusos da história oral”, tão bem refere e alerta: “O não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato” (FERREIRA et. al., 1996).

Um dos obstáculos no trabalho da recolha oral é tentar retirar o interveniente de uma complexa reconstrução do passado que pode “contaminar” a realidade de alguns factos passados, pelo sentimento de nostalgia dos tempos de juventude ou condições financeiras mais desafogadas. Pode efetivamente existir uma confusão sobre o que realmente se viveu com a apologia do presente. Não obstante, quando é selecionada uma pessoa para dela se obter uma recolha oral, além da questão do esquecimento de partes importantes do passado, ou a contaminação do mesmo com apologias do presente, o entrevistador tem de ter em atenção qual terá sido a sua história com a empresa, com o trabalho ou com os colegas.

Um interveniente com um passado pesado, que a própria saída da fábrica foi tumultuosa ou até economicamente desfavorável, leva a relatos e a partilha de memórias também elas negativas, sendo assombrado pelas situações difíceis que nela viveu. Já no oposto, o entrevistador poderá encontrar um antigo operário que devido a uma passagem sem problemas na fábrica terá uma postura contrária. Parte, então, do entrevistador a capacidade de balancear as histórias que recolhe e cruzando-as para que se encontre a verdade possível.

Consciente da importância e dos limites das fontes orais, proceder-se-á ao levantamento, perceção da disponibilidade e relevância da recolha das memórias dos antigos trabalhadores da antiga INLAN/DELPHI, em Ponte de Sor. As questões que imediatamente se colocam são: “como o fazer, como aproximar?”.

Partindo das questões anteriores, para um correto trabalho de investigação, será elaborado um protocolo de ação de recolha oral baseado a partir do trabalho de Parente que apresenta na sua tese de Doutoramento em Sociologia, “Construção Social das Competências Profissionais” (2003), e que serve como ponto de referência para a aplicação da metodologia de trabalho a desenvolver. O trabalho recorrerá também aos trabalhos de Meihy e Holanda em “História Oral: Como Fazer, Como Pensar” (2007) e Ferreira e Marieta de Moraes “Usos e

abusos da história oral” (2006), que contribuirão para o enriquecimento do estudo e investigação sobre o tema.

O próprio público-alvo terá de ser objeto de estudo e de decisão prévia antes da iniciação do processo de recolha de informação junto dos antigos colaboradores da antiga INLAN/DELPHI de Ponte de Sor. Para uma correta e diversificada ação de recolha de dados os mesmos terão de ser diversificados e não assentes num só tipo de perfil: só operário, só chefia, só engenheiro, etc.

Para obter uma visão plural sobre a importância e valorização da Política Social da empresa (foco deste estudo) é necessário recolher diversos dados de diversos elementos. Será, portanto, importante para o trabalho de investigação chegar a diferentes intervenientes da estrutura orgânica da antiga produção industrial, para obter de cada um a noção ou a perspetiva que tinham sobre a Política Social da empresa. No fim, far-se-á a análise e o cruzamento da informação para se aferir um resultado final baseado na recolha oral e até mesmo material que estes elementos nos proporcionem.

Para esta investigação, que assenta numa dissertação de Mestrado, o campo de trabalho terá de ser limitado devido às balizas temporais e do tamanho do trabalho. Como tal, consciente sobre a extensão e dimensão que esta investigação poderia trazer, definiu-se que para a recolha de informação fosse selecionado um público-alvo, limitado, de antigos trabalhadores da fábrica que ocupassem cargos de execução diferentes dentro da hierarquia da empresa.

A tentativa de chegar ao maior número possível de antigos trabalhadores terá de ficar para uma oportunidade que possa eventualmente ocorrer no processo de construção efetiva do espaço museológico. Como tal, selecionaram-se elementos que se encontravam disponíveis no imediato para entrevista e com uma ligação profissional mais alargada, para podermos ter acesso a dados e informação mais diversificada, tentando não repetir categorias profissionais a fim de obtermos perspetivas diferentes segundo as categorias em que trabalhavam.

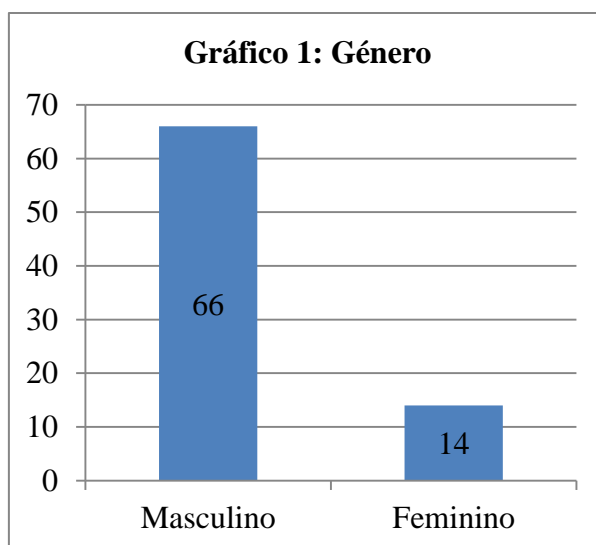
Para o processo de seleção dos trabalhadores da fábrica foi construído e divulgado um pequeno questionário com a intenção de se perceber a receptividade do público-alvo, informação sobre as categorias profissionais desempenhadas, antiguidade na empresa e disponibilidade para partilhar a sua história e até documentação que tivesse em sua posse.

O lançamento do questionário (em formato *Google Forms*) ocorreu em ambiente digital de forma a chegar a um maior número de pessoas no menor tempo possível, sabendo da familiaridade dos antigos trabalhadores da empresa com este tipo de ferramentas, já que era uma das principais vertentes da formação profissional ministrada na INLAN/DELPHI. Neste sentido, recorreu-se a grupos privados em redes sociais *on-line* relacionadas com a empresa, à rede de contactos do Município de Ponte de Sor e até à rede privada de contactos estabelecidos dentro da comunidade local.

O formulário difundido em formato *Google Forms* esteve disponível desde o dia 18/02/2022 até ao dia 10/04/2022, quando foi definitivamente retirado para análise e edição. Foram

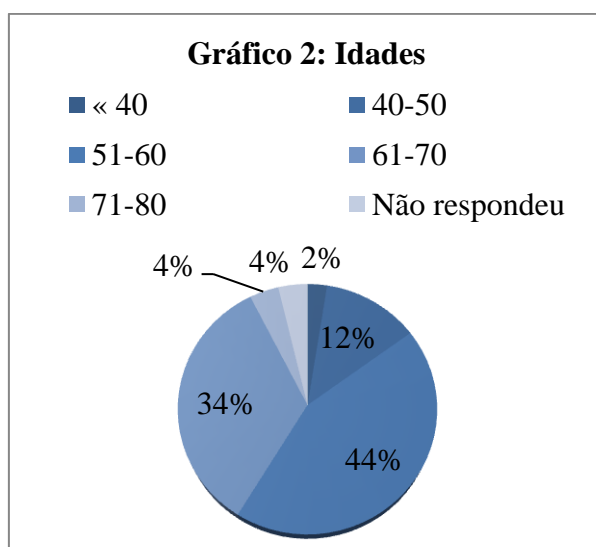
obtidas 80 respostas válidas distribuídas por 66 homens e 14 mulheres, com uma média de idades entre os participantes de 58 anos, como nos gráficos 1 e 2 está representado.

Gráfico 1 – Género e Idade dos participantes no questionário



Fonte: elaboração da autora

Gráfico 2 – Idade dos participantes no questionário



Fonte: elaboração da autora

As questões visaram obter informação com as características dos possíveis entrevistados e perceber a origem, ano de entrada na empresa e posterior saída; a escolaridade inicial e final aquando do término do vínculo com a empresa, entre outras informações como se pode observar na Tabela 1.

Após o processo de seleção dos trabalhadores – seguindo a estratégia de ter testemunhos de todas as categorias profissionais – seguiu-se a fase de contato para agendamento das entrevistas e explicação genérica do pretendido para o trabalho académico em curso.

Tabela 1 - Questões efetuadas no questionário

Nome
Género
Idade
Concelho de Origem
Membros do Agregado Familiar a Trabalhar na Empresa
Concelho de Residência
Data de Entrada na Empresa
Data de Saída da Empresa
Habilitações Académicas à Entrada na Empresa
Habilitações Académicas à Saída da Empresa
Função (Cargo) Exercido na Empresa
Situação Profissional Atual
Possui Documentação Sobre a Empresa
Tipo de Suporte de Documentação
Disponibilização de <i>e-mail</i> ou contato telefónico para posterior contato

Fonte: elaboração da autora

Das 80 respostas obtidas no questionário, 40 disponibilizaram-se para um contato posterior, das quais foram selecionadas 12 pessoas. A seleção foi feita segundo as categorias que ocuparam na empresa, diferença geracional e género dos entrevistados, como se segue na Tabela 2.

Tabela 2 – Características dos entrevistados

Género	Operário de Base	Cargos Intermédios	Chefias	Outras Funções	Idades
3 Mulheres	1 Mulher	1 Mulher	1 Homem	1 Mulher	Mais novo: 53
9 Homens	4 Homens	2 Homens		2 Homens	Mais velho: 68

Fonte: elaboração da autora

É importante referir que o menor número de mulheres entrevistadas prende-se pelo facto de no próprio questionário a participação feminina ter sido inferior à masculina, tal como a própria disponibilização de contactos. Esta situação provavelmente estará relacionada com o facto de o número de antigos trabalhadores desta fábrica serem na sua maioria do género masculino, em muito devido ao tipo de trabalho – exigente ao nível físico e à disponibilidade e flexibilidade horária (turnos), segundo as informações recolhidas junto dos antigos trabalhadores.

Depois de efetuada a seleção, contactaram-se os informantes através de contacto telefónico disponibilizado pelos próprios aquando do preenchimento do questionário inicial ou mesmo presencialmente, pois a comunidade local é acessível e facilmente se desenvolve uma rede de contatos informais.

As informações recolhidas nas entrevistas, não obstante o guião estar direcionado para a política social, podem, e devem, ser aproveitadas para a valorização do património industrial material e imaterial relacionado com esta fábrica e será importante complementá-las com outras fontes não só orais. Serão, por este motivo, igualmente valorizadas fontes documentais (boletins da empresa, imprensa local, legislação, registo vídeo ou áudio, etc.) que servirão para consolidar a informação oral recolhida. Essa informação material espera-se que seja facultada pelos intervenientes e pela pesquisa da própria autora em arquivo.

1.4 ESTADO DA ARTE

Têm-se multiplicado os estudos sobre a temática do património industrial, tanto material como imaterial, e os seus impactos sociais, culturais e urbanos. Cruzamo-nos com diversos tipos de trabalhos, desde teses de doutoramento, dissertações de mestrado, artigos científicos, entre outros.

Sobre esta temática muito tem contribuído o discurso de Françoise Choay, onde na sua obra “A Alegoria do Património” (1999), refere que o conceito de património industrial resulta do alargamento do próprio conceito de património cultural e das tipologias que lhe são abrangidas. Esta obra tornou-se numa fonte imprescindível para a compreensão do conceito de património e identifica a própria “entrada” do património industrial nesse mesmo conceito.

Com a fundação do TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, em 1973, surge um crescente espaço para o debate, reflexão e fruição de conhecimento sobre a temática do património industrial. Aprofundou-se a partir daí o conceito de património industrial e as boas práticas para o diferente tratamento do património industrial. É essencial, ter como base, conhecimentos sobre a própria evolução do conceito e do tratamento do património industrial a partir do estudo das obras, recomendações e as atas emanadas do TICCIH.

Os trabalhos na área do património industrial em Portugal têm origem na atual “Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial” (APAI) assim denominada em 1987. Como referência desta associação encontramos as atas do “I Encontro Nacional sobre Património Industrial”

(1989), onde se incluem diversos autores e dos quais destacamos José Amado Mendes, com o artigo “O Património Industrial como Fonte Histórica” (1989), onde reflete sobre o alargamento da fonte histórica: “Com efeito ela invade tanto a história geral como diversos outros ramos, desde a história das ideias, a história económica e social” (MENDES 1989).

Do mesmo autor, como referência sobre a intervenção nos espaços industriais e a sua própria reconversão, encontramos a reflexão “Industrialização e Património Industrial: Desenvolvimento e Cultura” (MENDES 2006), onde refere que as intervenções nestes espaços dependem da sua conservação e do impacto histórico que representam no território em que estão inseridos - ou valor afetivo - e que a sua memória tem nas comunidades. Portanto, as marcas dessa história têm de ser preservadas e salvaguardadas, para não se correr o risco de desapossar as comunidades locais e esvaziar o sentimento de pertença a uma comunidade ou a um lugar.

Além de serem consideradas fontes históricas de um determinado período que representa o auge de desenvolvimento industrial de uma determinada empresa, localidade ou país (dentro de uma diversificada panóplia de fontes que o investigador pode recorrer para a construção histórica) estes vestígios “Têm também um valor em si mesmos, pois trata-se de uma parte muito significativa do nosso património cultural, designadamente de património industrial” (MENDES 2006, p.6).

Para esta dissertação é ainda necessário conhecer os estudos sobre as políticas sociais empresariais, com a finalidade de construir uma definição assente em conhecimento científico e bibliografia já editada, para assim entendermos a razão principal para que as empresas aplicavam tais políticas e o que o público em geral (tanto o consumidor como o próprio operador da empresa) reconhecia nas mesmas.

Para melhor entendermos no que concerne a Responsabilidade Social Corporativa salientamos a reflexão de Anna Carolina Boechar e de Ana Margarida Barreto: “Uma reflexão conceptual sobre a Responsabilidade Social Corporativa e a sua relação com a Comunicação Estratégica” (2019). Este artigo oferece-nos um enquadramento sobre o tema e a sua própria evolução até ao século XXI, período até que o nosso objeto de estudo ainda existiu.

Já para uma reflexão sobre a solidariedade empresarial e a intervenção que os agentes económicos têm no espaço público apresenta-se o artigo de Maria Alice Nunes Costa, “Fazer o bem compensa? Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial” (2005), onde encontramos uma visão panorâmica sobre a responsabilidade social das empresas, não isoladamente nem estanque, mas sim dinâmica e em relação com a comunidade e com o Estado na própria regulação social.

Numa perspetiva cronológica pré e pós 25 de Abril de 1974, para a perceção das próprias Política Social em Portugal, o vol. XXI da “Análise Social” (1985), traça-nos algumas precisões e abordagens sobre o Portugal da época e o entendimento de Política Social, no que concerne às suas ações. Segundo este autor, a motivação dos empresários na prática da responsabilidade social empresarial baseia-se em dois campos: no interno, relacionando com a relação com os trabalhadores; e no externo, relacionando com as relações socio ambientais.

É necessário perceber essa motivação que leva os agentes económicos a investir tempo, dinheiro e energia e quais são os resultados que pretende recolher desse mesmo investimento em capital humano. É recomendável e pertinente proceder à leitura e análise da “REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão”, mais especificamente o artigo de Clarice Junges “Responsabilidade social empresarial: os motivos da ação” (2009).

Para o desenvolvimento desta dissertação, é necessário conhecer os principais modelos para o estudo e recolha de fontes orais e, com esse propósito, analisámos os mais relevantes, os quais destacamos uma obra de referência de Meihy, “História Oral: Como Fazer, Como Pensar” (2007), onde através dela se perceberá a relação da DELPHI na rede económica e industrial de Ponte de Sor e na região, além da compreensão da importância das fontes orais quando se trabalha o património industrial/empresarial e quais os seus limites.

Seguiremos as abordagens de Cruzeiro, em “História Oral? Dilemas e Perspetivas In Cultura: Metodologias e Investigação” (2009), onde apontamos que trabalhar com a memória dos intervenientes ter-se-á de adotar metodologias da história oral para evitar a contaminação das mesmas e para que a narrativa dos seus participantes seja valorizada e que possam transmitir às gerações futuras o que era, e como era vivido o ambiente industrial, além da transmissão de conhecimentos técnicos e do saber-fazer.

No âmbito dos estudos sobre o processo de construção da história oral “Usos e abusos da história oral” (2006) de Janaina de Figueiredo e Marieta de Moraes Ferreira contribuirá para o enriquecimento do estudo e investigação sobre o tema em estudo, para assim obtermos um conjunto de informações para o desenvolvimento do trabalho de investigação.

Partindo das metodologias da História Oral, pretende-se aplicá-las à recolha de informação sobre a temática das Políticas Sociais da antiga empresa Delphi em Ponte de Sor, e propor uma sugestão de museografia, assente nos conhecimentos obtidos nas obras de: Susan Pearce, “*Museums, Objects and Collections: A Cultural Study*”, (1993) e “*Interpreting Objects and Collections*” (1994); e de E. Maclung Fleming, “*Artifact study: A proposed model*” (1974) além de “Como Gerir um Museu: Manual Prático”, do ICOM (BOYLAN 2004).

Dentro da literatura mais recente no campo da museologia, para a sugestão museográfica, dar-se-á especial atenção ao artigo de Lopes Cordeiro, relativamente aos desafios na musealização do património industrial, “Musealização do Património Industrial e Técnico: Novos Desafios?”, no boletim do ICOM (2015). Tal como o de Jorge Amado Mendes, “O património industrial na museologia contemporânea: o caso português” (2012), onde o autor se refere o crescimento dos espaços industriais adaptados a museus. Outro artigo aconselhável no desenho e proposta de uma sugestão museográfica adaptada ao caso de estudo, encontra-se o artigo das autoras Ana Cardoso de Matos e Maria da Luz Sampaio, “Património Industrial e Museologia em Portugal” disponível na Revista Museologia & Interdisciplinaridade (2014), sobre a forma como em Portugal se equacionou a criação de museus industriais e a sua importância na preservação da memória industrial.

As reflexões de Ana Carvalho, com o título “Reflexões sobre Património Cultural Imaterial e Museus: Das Políticas às Práticas” (2020), emanadas do *workshop* realizado na Universidade

do Porto, fala sobre a participação das comunidades na construção e desenvolvimento dos espaços museológicos e o papel dos museus nesse campo. A tese de Doutoramento de Rui Morais, “Património Industrial e Museologia em Portugal – Uma Relação Dialética” (2016), aborda os usos do património industrial na valorização e renovação da museologia em Portugal, seguindo a abordagem da Nova Museologia, na sua conversão em museus da indústria. A partir do seu trabalho de investigação pretende-se refletir e usar os seus exemplos como base fundamental na projecção dos museus industriais junto das comunidades locais, na sua recuperação e valorização.

2. PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

2.1 CONCEITO DE PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

Para o desenvolvimento e contextualização da presente dissertação realizou-se uma reflexão teórica sobre os conceitos e contextos que integram o património - neste caso o património industrial - que resulta do alargamento do próprio conceito de património cultural e das tipologias que lhe são abrangidas, devendo-se: "...à passagem da barreira da industrialização e à anexação pela prática conservatória de edifícios da segunda metade do século XIX e do século XX." (CHOAY 1999, p. 225).

A noção alargada reformulou os critérios de análise e instituiu estratégias para a sua valorização e salvaguarda. Além do interesse intrínseco por este tipo de património que dava resposta aos espaços industriais ou pós-industriais, tornou-se, também, um elemento identitário das sociedades que o integram, segundo a própria definição da Carta sobre o Património Industrial: "(...) o património industrial reveste um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário (...); estes valores intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registos tangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições." (TICCIH 2003, p. 4).

A própria génese de património industrial deve-se ao reconhecimento e valor dado aos testemunhos de um período que vai desde a segunda metade do século XVIII (início da Revolução Industrial) até à actualidade. Essa valorização, quer proto, quer pré-industrial, passam a ser reconhecidos como como património histórico (OLIVEIRA 2012, p. 14).

Em Portugal, é através da figura de Sousa Viterbo (1845-1910) que se passa a usar a expressão "arqueologia industrial". Este defendia a necessidade de estudar os moinhos que corriam o risco de desaparecer e assim todo o conhecimento da técnica tradicional de moagem em prol das moagens a vapor. Mas só nos finais da década de 70 do século XX é que se desenvolvem diversas iniciativas com o objetivo de estudar, inventariar, proteger e conservar o património industrial. (COSTA 2011).

Os trabalhos na área do património industrial em Portugal têm origem na atual "Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial" (APAI) assim denominada em 1987, mas cujas origens remontam ao início da década de 1980 aquando da criação da Associação de Arqueologia Industrial da região de Lisboa. É na mesma década de 80 que a Arqueologia Industrial entra no ensino universitário pelas mãos de José Amado Mendes, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (COSTA 2011). Em 1997 é fundada no Porto uma nova associação, a "Associação Portuguesa para o Património Industrial" (APPI), entidade que representa a TICCIH em Portugal. Estas associações têm como objetivo não só dar a conhecer e divulgar o património industrial em Portugal, projectos e trabalhos, como também têm na sua génese a defesa e intervenção junto do público em geral e das instituições públicas e privadas a sua

salvaguarda. Também são associações que promovem seminários, encontros e colóquios relacionados com o património industrial.

Fruto de sucessivas conferências internacionais e de projetos relacionados com o património industrial, foi fundada a TICCIH – The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage, na Suécia (SAMPAIO, 2015). Seguindo a linha de novos movimentos que se vinham a desenvolver e a criar - ligados ao património industrial – é aprovada na cidade Nizhny Tagil, na Rússia, a “Carta sobre o Património Industrial”, onde se apresenta o património industrial como: “ (...) o património (...) que compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico.” (TICCIH 2003, p. 3). A Carta de Nizhny Tagil também refere a importância da promoção da investigação e da formação especializada neste campo em específico.

A Carta de Nizhny Tagil também apresenta uma definição harmonizada desde a primeira definição sobre “Arqueologia Industrial”: “ (...) um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas pra ou por processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.” (TICCIH 2003, p. 3).

O conceito de Arqueologia Industrial distingue-se de Património Industrial, apesar das discussões sobre o significado de cada um e a definição do seu campo de estudo. Segundo Louis Bergeron, Arqueologia Industrial pode ser considerada como um instrumento para a construção do Património Industrial através dos resultados da sua investigação (2006).

Robert Angus Buchanan - outro autor - definiu Arqueologia Industrial: “ (...) o campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento e registo e, em alguns casos, com a preservação dos monumento industriais e que tem como objetivo destacar a significância desses monumentos no contexto da história social e técnica.” (1974).

São diversos os valores do património industrial, mas para a sua valorização e proteção é essencial o envolvimento das comunidades e o reconhecimento por parte delas do seu valor e sentimento de pertença. Valor que necessita de ser difundido e não deixado cair no esquecimento, seja através comunicações, estudos, museus, etc., promovidos seja através das instituições públicas (Câmaras, Universidades, a título de exemplo), ou de iniciativa privada ou colectiva (associações locais, empresas, etc.).

Património Industrial ou Arqueologia Industrial são dois conceitos que se interligam e têm um campo de acção comum: o estudo, preservação e divulgação do património industrial. É precisamente o que se pretende efectuar com a presente Dissertação, estudar, preservar e divulgar o património industrial legado pela INLAN/DELPHI e da sua antecessora CIMBOR.

2.2 SALVAGUARDA: PATRIMÓNIO MATERIAL E PATRIMÓNIO IMATERIAL INDUSTRIAIS

Para uma valorização sustentável do património industrial e para o desenvolvimento de um processo de musealização, é fulcral e necessária a valorização não só do espaço físico industrial como também dos objetos técnico-industriais e das memórias dos seus intervenientes que nos transmitem contextos e saberes.

Na Convenção da Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da Unesco: “...entende-se por “património cultural e imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural.” (UNESCO 2003).

Os objetos e espaços técnico-industriais estão integrados na categoria de “património móvel e imóvel”, e são aqueles que mais facilmente sofrem com o abandono dos espaços industriais, pela sua vandalização e fragmentação. Já o conhecimento das técnicas industriais, vivências e memórias também são informações deveras importantes para a construção da história destes espaços industriais, que são frágeis dentro da sua especificidade: desaparecimento dos seus autores, indisponibilidade dos mesmos e até “contaminação” da sua memória (saudosismos ou mágoas). Estes enquadram-se na categoria de “património imaterial”.

“A inclusão de aspectos que envolvam a identidade e a identificação dos grupos sociais às questões patrimoniais requer uma avaliação de fatores como tradição, costumes e mudanças sociais. A interferência destes fatores à percepção e entendimento da memória e história dos lugares se relaciona às características da própria comunidade analisada em que se inserem e que os delimita, assim como há a delimitação de uma identidade social própria do lugar.” (CORDEIRO 2017, p. 11)

É necessário para a preservação do património imaterial, a sua análise e perceção das características daquele determinado grupo, localizá-los e inseri-los no seu tempo. A partir desse entendimento o conhecimento transmitido deve ser analisado e perceber quais foram as mudanças sociais provocadas, quais as técnicas e valores técnico-industriais utilizados.

Mas a questão da imaterialidade nem sempre é consensual e a sua definição, ou campo de acção, acaba por muitas vezes estar cingida à fruição artística/cultural. “ (...) à imaterialidade devemos ter em consideração que o ubi consistam dos bens culturais não reside nos objetos materiais que suportam os bens, mas na função imaterial de crescimento da consciência e de desenvolvimento da personalidade individual que a sua fruição proporciona tanto à geração presente como às gerações vindouras.” (NABAIS 2010, p. 48). A imaterialidade tanto passará pela transmissão oral de uma lenga-lenga, expressão artística, até às técnicas e valores técnico-industriais.

Ao nível do património material (móvel e imóvel), a Arqueologia Industrial tem como objecto de estudo a fábrica e/ou o espaço industrial, entre outras manifestações materiais das

sociedades industriais. Mas para o estudo e compreensão do espaço industrial é essencial olhar para o todo da própria fábrica: organização, localização, objetos, equipamentos, etc.. (SAMPAIO 2015) –, sem esquecer que as técnicas e processos de fabrico, ou seja, património imaterial, são essenciais para a compreensão do próprio edifício e equipamentos industriais.

O estudo do património industrial sempre teve um maior relevo no património imóvel: nos seus edifícios, materiais, arquitectura e representação/significado, afinal são esses que dominam as paisagens e tornam-se símbolos das cidades industriais (SOBRINO 1996).

Mas os objetos (património móvel) representam uma multiplicidade de contextos, que podem ser integrados, ou não, na renovação dos espaços industriais. O desafio passa por sensibilizar projetistas, instituições locais e os próprios investidores para que possam privilegiar a integração e preservação dos objetos. Objetos estes que passam por estruturas, equipamentos, peças, mobiliário, etc.

Relativamente à reconversão do património industrial, os seus testemunhos - tanto materiais como imateriais – devem ser projetados para englobar os vestígios que ainda existem. Os espaços industriais foram desenhados com um objetivo de produção, divididos em seções e linhas de montagens e esse devia ser o ponto de inicial a quando da sua reconversão (MUNCE 1960).

A imagem de património industrial ainda procura o seu lugar de destaque em comparação com as restantes tipologias de património cultural, socialmente bem aceites e bem estabelecidas junto das populações. O património industrial, devido a ter sido um dos últimos tipos de património a ser reconhecido, ainda se debate com conotações negativas que a população associa aos espaços fabris, tais como: lugares de conflitos sociais e sindicais, agentes poluidores e até de degradação urbana aquando do seu abandono.

Mesmo assim, têm sido diversos os espaços que têm sido alvo de projetos de recuperação ao longo dos tempos para que aí sejam desenvolvidos museus industriais e para outros novos usos, consoante a dimensão, condições de conservação e a funcionalidade.

As grandes questões que se levantam relativas ao Património Industrial, tanto ao nível material como imaterial, são: o que fazer com estes espaços? O que vai acontecer aos seus equipamentos? Onde fica o saber-fazer e os valores técnicos dos seus trabalhadores? Como preservar a memória das sociedades industriais? É necessário ter conhecimento e sensibilidade para se perceber que o património industrial (em relação às restantes categorias do património) está mais sujeito ao abandono, vandalismo, especulação imobiliária e dispersão/perda de materiais de diversos géneros.

Segundo o estatuto jurídico do património cultural patente na categoria II: “ (...) 1 - a valorização económica, ligada fundamentalmente à sustentação e sustentabilidade económica dos bens, a qual, como é fácil de ver, não está apenas ao serviço da valorização, mas também da própria conservação e defesa dos mesmos; e 2 – a valorização cultural ou valorização substantiva que visa o enriquecimento e engrandecimento cultural dos bens através do aumento dos méritos artísticos e históricos que lhes confere a qualidade de bens culturais,

uma valorização que, parece óbvio, tem na valorização económica dos bens culturais um dos seus mais consistentes suportes.” (NABAIS 2010, p. 52-53).

Para o caso de estudo desta dissertação percebe-se que poucos são os objetos que resistiram ao processo de desindustrialização da antiga fábrica INLAN/DELPHI de Ponte de Sor. Os poucos que sobraram (ou que ainda possam vir a ser resgatados – possivelmente escassos) terão de ser complementados com outros objetos que representem a produção e a organização do trabalho na fábrica (imagem, som, papel, etc.), além dos registos das recolhas orais, transformadas em fontes históricas e simultaneamente em património imaterial.

2.3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Portugal (tal como por toda a Europa) assistiu a um processo de desindustrialização devido ao seu frágil tecido industrial pouco preparado para combater a concorrência dos países orientais, o que levou ao abandono de um grande número de espaços industriais e à premente dúvida do que fazer com estes espaços deixados para trás pelas suas empresas (muitas delas já extintas, ou com graves problemas de insolvência) (COSTA 2011).

“A herança industrial desafectada coloca dois tipos de questões, de natureza e escalas diferentes.” (CHOAY 1999, p.234). O conseqüente abandono das áreas industriais e o processo de degradação destes espaços leva-nos a diversas questões, mas principalmente uma: o que fazer com estes espaços e os seus edifícios? A especulação imobiliária, processos de insolvência, falta de capital e/ou apoios estatais/mecenas, ou o seu simples abandono, são tremendos entraves à reutilização destes lugares que aguardam um novo destino que não seja o da sua demolição.

O processo de demolição é um tema sensível e controverso. Enquanto alguns defendem a sua demolição como forma de recuperação destes espaços, outros consideram que estes espaços industriais merecem uma segunda oportunidade – não na sua forma original – mas com novos atributos.

Em Portugal, encontram-se diversos exemplos de espaços industriais que foram demolidos na quase totalidade, ou até mesmo na sua totalidade, conforme demonstra o exemplo da Figura 1 em Portimão, numa cidade que foi um polo importante da indústria conserveira de peixe.

Figura 1 – Reconversão do espaço industrial da conserveira La Rose, Portimão, em área imobiliária



Fonte: fotografia da autora

“O abandono de muitos edifícios industriais no tecido urbano da cidade, levou rapidamente ao nascimento de novos conjuntos habitacionais, incluindo condomínios fechados, concentrando aí uma nova população capaz de pagar os preços elevados.” (DOMINGUES et. al. 2003, p.5). Esta ação tende a excluir as populações locais (muitas vezes de antigos trabalhadores e das suas famílias), o que não privilegia os valores culturais das comunidades locais e leva a que sejam desapossados do seu passado e do próprio presente, ao contrário do expectável que seria a sua inserção territorial.

Além do espaço físico estes lugares forma constituídos por pessoas que trabalharam, viveram e que neles guardam memórias. São espaços que, “possuem, antes de mais, um valor afetivo de memória para aqueles para quem, desde há gerações, eles eram o território e o horizonte e que procuram não ser delas desapossadas.” (CHOAY 1999, p.234).

A intervenção nos espaços industriais, e a sua própria reconversão, dependem da sua conservação e da história que representam no território em que está inserido - ou valor afetivo

- que a sua memória tem nas comunidades. Portanto, as marcas dessa história têm de ser preservadas e salvaguardadas, para não se correr o risco de desapossar as comunidades locais e esvaziar o sentimento de pertença de uma comunidade a um lugar.

“Os vestígios materiais da industrialização não têm somente um valor de testemunho ou de prova, útil ao investigador.” (MENDES 2006, p.6), além de serem considerados fontes históricas que representam o auge de desenvolvimento industrial de uma determinada empresa, localidade ou país (dentro de uma diversificada panóplia de fontes que o investigador pode recorrer para a construção histórica) estes vestígios “têm também um valor em si mesmos, pois trata-se de uma parte muito significativa do nosso património cultural, designadamente de património industrial.” (MENDES 2006, p.6).

Outro aspeto relativo ao património industrial tem a ver com a sua antiguidade. O reconhecimento, valorização e salvaguarda também dependem muito do distanciamento temporal que o espaço tem em relação à contemporaneidade. Não reconhecer valor a este tipo de património acelera o seu processo de destruição e para o público em geral é difícil que reconheçam o seu valor imediato. (COSTA 2011).

A necessidade de preservar e salvaguardar muito desse património industrial recente pode partir da própria vontade das comunidades locais, isoladamente, ou em conjunto, com as instituições públicas locais ou privadas. Evidentemente terá de se proceder ao levantamento, inventário e estudo dos vestígios industriais ainda existentes. Para este processo, além da participação das comunidades locais e das instituições públicas locais ou até mesmo as privadas, é importante integrar as associações que trabalham sobre o património industrial que já anteriormente foram referidas; a APAI ou a APPI.

“ (...) Da simples conservação e restauro aos programas de animação, à musealização e à reutilização para os mais variados fins.” (MATOS; RIBEIRO; SANTOS 2003, p. 28), são algumas soluções que se podem encontrar para a valorização e proteção dos espaços industriais, mas que devem passar por uma análise criteriosa sobre a sua relativa importância e eficácia.

“O tempo da crise, ao tensionar dramaticamente, lembranças e esquecimentos, diante do colapso de uma época – com suas formas próprias de viver e sentir, suas expressões de pertencimento a uma dada comunidade – e o arruinamento das paisagens enquanto dimensão material do mundo praticado fazem com que as famílias que permaneceram no local tenham que lutar constantemente contra o luto, persistindo, assim, como herdeiras da memória do grupo e do lugar de pertença.” (SILVEIRA 2012, p. 463).

Este processo de manter “vivo” o património industrial, seja ele um edifício, um bairro operário ou a preservação das memórias dos seus intervenientes, não pode desassociado do próprio processo de desindustrialização. Esse processo, que levou os seus trabalhadores a perderem os seus trabalhos e conseqüentemente a uma ruptura na sua própria vida pessoal e familiar, lança estes grupos para uma situação de “crise” na própria pertença à comunidade.

Várias são as formas que podem contribuir para ultrapassar a desvalorização dos sítios industriais e das próprias comunidades que neles habitam, algumas até já indicadas (a título de exemplo) anteriormente. É com a intervenção nestes sítios, junto das comunidades locais e com diversos agentes, que a regeneração destes espaços é possível e a perpetuação da memória colectiva – que não vai restituir o tempo passado, é preciso ter atenção – assegura o sentimento de pertença e identidade dos seus intervenientes.

No caso de estudo deste trabalho, o espaço está a ser requalificado e por isso mesmo vale a pena ter em atenção se as boas práticas, já anteriormente enunciadas, possam vir a ser realizadas durante o seu processo de renovação, de forma a manter a sua identidade e ligação com a comunidade local.

3. POLÍTICAS SOCIAIS EMPRESARIAIS

3.1 POLÍTICAS SOCIAIS EMPRESARIAIS: DEFINIÇÃO E EVOLUÇÃO

Para abordar o tema das políticas sociais empresariais é necessário apresentar uma reflexão conceptual sumária para a sua compreensão e implicações tanto no tecido empresarial como nas comunidades afetadas.

É essencial compreender as implicações políticas da ação dos agentes económicos que desenvolvem e promovem política social, como atuam e como afetam as comunidades locais. Ao analisar a aplicação das políticas sociais empresariais e os seus impactos é fulcral perceber as interligações, essenciais e dinâmicas, entre os diversos agentes: a empresa, a comunidade e o Estado.

Nesta Dissertação entende-se política social como o conjunto de ações que influenciam, ou tentam influenciar, as condições sociais (COSTA 2005). Neste caso concreto, as ações da INLAN/DELPHI que influenciaram as condições sociais dos seus trabalhadores e agregado familiar. Este termo, todavia, é muitas vezes substituído em alguma bibliografia pelo parónimo responsabilidade social (COSTA 2005) (MORENO 2009) (BARRETO 2019) (LEAL 1985) (GARRIDO 2018). Por esse motivo, ao longo deste trabalho ora se usa a designação responsabilidade social, ora política social.

Antes de mais, é necessário perceber que o envolvimento das empresas na responsabilidade social não é uma questão tão recente, exclusiva dos dias de hoje como se poderá pensar. A escala e o desenvolvimento das políticas sociais praticadas hoje em dia é que marcam a diferença em relação com as ações praticadas no passado (COSTA 2005).

Segundo o dicionário da Porto Editora, empresa significa: “1.tarefa ou empreendimento de execução difícil e/ou laboriosa; 2.realização; empreendimento, projeto; 3.ECONOMIA organização individual ou coletiva, pública ou privada, que visa a obtenção de lucros através da produção de bens ou serviços; firma.”. De acordo com a definição da própria palavra, o principal objetivo de uma empresa é gerar lucros e ser financeiramente sustentável, criar emprego e fornecer bens e serviços.

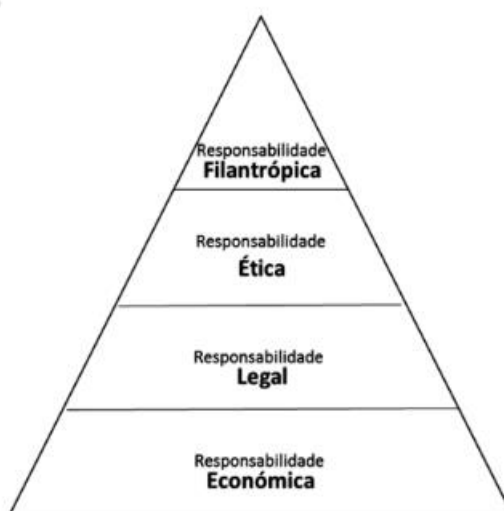
Inicia-se primeiramente por estabelecer que “Business Ethics” (tradução livre: Ética Empresarial) e Responsabilidade Social Empresarial são consideradas essenciais para a administração de uma empresa, isto numa perspectiva humanista. São também úteis para a tomada de decisões morais e eficazes para as decisões operacionais e estratégicas. Aliás, Ética Empresarial e Responsabilidade Social Empresarial devem estar integradas no guia de ação da empresa na definição da sua estratégia (MORENO 2009).

As práticas de Responsabilidade Social Empresarial assentam em duas bases: a Ética Empresarial, que está interligada ao comportamento humano e às dinâmicas sociais, e a Sustentabilidade que tanto se relaciona com as questões ambientais como com as questões socioeconómicas (BARRETO 2019). Estes conceitos fazem parte da própria edificação da

Responsabilidade Social Empresarial, e servem de linha condutora para o estabelecimento das mesmas.

A Responsabilidade Social Empresarial, e as suas conseqüentes Política Social, possuem as mesmas fases da Responsabilidade Social Corporativa: a base económica que sustenta toda a existência da empresa; a legal no seu correto dever de cumprimento das directivas legais e jurídicas; da responsabilidade ética da empresa; e da filantropia. O último estágio (responsabilidade filantrópica) só é atingido quando as outras fases se encontram devidamente satisfeitas, segundo a análise da pirâmide de responsabilidade social corporativa, de Carroll, na figura 2.

Figura 2 – Pirâmide de RSC Responsabilidade Social Corporativa - Adaptada de Carroll (1991)



Fonte: Boechar, A. C., & Barreto, A. M (2019)

Apesar de essa ser a sua principal função – cumprindo e respeitando as suas obrigações legais – muitas empresas vão para lá da sua atividade da obtenção de lucro e crescimento do negócio: procedem a ações de realização de bem-estar social dos seus trabalhadores e em várias situações com as próprias comunidades locais. O que impele a essas empresas a aposta nessa ação? Quais são os benefícios que uma empresa retira ao investir parte do seu lucro e energia com a comunidade? A responsabilidade social empresarial compensa?

Primeiramente é necessário definir o próprio termo “Política Social”. Sumariamente, entende-se como ações realizadas com o fim de prestar e desenvolver o bem-estar social e podem-se desenvolver em múltiplos campos: educação, desporto, saúde, cultura, etc. A própria Constituição Portuguesa de 1976 (cf. Artigo 91.º, n.º2) pressupõe esta ação, que apesar de estar só relacionada com o campo educacional e cultural permite às empresas desenvolver ações que venham satisfazer as necessidades e direitos dos trabalhadores ao nível económico ou cívico (LEAL 1985).

As origens relativamente a Política Social empreendidas por parte das empresas têm raízes bastante profundas e estruturais na nossa história, que efetivamente foram configuradas e estabelecidas pela revolução de 25 de Abril e com a aplicação da Constituição de 1976. No período da Ditadura, em semelhança aos regimes totalitários periféricos europeus, a fim de enquadrarem os movimentos operários e as massas em geral, seguiu-se uma linha de “Política Social de tipo assistencialista”, uma herança dos “Estados-providência demoliberais” (GARRIDO 2018).

“A inibição político-administrativa do mutualismo livre (de base associativa e voluntária) e do cooperativismo, bem como a vigilância repressiva de ambos, foi propósito complementar da «nacionalização do trabalho» e da desproletarização das sociabilidades laborais.” (GARRIDO 2018, P. 199). Os regimes totalitários (e o caso português não foi exceção), ao assumirem Política Social que enquadravam o trabalho e o lazer - numa linha social-cristã – puseram fim ao sindicalismo e integraram a economia no Estado com o propósito de “pacificação social”.

Antes do período da Ditadura em Portugal o acesso a uma mínima proteção social fazia-se através do movimento mutualista voluntário de socorros mútuos, do paternalismo patronal ou através da via legal do seguro obrigatório (instituído pela República em 1919 e posteriormente abandonado pelos próprios Republicanos (PEREIRA 1999) O sistema mutualista tinha uma função previdente numa lógica assistencialista de nível voluntário e associativo, o seguro obrigatório garantia proteção social por leis públicas.

Ao contrário de diversos países democráticos liberais europeus, em Portugal os movimentos mutualistas e cooperativistas voluntários tiveram diversos obstáculos com as instituições republicanas e posteriormente com a implantação da Ditadura, que substituiu estas proteções sociais por um modelo corporativista. António de Oliveira Salazar, ainda como Ministro das Finanças, em 1928, suspendeu todas as leis sobre seguros sociais obrigatórios e com Pedro Teotónio Pereira (artífice do sistema Corporativo e de Previdência) instituíram uma “ (...) organização corporativa cuja base era habitada, separadamente, por “organismos primários” do capital e do trabalho – compondo um primeiro nível de sindicalização assimétrica das relações sociais.” (GARRIDO 2018, P. 204).

Neste período, o Estado tinha uma função sobretudo tutelar, e a assistência social dependia da “boa vontade” ou do “espírito de caridade” de iniciativa particular. Segundo um dos princípios base deste estatuto: “A actividade assistencial pertence, em regra, às iniciativas particulares, incumbindo ao Estado e às autarquias, sobretudo, orientar, promover e auxiliar os seus generoso impulsos.” (CAMPOS & ROCHA 2013, P. 3). A função assistencialista estava a cargo de outras instituições, como as Misericórdias, cabendo à administração pública um auxílio financeiro que, pelo menos no caso de Coimbra, foi aumentando progressivamente ao longo das décadas de 1930 a 1960 (FAÍSCA 2022).

O sistema de previdência social ficou aquém do que se poderia esperar, e não foi encarado como uma prioridade do próprio Estado ao longo dos anos. Só na reta final do regime é que o Estado iniciou a reforma do sistema alargando-o a outros beneficiários, em muito devido às pressões dos movimentos sociais que assolavam o país naquela época. Em 1960 a percentagem de população que estava abrangida pelo sistema de previdência social era de

35.6% e os pensionistas que beneficiavam do apoio eram apenas 56 mil. Em 1975 com a criação da Segurança Social pública os pensionistas já ascendiam aos 862 mil beneficiários (CARREIRA 1996, p. 186).

A pós-revolução trouxe consigo novidades, embora não fossem de todo inovadoras no campo das Políticas Sociais. Novidades, essas, lançadas pelo Governo provisório que promoviam uma ação de política social para a erradicação da pobreza e melhor qualidade de vida da população, como por exemplo a criação do ordenado mínimo, alfabetização, ação social escolar, etc.

A Constituição Portuguesa reconhece o acesso e direito de todos à segurança social, e a política de segurança social traduziu-se num alargamento dos regimes de proteção, de forma a integrar um sistema de previdência e assistência capaz de proteger tanto a população ativa como a não ativa. Evidentemente, essa ação é devida às contribuições pagas, tanto pelas entidades empregadoras, como pelos beneficiários, sem participação financeira por parte do Estado (LEAL 1985, P. 938).

A Revolução de Abril trouxe consigo uma mudança qualitativa no acesso à assistência e à sua pluralização, passando o Estado a garantir o acesso de toda a população às políticas sociais por via do sistema de segurança social. Mas as políticas sociais não estão limitadas à esfera das ações públicas e não podem ser encaradas como a única responsabilidade por parte do Estado, mas também dos próprios parceiros económico-sociais.

É através da definição das Políticas Sociais e imposição por parte do Estado que as empresas assumem obrigações e responsabilidades de índole social, seja a nível individual ou em associação com organizações sociais.

A abordagem do tema seguirá a linha das ações desenvolvidas por parte dos parceiros privados, económico-sociais, e dos resultados que provêm dessas medidas aplicadas nas comunidades industriais.

3.2 IMPACTOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS COMUNIDADES INDUSTRIAIS

É necessária uma visão panorâmica sobre o que representam as políticas sociais empreendidas por parte das empresas nas vidas dos seus trabalhadores, e consequentemente nas próprias comunidades em que estão inseridas. Existe a ideia das vantagens proporcionadas pela responsabilidade e administração de políticas sociais por parte das empresas.

Pretende-se, portanto, estabelecer essa relação na vida social e produtiva dos trabalhadores, e consequentemente, perceber qual a razão principal dos agentes económico-sociais na aplicação dessa responsabilidade.

Como já definido no ponto anterior, a Responsabilidade Social Empresarial assegura o bem-estar dos seus trabalhadores, famílias, comunidades locais e transmite aos seus *stakeholders*³ uma imagem de confiança, moralidade e de responsabilidade (BOECHAR & BARRETO 2019).

Observando a Imagem 3, da autoria de Ricardo Cuevas Moreno, a implementação de políticas sociais provém das contribuições indicadas (Ética Empresarial, Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresarial):

Figura 3 - Focos de ação das políticas sociais

ETICA DE LA EMPRESA (1985)	DESARROLLO SUSTENTABLE (1972-2008)	RESPONSABILIDAD SOCIAL DE LA EMPRESA (1970- 2008)
Comportamiento Moral del administrador Recursos Humanos Recursos Relaciones con los <i>stakeholders</i>	Cuidado del Medio Ambiente Eficiencia Eco.ómica Empleo Justicia Social Derechos del Hombre Lucha contra la corrupción Salud	eficiencia Económica Empleo Derechos del hombre Cuidado del Medio Ambiente Relaciones con los <i>stakeholders</i> Salud Cultura

Fonte: elaboração de Moreno, R. C. (2009)

É a partir destes focos de ação em que as políticas sociais empresariais assentam e são promovidas junto dos trabalhadores da empresa, enfatizando o seu comportamento no trabalho, na aprendizagem e na prática dos valores morais promovidos pela mesma (MORENO 2009).

Mas a premissa mantém-se: que benefícios e quais os impactos que podem retirar as empresas e os seus trabalhadores da gestão de negócios de responsabilidade social empresarial e a consequente aplicação das Política Social? Na figura 4, apresentam-se que benefícios se podem retirar pela ação da Responsabilidade Social Empresarial e que podem (devem) ser utilizados para medir a eficácias das ações desenvolvidas:

³ *Stakeholders* é um conjunto de palavras de origem inglesa que se pode definir como “grupo de interesses”. Grupo esse em que fazem parte um grupo de pessoas e instituições que têm alguma relação ou interesse em comum e que podem ser afetados pelos objetivos de uma organização. Consultado em: <https://www.diccionariofinanciero.com/stakeholders/> (22/09/2022).

Figura 4 - Benefícios de reportar as práticas de SER - Adaptada de WBCSD (2002)

Manter a licença para operar
Criar valor financeiro
Atrair capital a longo prazo e condições de financiamento favoráveis
Consciencializar, motivar, solidarizar os colaboradores e atrair talentos
Melhorar os sistemas de gestão
Melhor consciencialização dos riscos
Melhoria contínua
Encorajar a inovação
Melhorar a reputação
Transparência

Fonte: elaboração de Calvino, M. M. A. B. (2019)

Podemos encontrar racionalidades híbridas neste quadro, que indica os benefícios retirados – tanto para a empresa como para o trabalhador – pelas ações de Responsabilidade Social Empresarial. O que contraria diversos trabalhos que apontam que muitas destas ações são meramente esforços unicamente direcionados para camuflarem os problemas éticos das empresas e dos problemas que daí resultam que acabam por recair nas populações socialmente mais fragilizadas. Por outro lado, há trabalhos que defendem que as iniciativas de responsabilidade social por parte das empresas são de louvar e que o seu papel de “empresacidadã” são essenciais para a sua própria redenção e benefício das comunidades locais (COSTA 2005).

Segundo Porter & Kramer (2002), a utilização da Responsabilidade Social Empresarial permite que os objetivos económicos e sociais da empresa resultem num potencial crescimento a longo prazo. Crescimento, rendimento, imagem e relações com os seus *stakeholders*, tanto beneficia a empresa na sua componente produtiva, como as próprias comunidades locais, que tiram os seus dividendos através dos apoios às causas sociais e às condições promovidas junto dos seus trabalhadores.

Já por outro lado, outros autores defendem que existe um risco político por estas ações sociais serem promovidas pelo sector privado. Segundo Paoli (2003) as ações sociais promovidas pelo sector privado entram numa esfera de desresponsabilização do Estado da sua função de regulador e promotor de ações de cidadania e igualdade. Desta forma, a ação privada vem regular a politização dos conflitos sociais e “mascarar” a ineficiência burocrática do próprio Estado.

Importa perceber a relação social que é produzida entre a empresa, a comunidade e o próprio Estado, os seus prós e contras, para a própria perceção das razões que levam a ação privada

empresarial a investir para além do legalmente exigido nos seus trabalhadores e nas comunidades locais.

Podemos observar, com alguns exemplos a nível nacional, como as empresas avançaram e investiram na esfera social e cultural e quais os proveitos obtidos por esse modelo de investimento:

Metalúrgica Duarte Ferreira, Tramagal

A Metalúrgica Duarte Ferreira, situada no Tramagal, concelho de Abrantes, fundada em 1879 como uma pequena forja, transformou-se no início do século XX uma empresa com um nível de negócios considerável. Inicialmente direcionada para a construção de ferramentas, máquinas agrícolas e lagares, dedicou-se, também, na década de 30 à produção de louça esmaltada. Com a guerra colonial (1961-1974) em curso, a fábrica do Tramagal assumiu a oportunidade na construção do camião militar Berliet – Tramagal.

A marca MDF (Metalúrgica Duarte Ferreira), associada ao seu símbolo - a borboleta – tornou-se uma referência nas áreas para as quais produziu a nível nacional e às colónias, até à sua falência em 1997 (FONSECA 2017).

Uma das políticas sociais aplicadas pelo fundador da empresa, se não a mais significativa, foi oficializar a empresa como um dos primeiros sistemas de Previdência em Portugal. Informalmente, o empresário já ajudava financeiramente algumas viúvas e filhos de seus trabalhadores, até que em 1927 foi fundada a “Caixa de Previdência do Pessoal da Casa Duarte Ferreira & Filhos”, só oficializada em 1943 com a publicação dos Estatutos (FONSECA 2017).

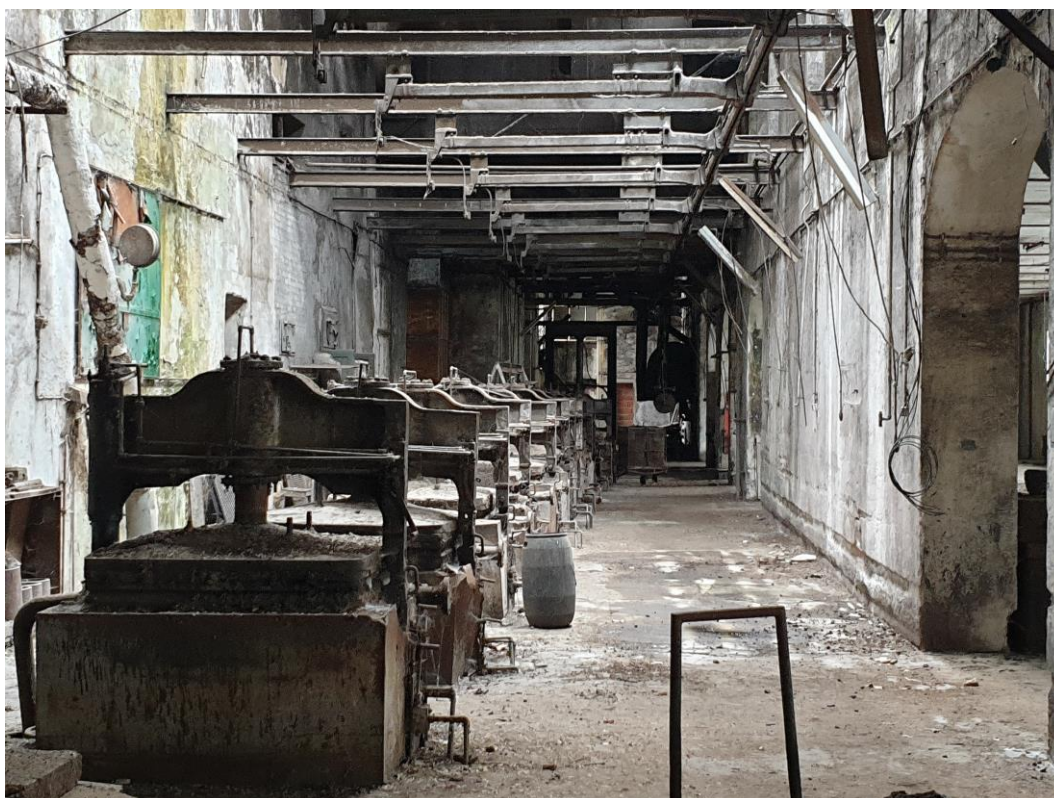
A “Caixa do Tramagal” também prestava condições ao nível de cuidados médicos variados e de equipamentos complementares, como laboratório de análises, Raios X e maternidade. A criação da Caixa de Previdência e a preocupação com o bem-estar dos seus trabalhadores e respetivas famílias, demonstrada por parte do empresário Eduardo Duarte Ferreira, transmitia-se em benefícios que a empresa podia retirar: a estabilidade do seu corpo de trabalhadores. Esta medida aplicada evitava a drenagem de pessoal para outras empresas que no seu grosso modo não garantiam nem equiparavam as mesmas condições (FONSECA 2017).

Ao nível cultural e desportivo, no dia 1 de julho de 1901, nasce a Sociedade Artística Tramagalense, que posteriormente levou ao nascimento do Teatro (Sociedade do Cordel) em 1912, e a 1 de maio de 1922 é fundado oficialmente o Tramagal Sport União. Ao nível da educação, proporcionou diversos apoios, sendo o mais referido prémios anuais aos melhores alunos e bolsas de estudo para quem prosseguisse a 4ª classe (FONSECA 2017).

A Corticeira Robinson, Portalegre

A Fábrica da Cortiça Robinson⁴, ou também conhecida como Fábrica da Rolha, foi um caso de sucesso empresarial, de empreendedorismo e de um trabalho de beneficência e filantropia, que durante 170 anos manteve uma laboração sem interrupções até ao seu encerramento definitivo em 2009. A própria história da fábrica e dos seus mentores confunde-se e envolve-se com a história da cidade de Portalegre, com as suas gentes, com o Alto Alentejo e com a indústria corticeira nacional. Podemos, ainda, nos dias de hoje encontrar numerosas estruturas e equipamentos dos séculos XIX e XX nas antigas instalações da fábrica, conforme a Figura 5:

Figura 5 – Secção de Autoclaves da Fábrica Robinson, Portalegre



Fonte: fotografia da autora

Em 1848, George William Robinson (fundador da Fábrica Robinson) adquire no lugar da Boavista, em Portalegre, terrenos e moradas de casas onde instala a sua habitação familiar e um dos principais núcleos de fabricação de rolhas (VENTURA 2007). Nessa mesma zona, criou habitações para os diretores da fábrica e também para funcionários. O investimento desta família de empresários continuou ao longo da sua história e desempenharam um papel de benfeitores tanto para a cidade como para os seus funcionários (GUIMARÃES 2006).

A George Robinson, e seus sucessores, são devidos um papel social importante nos mais diversos aspectos. Desde a fundação de uma Associação de Bombeiros Voluntários em

⁴ Diferentes empresas com a mesma origem ocuparam aquele espaço industrial, como por exemplo a Robinson Cork Growers.

Portalegre, além da corporação privada da própria fábrica, passando pelo estabelecimento de um Montepio destinado aos operários da fábrica, até à criação do Sindicato dos Operários Corticeiros do Distrito de Portalegre, muitas foram as iniciativas sociais ligadas à corticeira Robinson (PAREJO MORUNO, 2014).

Em 1903, num terreno junto à fábrica cedido pelos proprietários e com o seu contributo financeiro, arranca o projeto da Creche Baptista Rolo que foi inaugurada em 1905 e que serviu para receber os filhos dos funcionários da fábrica. Já antes, na década de 1870, o casal Ann e George Robinson eram de longe os principais contribuintes privados do Asilo Distrital de Infância Desvalida de Portalegre (SILVA 2018). A família Robinson também contribuiu para com a oferta de água para abastecer o futuro sanatório da cidade e foi fundado o Teatro dos Muros - ou Teatro Recreio Operário - que era o salão de festas dos operários, patrocinado pela família Robinson (VENTURA 2007).

Caso Empresa de Cimentos de Leiria, Maceira-Liz

A “Empresa de Cimentos de Leiria” é constituída em 1919, por um grupo de técnicos e capitalistas conceituados que deram origem a uma fábrica de cimento Portland na Gândara, inaugurada oficialmente em 1923. A origem desta fábrica deu início à “era moderna” da indústria cimenteira em Portugal através de condições de fabrico únicas no país: a utilização do forno rotativo e o laboratório de controlo.

A empresa tomou logo na sua fase inicial uma política empresarial “paternalista”, com preocupações sociais em respeito às condições e nível de vida dos trabalhadores. A partir de 1922 a fábrica inicia a construção e atribuição de casas aos seus trabalhadores, cujo número de divisões dependia do tamanho do agregado familiar. A tipologia de casa e localização da mesma dependia, também, da categoria profissional e hierarquia que o trabalhador possuía.

A construção de habitação para os trabalhadores levou ao aparecimento de um conjunto diverso de equipamentos e edifícios que serviam os trabalhadores, mas que eram pertencentes à fábrica. Escola primária, Posto Médico, Caixa de Previdência, Casa do Pessoal, Capela, Parque Infantil, Cantina/Cooperativa de Consumo, Campo de Ténis e de Futebol, Piscina, Casa do Rapaz e Casa da Rapariga, entre outros (POMBO 2008)

Estas ações “paternalistas” por parte dos empresários das empresas apresentadas como exemplo, para além da preocupação social e sentimento moral de responsabilidade pelo outro, a melhoria de vida proporcionada por estas empresas aos seus trabalhadores reflectia-se na própria consolidação das estratégias económicas. Para além disso, a relação saudável entre patrão e trabalhador esbatia as eventuais “lutas de classe” anticapitalistas (POMBO 2008).

Estas medidas também serviam para combater possíveis resistências que podiam advir da localização ou crescimento das fábricas nas localidades onde as populações residiam. Há que cada um dos *stakeholders* retirar o seu dividendo (PORTER & KRAMER 2002).

Falamos de zonas que demonstraram uma evolução demográfica positiva, devido aos efeitos das presenças destas indústrias. Como exemplo, temos o caso Maceira-Liz que em 1920 contava com 3633 habitantes e posteriormente entre 1920 e 1940 (período de crescimento da

cimenteira Maceira-Liz) ascende aos 6428 habitantes, o que corresponde a um aumento de 43% de população em 20 anos, devido não só à localização e expansão da fábrica, como também às medidas de fixação de novos residentes por parte da fábrica (POMBO 2008).

De maneira geral os três exemplos apresentados de empresas industriais têm em comum o investimento e a aposta em Política Social com foco de ação na Responsabilidade Social Empresarial. Apesar de laborarem em zonas distintas (Abrantes, Portalegre e Leiria) e em áreas industriais diferentes, estes exemplos servem para demonstrar que este género de ações não era exclusivo de determinadas áreas de produção ou de localização geográfica. Também vem reforçar que não é uma ação exclusiva das empresas dos tempos modernos, nem nas áreas de atuação: educação, habitação, na saúde, etc.

4. CASO DE ESTUDO: A GENERAL MOTORS EM PONTE DE SOR

4.1 PONTE DE SOR: DE VILA A CIDADE: O IMPACTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NUM TERRITÓRIO RURAL

A industrialização em Portugal não foi um processo uniforme por todo o território nacional, salientando-se alguns centros nacionais e regionais de elevada concentração industrial. As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, simultaneamente as de maior densidade populacional, sempre tiveram uma componente industrial significativa. Além destas, outros centros regionais, muitas vezes focados na transformação de produtos endógenos, destacaram-se em diferentes períodos da História. É o caso, por exemplo, da Covilhã ou de Portalegre.

No entanto, já desde final do século XIX, e acentuando-se ao longo do século XX, ocorre um fenómeno de deslocalização industrial em diferentes setores que levou a que a indústria se tenha concentrado sobretudo nas regiões de litoral e, dentro destas, junto de Lisboa ou do Porto (BADIA-MIRÓ; GUILERA & LAINS 2012). Neste contexto, e de uma forma geral, as zonas de interior tornaram-se ainda despovoadas à medida que a mão-de-obra se deslocava da agricultura para a indústria e, mais tarde, para os serviços, o que significou um êxodo rural para as grandes cidades.

É importante fazer uma análise à evolução da população residente em Ponte de Sor nas últimas décadas do século XX até ao início do século XXI, para melhor compreendermos o impacto no panorama populacional pelo desenvolvimento da indústria e da instalação da INLAN/DELPHI na cidade.

Ponte de Sor é um concelho constituído por cinco freguesias (Foros de Arrão; Galveias; Longomel; Montargil e União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor) que fica situado na Região do Alentejo, pertencente à NUT III – Alto Alentejo que corresponde na totalidade ao antigo Distrito de Portalegre. A sede de concelho foi elevada a cidade a 14 de agosto de 1985, numa altura que a então INLAN já se encontrava em plena laboração. Em 2021, segundo os dados do INE desse mesmo ano, o concelho de Ponte de Sor tinha um total de população residente de 15 249 indivíduos.

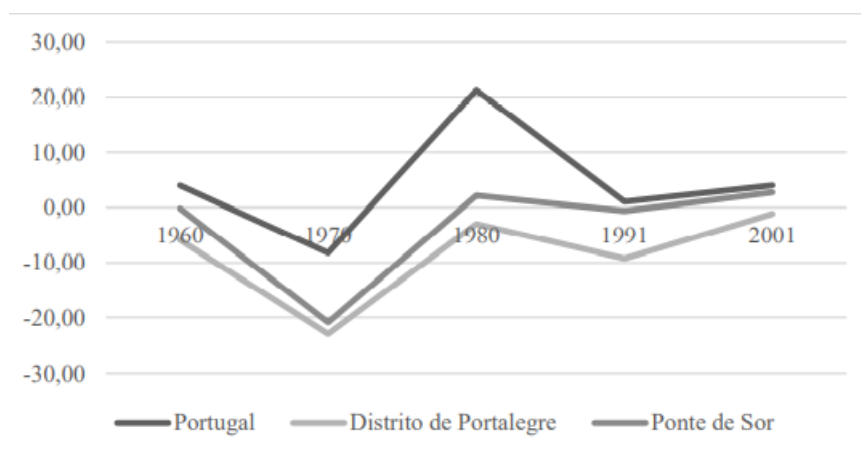
Tabela 3 - Evolução da população residente no concelho de Ponte de Sor

Freguesia/ Ano	Concelho	Galveias	Foros de Arrão	Montargil	Longomel	Ponte de Sor	Tramaga	Vale de Açor
1960	21902	2535	--	6357	--	13010	--	--
1970	17320	1830	--	5195	--	10295	--	--
1981	18079	1738	--	4730	--	11611	--	--
1991	17802	1633	1267	3145	1578	7750	1420	1009
2001	18140	1429	1037	2781	1494	8805	1732	862
2011	16722	1061	919	2316	1228	8958	1542	698
2017	15387	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: INE – censos 2011 e Anuário Estatístico do Alentejo 2017

Porém, ao contrário do restante Distrito de Portalegre onde se encontra, e a praticamente todas as regiões rurais portuguesas, Ponte de Sor não conheceu, na segunda metade do século XX, uma perda populacional contínua. O Gráfico 3 demonstra como o concelho de Ponte de Sor teve uma evolução não tão negativa como a da região envolvente, ganhando desta forma preponderância regional e apresentando inclusivamente crescimento populacional nas décadas de 1970 e 1990. Este registo, em contraciclo com o esperado, é certamente devido às empresas que ocuparam o espaço industrial inaugurado pela CIMBOR, às quais, no final do século XX, se juntaram algumas corticeiras de grande dimensão – Amorim Florestal, Subercentro e Álvaro Coelho & Irmão.

Gráfico 3 - Variação populacional, expressa em percentagem, de Portugal, Distrito de Portalegre e concelho de Ponte de Sor, 1960-2001



Fonte: elaboração de Pereira Faísca (2021) a partir dos Censos de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Do ponto de vista económico, Ponte de Sor pautava-se por uma predominância da agricultura, mas com algum emprego industrial que se veio a implementar também na sequência da fixação da CIMBOR e, sobretudo, das empresas que ali se seguiram no mesmo espaço industrial – a INLAN, em 1980, renomeada de Delphi em 1999. Assim, se em 1960 a agricultura empregava 68,6% da mão-de-obra local e a indústria 14,0%, em 1981 o setor primário correspondia a 36,7% e o secundário a 25,8% (PORDATA, 2021). Em 1960, o ano mais próximo da instalação da CIMBOR para o qual dispomos de dados, a taxa de desemprego no concelho era bastante baixa na ordem dos 2,3% (PORDATA, 2021). A região envolvente apresentava características semelhantes, pois, em 1960, 65,1% do emprego do Distrito de Portalegre dedicava-se à agricultura e somente 14,9% à indústria (PORDATA, 2021). O setor industrial local estava ligado aos produtos endógenos agroflorestais da região, pelo que as fábricas predominantes eram as de preparação de cortiça, moagem de cereais, descasque de arroz e transformação de pimentão e tomate.

De todos, o mais relevante era o corticeiro que, por sua vez, tinha já um razoável histórico no concelho, que remonta ao final do século XIX. De facto, no inquérito industrial de 1890 já se encontra sinalizada a presença de pequenas fábricas de cortiça (PORTUGAL 1891). Um pouco mais tarde, no início do século XX, ocorre o estabelecimento de várias unidades de

pequenas e médias dimensões, estas últimas frequentemente ligadas a algumas das maiores multinacionais corticeiras da época (FAÍSCA, 2019). A mais importante, até ao estabelecimento do Grupo Amorim no início do século XXI, foi uma filial da Mundet&C.^a que laborou durante quase 40 anos em Ponte de Sor, entre 1927 e 1966, chegando a empregar cerca 150 trabalhadores (Guimarães 2006, p. 170-172).

4.2 A INSTALAÇÃO DA INLAN/DELPHI EM PONTE DE SOR

A 28 de junho de 1969 constituiu-se legalmente a CIMBOR – Companhia Internacional de Manufaturas de Borracha, SARL –, com sede na vila de Ponte de Sor, tendo como finalidade o fabrico e venda de artefactos de borracha natural e sintética (PORTUGAL 1969: 2941-944). Esta formalização surge no seguimento dos primeiros contactos realizados, em março do mesmo ano, com a Câmara Municipal de Ponte de Sor (CMPS) para a aquisição do terreno onde se viria a instalar a única unidade fabril da empresa⁵.

Após uma década de prejuízos, os órgãos sociais da CIMBOR decidem vender todo o património imobilizado e, em seguida, liquidar a empresa. De imediato se inicia uma procura ativa de eventuais compradores. O processo veio a revelar-se bastante célere, já que em 1980 a INLAN, mais tarde DELPHI, adquire os ativos da CIMBOR em Ponte de Sor. Encerrava-se assim um ciclo que tinha sido marcado por uma insistente busca de viabilidade de um projeto industrial que, sobretudo, deixou um conjunto de infraestruturas.

Na tentativa de tornar a fábrica competitiva, os investimentos feitos ao longo dos anos resultaram em mais de 15 mil m² de área coberta de um total superior a 20 mil⁶. No interior da fábrica encontrava-se um laboratório avaliado em 12.000.000\$0013 e o processo industrial era suportado por um fornecimento de energia até 2.600 KVA, um abastecimento de água de 160m³/h e uma produção de vapor na ordem dos 8.000 kg/h. Tudo somado com a maquinaria existente a fábrica possuía uma capacidade de produção de cerca de 4.600 toneladas anuais⁷.

⁵ 5 Arquivo Histórico Municipal de Ponte de Sor, Câmara Municipal de Ponte de Sor, Atas, Ata de 9 março de 1969.

⁶ Arquivo pessoal de Luiz Vasco Rodrigues. Cimbor – Companhia Internacional de Manufaturas de Borracha, S.A.R.L.

⁷ Idem

Figura 6 – Instalações da CIMBOR em Ponte de Sor (1969-1980)

Fonte: fotografia encontrada nas instalações da Delphi. Autor desconhecido

Todo este investimento foi malsucedido. Contudo, paradoxalmente, foi a construção destes equipamentos que, ao que tudo indica, levou à instalação bastante bem-sucedida da GM em Ponte de Sor, pela existência de um sofisticado equipamento de produção de borracha (segundo entrevistas exploratórias). Ao contrário da CIMBOR, a GM permanecerá durante quase 30 anos no Alto Alentejo, ampliando largamente instalações até aos 65 mil m² de área total dos quais mais de 35 mil de área coberta, adquirindo maquinaria dispendiosa e chegando a empregar, pelo menos, 626 trabalhadores (500 MAIORES EMPRESAS, 1997).

Nesse mesmo ano - 1980 - iniciam-se conversações para a aquisição das instalações pela INLAN DIVISION (filial do Grupo GENERAL MOTORS na Europa), com o objetivo de iniciar nesse mesmo espaço a produção de componentes automóveis. A 28 de agosto de 1980 (DIÁRIO DA REPÚBLICA 1980), foi assinado o contrato entre o Governo Português e a GENERAL MOTORS para aquisição das antigas instalações da CIMBOR e para o estabelecimento da unidade fabril INLAN/DELPHI nesse mesmo espaço. Em 1981 é iniciada a construção do novo edifício fabril e de instalações sociais (cerca de 35 mil m² de área coberta) e são efetuados os primeiros envios de produtos produzidos na fábrica.

A INLAN inicia assim o seu percurso empresarial e torna-se, na época, o maior empregador privado do distrito de Portalegre, atingindo cerca 626 trabalhadores (500 MAIORES EMPRESAS, 1997). Ao longo da sua existência, a fábrica vai apostando sempre na melhoria da sua qualidade de produção, investindo na formação dos seus colaboradores e

responsabilizando-os pelos objetivos alcançados, envolvendo-os no processo de crescimento da própria empresa e valorizando a sua produtividade.

Figura 7 – Instalações da INLAN/DELPHI em Ponte de Sor (1980-2009)



Fonte: fotografia encontrada nas instalações da Delphi. Autor desconhecido

Inicia-se uma fase de palmarés: “Prémio de Qualidade”, instituído pelo jornal Expresso e pela Associação Portuguesa da Qualidade (APQ) em 1986; “Fornecedores do Ano de Volantes” – Opel – Alemanha em 1988; “Fornecedores do Ano Volantes” – novo prémio da Opel em 1989; “Fornecedor do Ano de Apoios de Motor” – Opel em 1990; 1º lugar na classe de grandes empresas pela Associação Portuguesa de Qualidade (APQ) em 1992; 1º lugar no concurso de mudança rápida de ferramentas - categoria de prensas de 150 a 750 toneladas, organizado pela IFG para todas as fábricas do grupo, em 1993; a GM Corporation atribui à Inlan um prémio pela forma como implementaram o novo processo de Manutenção Preventiva em 1994; a Inlan passa a fazer parte da Divisão Delphi e foi atribuído o Troféu de “Fornecedor do Ano ao produto Volantes” pela organização mundial de Compras da GM, em 1995; a Dun & Bradstreet atribui o Rating 1 à Inland/Delphi à imagem do que já tinha feito em 1995, 1996 e que ainda iria fazer em 1998 e 1999; é reconhecida pela revista Exame como a “Melhor Empresa Portuguesa para o Sector de Transportes” em 1998; é atingido um milhão de horas trabalhadas sem acidentes de trabalho em 2001; são obtidos dois importantes prémios, “E&C – Prémio de Prata de Qualidade” e uma distinção ambiental pelas técnicas inovadoras no tratamento de resíduos, em 2002; é reconhecido novamente a qualidade por parte da E&C com o “Prémio de Qualidade”, em 2003; consegue pela segunda vez um milhão

de horas trabalhadas sem acidentes de trabalho, a E&C atribui o Troféu de Platina e a S&I atribui o Troféu de Prata, relativamente à qualidade, em 2004 (DELPHI 2006).

Fora o seu trabalho empresarial de sucesso, a Delphi também se pautou pelas condições que proporcionava aos seus trabalhadores, que passavam por: festa de Natal com todos os funcionários e com prendas para os filhos dos trabalhadores até aos 12 anos; excursões com os trabalhadores; torneios de futebol entre trabalhadores e direção; campeonatos de pesca desportiva; Rally Paper's; torneios de ténis (existia um campo de ténis nas instalações da fábrica onde qualquer funcionário poderia praticar a atividade desportiva, tal como um campo de futebol); prémios de desempenho; seguros de saúde e dentários gratuitos aos funcionários da fábrica; entre outros complementos que tentavam valorizar o trabalho e a força física dispensada pelos operários e a sua perspetiva sobre a própria empresa. Posteriormente, este assunto será mais desenvolvido.

Mas apesar do aparente caso de sucesso e da importância da existência da Delphi no panorama social e económico de Ponte de Sor - e da própria região do Alto Alentejo - a empresa encerra portas a dezembro de 2009, lançando para o desemprego ainda cerca de 439 trabalhadores⁸. Não se tratou de um caso de falta de viabilidade económico-financeira da fábrica, mas sim de uma estratégia de reorganização da empresa a nível mundial e de descontinuidade na produção dos produtos que eram a base da fábrica⁹.

4.3 A POLÍTICA SOCIAL DA INLAN/DELPHI

Integrado este trabalho na Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, o caso de estudo inclui a recolha oral como uma ferramenta essencial para a salvaguarda da memória dos antigos trabalhadores da INLAN/DELPHI. Com esta recolha foi permitido fazer o registo dos testemunhos – em formato sonoro, onde se recorreu a um gravador – que permitiu retirar conclusões sobre os impactos da Política Social desenvolvida pela empresa, as novidades que com ela trouxe aquando a sua fixação em Ponte de Sor e o desenvolvimento económico-social sentido na localidade.

No total, em formato áudio, estão guardados cerca de 664 minutos de conversação com 12 antigos trabalhadores da fábrica, recolhidos desde o dia 3 de junho de 2022 até ao dia 22 de agosto de 2022, que constituem um acervo relevante para o estudo, preservação e divulgação das memórias e contextos sociais destes homens e mulheres que ali trabalharam.

Nas recolhas também é possível esboçar um quadro sobre as condições de trabalho, os métodos produtivos e o quotidiano laboral, o que permite, no futuro - não neste momento devido à limitação de tempo e ao próprio objetivo principal do trabalho académico -, aprofundar e retirar conclusões mais sólidas sobre estes temas.

⁸ Informação disponibilizada na imprensa nacional: <https://www.dn.pt/economia/delphi-fecha-em-ponte-de-sor-coloca-mais-439-no-desemprego-1403100.html> (consult. 05/05/2022).

⁹ Entrevista a Adolfo Silva, último Diretor da fábrica aquando o seu encerramento em 2009.

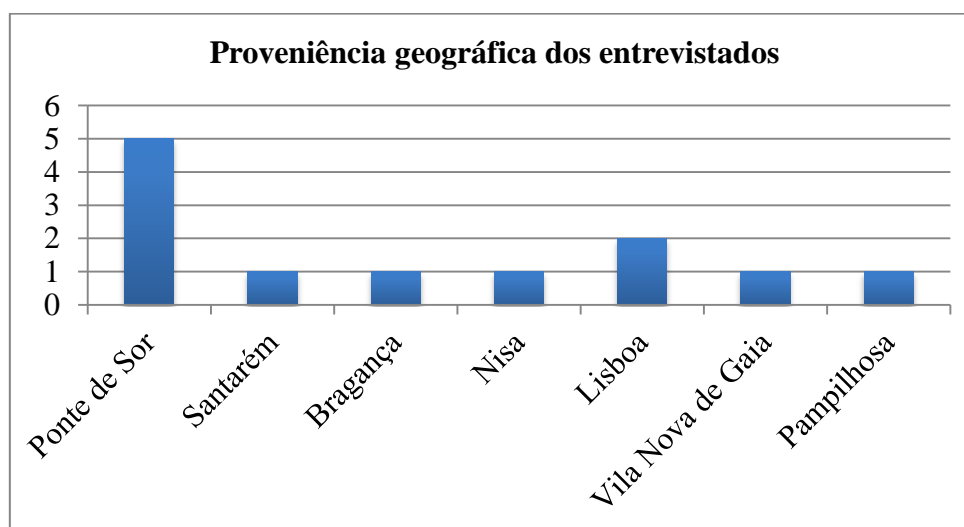
Considerando o género de trabalho de investigação optado para o caso de estudo, procurou-se uma aproximação aos antigos trabalhadores da fábrica INLAN/DELPHI numa dimensão humana. Aquando do agendamento das entrevistas foi deixada à escolha do entrevistado o lugar onde se sentiria mais à vontade para a partilha da informação.

As entrevistas realizaram-se nas instalações do Centro de Artes de Ponte de Sor, nas instalações da antiga fábrica INLAN/DELPHI e no local de trabalho no caso de dois informantes. Privilegiou-se neste processo de investigação e recolha a abordagem às vivências e experiências das pessoas entrevistadas em relação ao quotidiano da fábrica, mas sempre com o tema da política social da empresa como ponto central.

Com o objeto de estudo selecionado e os objetivos definidos, elaborou-se um guião com as questões pretendidas e como ferramenta orientadora para a recolha da informação. O guião contém questões abertas, divididas da seguinte forma:

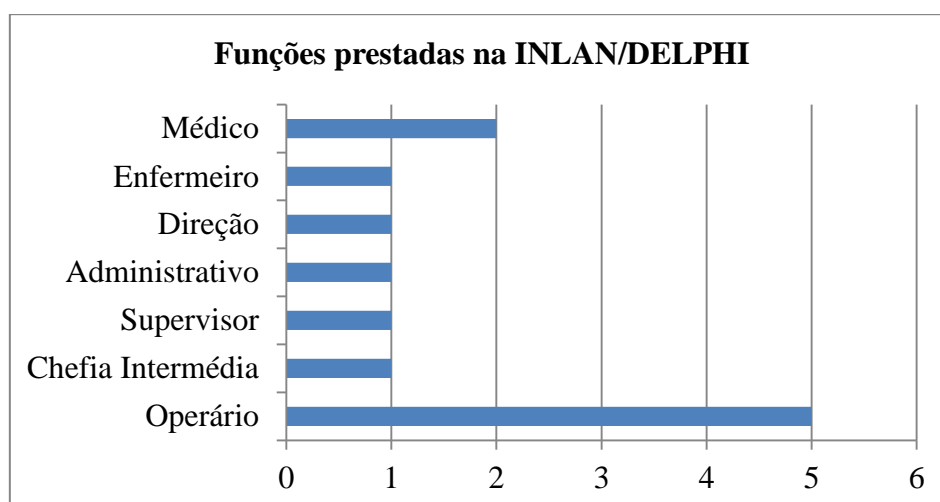
- Recolha dos dados pessoais: registo dos dados pessoais e as atuais condições profissionais;
- Recolha CIMBOR: questões a aplicar caso o antigo trabalhador tivesse iniciado o seu trabalho na fábrica anterior e transitado para a INLAN/DELPHI avaliando-se as condições de trabalho e a política social da CIMBOR, para posteriormente estabelecer uma comparação com a política social da INLAN/DELPHI;
- Recolha INLAN/DELPHI: questões para avaliar a visão dos antigos trabalhadores sobre a importância da política social da empresa, quais eram praticadas e, tanto quanto possível, estabelecer uma comparação com as políticas sociais seguidas noutras empresas da região.

Entrevistaram-se 12 pessoas com uma média de idades aproximadamente de 63 anos, tendo o informante mais novo 52 anos e o mais velho 69 anos. São todos residentes em Ponte de Sor, apesar da proveniência geográfica de alguns elementos ser de fora do concelho, como se encontra no gráfico 4, o que sugere a capacidade de atração de mão-de-obra que contribuiu para o crescimento populacional de Ponte de Sor conforme já assinalado.

Gráfico 4 – Proveniência geográfica dos entrevistados

Fonte: elaboração da autora

Em relação às funções dos inquiridos, procurou-se obter um campo de recolha diversificado de forma a analisar o impacto e a importância da política social da empresa a partir de diferentes perspetivas. Nesse sentido, optou-se por escolher antigos trabalhadores que tivessem tido diferentes experiências profissionais dentro da INLAN/DELPHI: operários, supervisores e administrativos. Incluiu-se também três elementos com funções alheias à função produtiva da empresa: dois médicos e um enfermeiro. Esta escolha deve-se à importância revelada por parte de todos os entrevistados do apoio que a empresa disponibilizava na área da saúde e porque estes profissionais fizeram parte, ainda que em regime de prestação de serviços, da equipa INLAN/DELPHI.

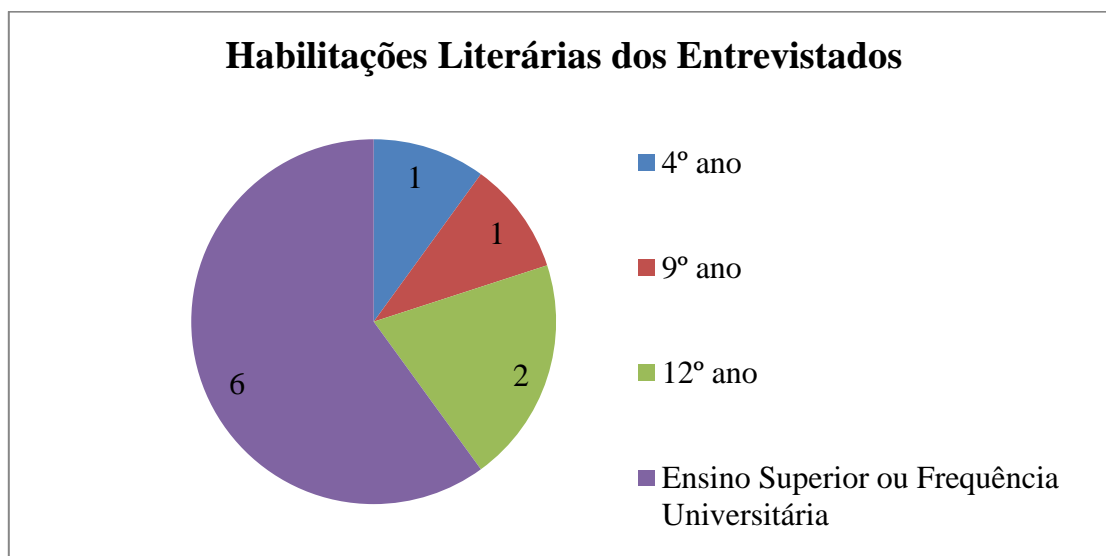
Gráfico 5 – Funções na INLAN/DELPHI

Fonte: elaboração da autora

Em relação à formação académica 56% aumentou a sua escolaridade desde a entrada na empresa até à sua saída (retirou-se desta análise os elementos da área da saúde), o que faz que

o grupo de entrevistados possui um nível de escolaridade superior à escolaridade obrigatória segundo a faixa etária a que pertencem. Estes dados sustentam um dos pontos com que os entrevistados foram inquiridos, se tinham algum apoio por parte da empresa relativamente à educação/formação, tanto formal como não formal, e que será abordada mais adiante.

Gráfico 6 – Habilitações literárias dos entrevistados



Fonte: elaboração da autora

Seguindo o questionário aplicado durante as recolhas orais, procedeu-se à seleção das áreas de intervenção da política social da INLAN/DELPHI que irão ser imediatamente desenvolvidas. Os pontos a serem desenvolvidos serão: saúde, educação/formação, cultura/lazer e o apoio à família/maternidade. Considera-se relevante abordar este último tema para perceber a questão da igualdade de género num espaço fabril maioritariamente constituído por trabalhadores do género masculino. No final da análise, será feita uma breve comparação para a percepção da importância ou da novidade da política social da antiga INLAN/DELPHI.

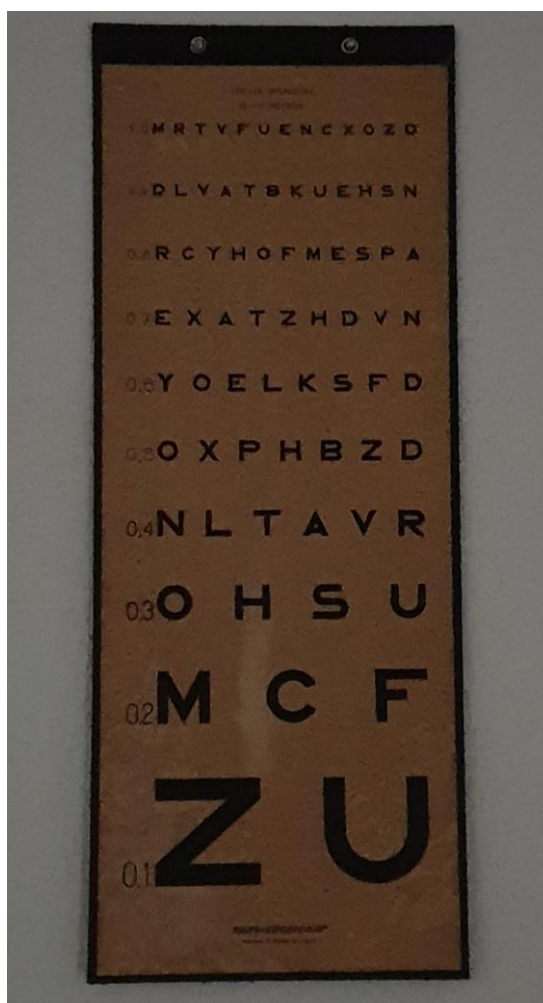
4.3.1 SAÚDE

“Era uma empresa com alguma dimensão, com bastante dimensão, a nível distrital. Como tal, fazia ponto de honra ter um serviço de saúde de excelência.” (Dr.^a Ausenda Belo Martins. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 6.35m).

No primeiro momento de entrevistas com os antigos trabalhadores, ao fim de não muito tempo de conversa sobre o processo de entrada na empresa, e as categorias profissionais que ocuparam, os dois primeiros elementos entrevistados indicaram um dos elementos diferenciadores da componente da política social promovida pela empresa: a saúde. Desde esse primeiro momento, todas as entrevistas que se seguiram tiveram em comum esta mesma menção como um dos pontos mais valorizado e diferenciador, em comparação com a realidade industrial que daquela época e em as comparações de empresas anteriores à entrada na INLAN/DELPHI.

Cumprindo o disposto no Decreto n.º 44537, de 22 de agosto de 1962 (DIÁRIO DO GOVERNO 1962), Em vigor na altura: “as empresas que tenham 200 ou mais trabalhadores deverão criar serviços médicos privativos” (Art. 4.º) e a “ duração do serviço prestado pelos médicos às empresas não poderá ser inferior a uma hora por mês por cada grupo ou fracção de dez trabalhadores expostos ao risco ou menores de 18 anos ou de vinte trabalhadores nas restantes condições” (Art. 6.º). A empresa efetivamente cumpria os dispostos na lei na disponibilização de Medicina do Trabalho nas próprias instalações da fábrica, com consultório médico, sala de enfermagem e sala de exames complementares de diagnóstico.

Figura 8 – Tabela oftalmológica do gabinete de medicina da INLAN/DELPHI



Fonte: fotografia da autora

Dos diferentes entrevistados, independentemente da categoria ocupada na hierarquia da fábrica, a disponibilização do gabinete médico e de enfermagem, tal como a sala de diagnósticos complementares, foi, e na ótica dos mesmos ainda é, um dos pontos mais valorizados.

Segundo todos os entrevistados, estes espaços encontravam-se disponíveis para receber qualquer um dos trabalhadores caso fosse necessário e alegaram estar abertos todos os dias ou “praticamente todos os dias”. Na entrevista realizada aos antigos médicos e enfermeiro que

prestaram serviço na fábrica: *“Ali havia uma política: a porta estava sempre aberta.”* (Dr. João Belo Martins. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 9:29m). Segundo os médicos, só um dia por semana é que não havia atendimento médico. Já o gabinete de enfermagem estava aberto e disponível todos os dias, das 14h às 17h.

Independentemente do pressuposto na lei, o gabinete médico e de enfermagem encontravam-se disponíveis para os trabalhadores não exclusivamente numa vertente de Medicina do Trabalho. Qualquer elemento da fábrica podia recorrer a este serviço, independentemente do assunto de saúde estar, ou não, relacionado com a prática profissional. Segundo um dos antigos trabalhadores: *“foi aqui que o doutor que receitou os medicamentos para a tensão alta”* (Francisco). Nessas visitas dos trabalhadores ao consultório da fábrica muitas foram as doenças diagnosticadas e devidamente acompanhadas.

“ (...) como um verdadeiro posto de saúde, nas duas vertentes (...) não só a Medicina do Trabalho cumprindo toas as normas que regem a vigilância dos trabalhadores na prevenção das doenças relacionadas no trabalho – essa era a parte mais nobre – assim como a outra parte que era a assistência na doença. Aí já não tinha nada a ver com a Medicina do Trabalho (...) mas a assistência na doença.” (Dr.^a Ausenda Belo Martins. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 7.32m).

O serviço de saúde disponibilizado na fábrica estendia-se para além do exigido por lei. A própria empresa - que reconhecia as vantagens por prestar esta oferta – não só financiava os recursos humanos como também investiu no equipamento de meios de diagnóstico complementar: electrocardiograma, testes de visão, audiometria. Qualquer necessidade de outros exames, os quais não estavam disponíveis nas instalações próprias da fábrica, eram devidamente encaminhados para os serviços de saúde externos, tanto no sistema público ou privado, por conta da empresa e sem prejuízo para o trabalhador. Além dos exames e consultas, sempre que algum trabalhador tivesse necessidade de uma receita para aquisição de medicamentos, o médico de serviço na fábrica assim a disponibilizava.

“ Eu lembro-me que naquela altura (...) era raro um trabalhador vir ao centro de saúde, porque sabia que tinha lá (na fábrica) toda a assistência.” (Dr.^a Ausenda Belo Martins. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022, 8:00m).

Esta disponibilidade e facilidade facultada aos trabalhadores para que recorressem regularmente - ou quando sentissem essa necessidade - ao consultório médico e de enfermagem da fábrica traziam benefícios a nível económico e organizacional à empresa. *“Cada vez que a pessoa tivesse um problema, era só marcar a consulta.”* (Rosa Moreira. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 37:06m). A medicina preventiva ajuda a combater o absentismo da mão-de-obra fabril devido a doenças inesperadas ou até agravamento de pré-existentes. Ao ter este serviço disponibilizado no interior da fábrica também evitava o absentismo por falta ao serviço sempre que houvesse a necessidade de recorrer a serviços de saúde ditos “tradicionais” (centro de saúde, hospital).

“Para a empresa não havia absentismo porque resolviam ali o problema (...) fazíamos ali Medicina Curativa, aquilo era bom para as duas partes.” (Dr. João Belo Martins. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 8:38m).

Numa fase inicial a empresa contratava uma empresa em regime de “*outsourcing*” que prestava serviço na fábrica, com a disponibilização de serviços de medicina de trabalho e preventiva. Como uma empresa prestadora de serviços, as equipas médicas eram instáveis e muito rotativas, o que não permitia um melhor acompanhamento médico e por isso não se estabelecia uma a relação médico-paciente. A INLAN/DELPHI, para melhorar o serviço médico disponibilizado, efetuou um primeiro contato, em 1999, ao Dr. João Martins e à Dr.^a Ausenda Martins, médicos locais, para a apresentação de uma proposta de serviço regular, de qualidade e de proximidade com os trabalhadores. Em 2000 inicia-se assim um novo serviço, criado de raiz, que se baseava na proximidade, com disponibilização de Medicina do Trabalho, aliada a uma Medicina Curativa e Preventiva.

“A grande vantagem (...), sendo médicos de cá, conhece-se as pessoas (...) e se fosse necessário articular com o centro de saúde tudo isso é facilitado.” (Enf. Rui Farinha. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 11:09m).

Uma das razões para este ser um dos pontos mais positivos apontados por todos os entrevistados (o apoio na saúde) tem de ser analisado segundo a época em que foi implementado. Naquela época, quando a fábrica iniciou a sua operação (e durante a sua existência), não era comum esta prestação de serviços de saúde tão alargada, pelo menos a nível regional e, provavelmente, também seriam poucas as empresas industriais que o praticavam a nível nacional. As empresas tinham de cumprir os dispostos na lei, mas na região, naquela época, não havia conhecimento de um serviço oferecido aos trabalhadores dentro dos mesmos moldes, como a INLAN/DELPHI prestava. *“Que tivessem esta abertura, esta disponibilidade, não conheço!”* (Dr.^a Ausenda Belo Martins. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 13:50m). Aliás, mesmo atualmente, os principais empregadores privados do concelho de Ponte de Sor e limítrofes não oferecem um serviço de saúde tão completo.

O serviço de medicina disponibilizado pela empresa INLAN/DELPHI assentava em três vertentes, em simultâneo com o gabinete de enfermagem: medicina do trabalho, na observação e deteção de alguma doença relacionada com a actividade profissional do trabalhador, bem como no aconselhamento para adaptação do posto de trabalho ao nível ergonómico; medicina curativa, para prevenção de doença crónica ou aguda; e a medicina preventiva, com ações de sensibilização e formação para prevenir comportamentos de risco e de doenças associadas.

Segundo a equipa médica e de enfermagem, em conjunto com as recolhas obtidas através dos antigos trabalhadores, eram constantes as ações de sensibilização nos cuidados a ter na saúde e na segurança no trabalho. Eram realizadas, regularmente, palestras para a prevenção da saúde, em diversos temas, propostos tanto pela fábrica como pela equipa médica e de enfermagem. Quinzenalmente eram realizadas reuniões em equipa para analisar erros, acidentes e debaterem propostas e estratégicas para a correcção dos mesmos. Eram reuniões alargadas, com a direcção, supervisores, operadores, equipa médica e de enfermagem,

Independentemente da posição hierárquica ocupada na fábrica as regras de higiene e segurança e acompanhamento médico eram iguais para todos os elementos da organização e incentivado pelos membros superiores da empresa: *“Quem mais fazia força ainda nesse sentido de manter a segurança vinha exactamente da direcção. (...) O exemplo vinha de cima”* (Enf. Rui Farinha. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 15:51m).

“ (...) mas eu lembro-me do meu cunhado, ele dizia naquela altura, que nem ele próprio na Mundial Confiança tinha aquele seguro!” (João Possante. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 11:06m).

Para além da disponibilização da Medicina de Trabalho – exigida por lei – e de um serviço complementar de apoio à saúde disponibilizado na fábrica, a INLAN/DELPHI em 1991, pelas mãos de um dos diretores americanos, Richard Norton, introduziu um seguro de saúde e um seguro de vida, suplementar ao seguro de trabalho, para todos os trabalhadores da fábrica (INLAN, 1991). O seguro de vida consistia numa compensação financeira aos herdeiros em caso de morte do trabalhador, na proporção de 14 salários que auferisse aquele momento. Independentemente de esse benefício oferecido aos trabalhadores da fábrica, por parte da direcção, a sua atribuição não foi pacífica. Existiu um movimento de greve, convocado pelo sindicato, devido à atribuição desse mesmo seguro de vida que complementava o de trabalho e de saúde:

“Se eu vos disser, se acham que é razoável, por se ir introduzir um seguro de saúde e um seguro de vida se tenha feito uma greve por causa disso? (...) A fábrica introduziu um seguro de vida que pagava - seja em que circunstância for que a morte ocorra - 14 salários aos respectivos beneficiários (...) permitir que depois da morte da pessoa que trabalhava em dar um período de prestação financeira que lhe permitisse adaptar a uma nova vida que viesse a ser feita. O conceito era esse. O que é que diziam os sindicatos e foi o leito emotivo para moldarem a greve? É que se um engenheiro morrer pah, a família dele recebe mais pah que um operário.(...) e o homem que fez, que introduziu isto, este seguro, (...) ele inclusivamente até extravasou as suas funções (...) e fizeram-lhe a greve. Nesse dia até chorou.” (Adolfo Silva. Ponte de Sor 22 de agosto de 2022. 1:11:12m).

Como já foi referido, as políticas sociais são consideradas essenciais e úteis para a administração de uma empresa, isto numa perspectiva humanista. Independentemente da implementação de uma política social que até extravasava o exigido por lei, a empresa confrontou-se com uma situação que poderia ser considerada impensável: a greve. A greve convocada por parte do sindicato justificava a sua função de defensor dos direitos e das melhores condições para os trabalhadores. A ótica da greve baseava-se na sua própria base ideológica, que independentemente das categorias que cada um ocupasse, o valor devia ser igual para todos e não segundo o que auferiam de vencimento. Apesar dessa situação, os benefícios foram atribuídos na linha que tinham sido originalmente desenhados.

“E se a minha memória não me falha penso que a Delphi foi uma das primeiras – se não foi a primeira – a introduzir o seguro de saúde na empresa.” (Rosa Moreira. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 39:49m)

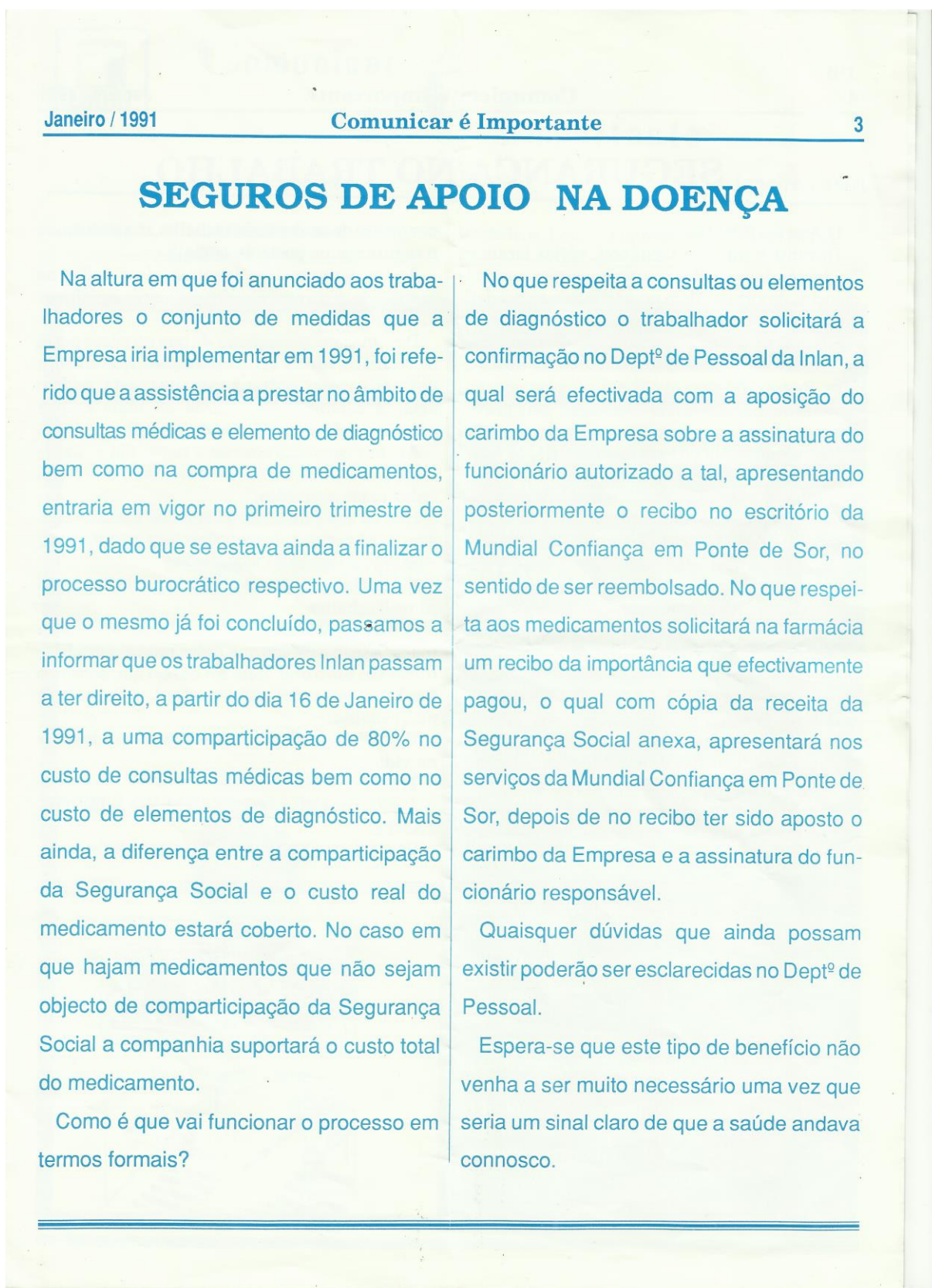
Um dos grandes elementos diferenciadores e de satisfação da fábrica INLAN/DELPHI era de facto o seguro de saúde. Numa fase inicial o único beneficiário era o trabalhador, mas posteriormente foi alargado para o agregado familiar (conjugue e filhos): “ (...) *mais tarde foi alargado ao agregado familiar. Esposa e filhos.*” (Rosa Moreira. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 38:10m). O seguro cobria consultas, exames complementares, oftalmologia, medicamentos - “*Na altura do euro eram 300 euros.*” (Joaquina Alves. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 39:13) - e a grande novidade para a época: a ortodontia. “*A primeira vez que comecei a tratar dos meus dentes foi com este seguro, verdade!*” (Francisco. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 11:40). Quando questionados se outras empresas na época forneciam as mesmas condições (seguro de saúde) todos os elementos que participaram na recolha oral responderam peremptoriamente que não. “*Não havia ninguém em fábrica nenhuma que tivesse isso.*” (João Possante. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 11:35).

A política da empresa era oferecer um serviço completo, de qualidade aos trabalhadores numa ótica de compensação pelo seu esforço, trabalho e dedicação. A empresa tinha a perceção que uma boa qualidade de vida na saúde dos trabalhadores evitava o absentismo e a própria robustez do corpo e mente do trabalhador traduziam-se em benefícios para a empresa. Estes serviços oferecidos traduziam-se em ganhos, não só em despesa e eram promovidos pela empresa. “*Se houvesse necessidade de fazer adiantamento para alguma despesa a fábrica fazia imediatamente. E depois quando eles recebessem da companhia de seguros restituíam o dinheiro.*” (Adolfo Silva. Ponte de Sor, 22 de agosto de 2022. 1:15:37).

“*Há seguros e seguros. Uma pessoa tem um seguro mas aquilo depois na prática... e ali não! Efetivamente, mesmo benefícios na questão de se ter! (...) Os medicamentos, a parte que não era participada o seguro pagava, ou seja, despesas com medicamentos era zero. (...) Podíamos ir ao médico que queríamos, que quiséssemos, mesmo que não tivesse acordo com a seguradora trazíamos a faturinha e 80% era participada.*” (António Sobreira. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 24:55).

De facto, na edição de janeiro de 1991 da publicação periódica interna da INLAN/DELPHI, a empresa apresentou aos trabalhadores as condições gerais do seguro de saúde. Assim, todos os trabalhadores passaram a auferir de uma participação de 80% em todas as consultas médicas, bem como em exames auxiliares de diagnóstico. No caso de medicamentos, o seguro da empresa cobria a diferença entre o custo final e a participação da Segurança Social e, no caso de medicamentos sem qualquer participação, o seguro garantia a cobertura total da aquisição do medicamento, de acordo com o que se pode verificar na Figura 9.

Figura 9 – Comunicação aos trabalhadores das condições gerais do seguro de saúde da INLAN/DELPHI em vigor a partir de 16 de janeiro de 1991



Fonte: Revista de comunicação interna da INLAN/DELPHI (1991)

4.3.2 EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

Em todas as empresas, dentro da sua organização, encontram-se diferentes posições na hierarquia relativas à sua função profissional e académica. Na fábrica INLAN/DELPHI isso não era exceção. Encontrava-se na sua estrutura operários de base, ligados à produção industrial, que tradicionalmente estavam associados a escolaridades mais baixas. Nos casos de funções intermédias (exemplo de funções administrativas ou chefias intermédias), a escolaridade era superior à da escolaridade mínima obrigatória - segundo a idade - ao nível de frequência universitária ou grau académico universitário. No caso das funções de direcção, o nível era de grau académico ao nível superior. Isto de forma geral.

Iremos analisar se dentro da empresa existiam incentivos ou facilidade no acesso dos trabalhadores ao ensino dito formal, e/ou se tinham uma cultura de promoção interna na educação não formal – mais direccionada para a formação. Não se exclui nesta análise os apoios aos estudos dos filhos dos trabalhadores.

Com a transição de muitos dos antigos trabalhadores da antecessora fábrica, a CIMBOR, a INLAN/DELPHI “herdou” um conjunto de trabalhadores que já guardavam consigo um certo *know how* sobre processos de produção e organização industrial: “*Mas apesar da empresa ter absorvido um número substancial dos antigos trabalhadores da CIMBOR, depois havia um compromisso também de admitir cerca de 50% dos empregados da CIMBOR, isso fazia parte do compromisso da General Motors e foi assim, começámos assim, pois.*” (Luís Monteiro. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 27:44).

Mas independentemente, e tendo em conta a especificidade dos produtos a serem desenvolvidos na fábrica e a sua própria cultura empresarial, a empresa investiu internamente na formação dos seus colaboradores. Todos os entrevistados garantiram que tinham regularmente formações, pagas pela INLAN/DELPHI e em horário laboral (algumas vezes fora) nas áreas de foco da empresa: produção, métodos, segurança e aprendizagem.

Figura 10 – Certificado de formação internacional de um trabalhador da INLAN/DELPHI

Fonte: Certificado de formação. Arquivo pessoal de Luís Vaz.

A possibilidade de crescimento na empresa era possível, desde que houvesse essa necessidade para os seus quadros e caso os trabalhadores demonstrassem essa capacidade. Segundo o seu antigo diretor (Adolfo Silva), na sua maioria, os quadros intermédios da fábrica originalmente foram operários que puderam progredir internamente. Essa possibilidade demonstra uma cultura de empresa e de aposta no seu maior ativo: os funcionários. Independentemente dos custos associados (muitos deles não tinham habilitações ao nível de ensino superior) a empresa investiu nos mesmos, tal como confirma o relato de um dos entrevistados:

“Eu vou-lhe dizer, eu não tenho licenciatura em engenharia, eu comecei como supervisor de produção e acabei como director de engenharia de qualidade. Deram-me a formação toda que eu precisava para poder tomar a ocupação desse lugar (...) Nós, e fomos muitos, não fui um caso isolado, fomos muitos, muitos! Fiz formação em Portugal, no estrangeiro, na Alemanha, nos Estados Unidos, no México (...) A INLAN, para mim, e para todos os colegas - há-de ser algum um pouco mais negativo - deu formação, oportunidades de crescimento. Nós, os quadros médios superiores já na altura tivemos a Universidade Católica, que tem um curso de gestão para quadros, e nós aos sábados tínhamos professores da Universidade Católica de Lisboa que vinham nos dar formação.” (Luís Monteiro. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 31.02)

Apesar de a empresa ter absorvido algum capital humano da fábrica anterior e no investimento na formação dos seus colaboradores, o crescimento constante causou necessidade de mais mão-de-obra especializada para os seus quadros: *“Se nós quiséssemos ter um mestre em máquinas ferramenta, tornos e fresas isso não havia. A DELPHI, INLAN na*

altura, com protocolo com o Estado, criou uma escola de formação dentro das instalações, onde fez grande parte de formação dos técnicos de manutenção. Particularmente aqueles que tinham trabalhado com tornos e fresas. E tivemos inclusivamente um colega que na sua área de especialidade foi a um concurso à Austrália e ganhou o primeiro prémio. Portanto, a INLAN investia em formação de uma maneira extraordinária.” (Luís Monteiro. Ponte de Sor, 13 de junho de 2022. 34.05) Devido à falta de oferta em determinadas áreas técnicas muito específicas na região, a empresa tomou a iniciativa de “oferecer” a mesma a futuros trabalhadores criando uma “escola” de formação, que existiu de 1983 a 1985. A empresa dispensava espaço nas suas instalações e contratou formadores externos, que posteriormente foram substituídos por trabalhadores (que tendo tido essa formação e demonstrado capacidade para tal) passaram a fazer essa função.

“Viemos a fazer, um outro curso já só para miudagem (quando digo miudagem não é assim depreciativo, mas eram mesmo!), com os seus 16 anos, que foram lá para fazer três anos e saírem com a qualificação de décimo segundo. Com, novamente, com aulas práticas na área da mecatrónica ... com formação teórica. Tinham aulas de inglês pah, depois de matemática, física, etc. e um conjunto de matérias teóricas que eram dadas pela rapaziada da fábrica, a “engenheirada”, mas tinham as aulas práticas. (...) O que era diferenciador nesta empresa é isto ter sido feito nos anos 80.” (Adolfo Silva. Ponte de Sor, 22 de agosto de 2022. 45:35).

Esta oferta e aposta na formação profissional foi uma constante da empresa até ao seu encerramento. Para uma região que na época em questão (anos 80 do século XX) carecia de mão-de-obra especializada, a INLAN/DELPHI possibilitou que um conjunto de jovens e jovens adultos locais e de zonas limítrofes tivessem a oportunidade de se formar em áreas técnicas especializadas. O que possibilitou, que até após o encerramento da mesma, os que assim tiveram hipóteses, tenham continuado noutras empresas a trabalhar, tanto na região como fora, e até a nível internacional.

O investimento local em formação especializada alargou-se ao próprio Instituto Politécnico de Portalegre que desenhou um curso específico para as necessidades da fábrica, que tinham aí as suas aulas práticas. Segundo o antigo diretor, Adolfo Silva, no início dos anos 90 do século XX, o próprio Instituto Politécnico de Portalegre recebia funcionários dos altos quadros da empresa para leccionarem aulas aos alunos na própria instituição. Esta formação, nos dias de hoje, já não é ministrada no Instituto Politécnico de Portalegre.

O investimento em formação fazia todo o sentido tendo em conta os objetivos pretendidos pela empresa de renome internacional. A aposta na qualidade e segurança no trabalho era uma bandeira, a qual a INLAN/DELPHI não descurava e queria implementado em toda a sua estrutura organizacional. Havia uma cultura de empresa, e como tal os seus trabalhadores também tinham de estar alinhados nesse objetivo:

“Toda a supervisão era treinada para implementar um conceito que se queria. Por isso é que nós tínhamos formação. Nunca me esquece a primeira formação que eu tive. Primeira formação que eu tive, saímos daqui juntámos-mos com as outras empresas da GM no hotel na zona de Lisboa e em certa altura começam nos a passar um filme mudo. O filme era um indivíduo dentro de um carro, que apercebemo-nos que o carro era da General Motors, que

era um Buick, que apercebemo-nos que era a quase meio-dia e às tantas apercebemo-nos que o carro está a deitar fumo. E vemos um condutor muito aflito a olhar para a avenida, até que ao fundo vê um reclame de uma oficina da General Motors. A cara de alívio do condutor, entretanto, o fumo a aumentar, olha para o relógio e é meio-dia menos um. Quando o condutor e o carro chegam ao pé da oficina esta o empregado da oficina a fechar o portão, o homem bate no volante como se buzinasse, aponta para o carro e o indivíduo que está a fechar o portão aponta-lhe para o relógio, é meio-dia e ele fecha o portão e acabou o filme. Pergunta o formador: o que é que vocês pensam da atitude do condutor e da atitude do funcionário da oficina? E o que é que vocês fariam de diferente? (...) Uma coisa fundamental, é meio-dia é hora de almoço a oficina tem espaço aberto é deixar o carro entrar e dizer: oh amigo nós vamos fechar agora, vamos para almoço, até vem almoçar connosco, depois de almoço tratamos do seu carro e tínhamos um cliente satisfeito. (...) Estava tudo nos conformes para ter um cliente a dizer bem de uma oficina. (...) É isso que faz o sucesso da fábrica.” (Luís Vaz. Ponte de Sor, 24 de junho de 2022. 39:10).

Figura 11 – Comunicação aos trabalhadores da importância da segurança no trabalho, bem como da actualização dos apoios monetários às famílias

4

Comunicar é Importante

Janeiro / 1991

SEGURANÇA NO TRABALHO

O Ano de 1990 terminou.

Durante o Ano que terminou, vários foram os acidentes de trabalho que aconteceram por deficiências de vária ordem nomeadamente por deficiências de operação.

Nesta área, a forma como muitas vezes operámos não foi a mais correcta esquecendo-nos de algumas Regras Básicas de Segurança ou, pura e simplesmente, alterando-as a nosso "belo prazer e comodidade".

Penso que o que passou já é história.

Não nos podemos esquecer no entanto que a vida do dia a dia é muitas vezes feita de lições tiradas do passado (da história).

Assim, o Ano de 1991 começou.

Como diz o velho ditado "ANO NOVO, VIDA NOVA".

Mais oportunidades se apresentam este ano que nos permitem juntamente com as lições de 1990, corrigir de alguma forma tudo aquilo que há a corrigir. Para 1991 o objectivo será como sempre ZERO ACIDENTES DE TRABALHO.

É desde já um objectivo impossível de atingir.

Até ao dia 11 de Janeiro já ocorreram quatro acidentes de trabalho. Não foi de forma alguma a melhor maneira de iniciar o ano.

Já estamos longe do objectivo.

Por isso torna-se necessário que, com a colaboração de todos, em atitudes e em ideias minimi-

zar o risco de acidente de trabalho, maximizando a segurança no posto de trabalho.

Assim é necessário seguir à risca todas as regras de segurança, não deixando qualquer alternativa.

Devemos ter consciência de que no nosso posto de trabalho várias são as situações, que embora possam parecer rotina à primeira vista, podem estar a conduzir mais tarde ou mais cedo à ocorrência de um acidente de trabalho.

Avaliar conscientemente o nosso dia a dia de trabalho é uma forma de tomarmos em conta todas essas situações.

Não se deve facilitar quando se encontra em jogo a nossa segurança. Por isso não facilite, cumpra as regras de segurança.

Vamos fazer do Ano de 1991 o Ano da Segurança no Trabalho.

O Ano de 1991 deve ser um BOM ANO para todos. Este é o desejo que todos temos quando se inicia um novo ano. Este é o desejo que eu tenho também para todos, até em relação à Segurança no Trabalho.

Trabalhar em Segurança é uma forma de estar na vida.

Trabalhe em segurança.

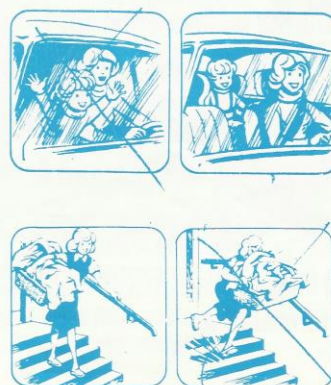
A SEGURANÇA NO TRABALHO É IMPORTANTE.

VOCÊ É MUITO MAIS IMPORTANTE.

ACTUALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES FAMILIARES

PRESTAÇÕES	VALOR	
	1990	1991
Abono de família	1 550\$00	2 000\$00
	2 350\$00 (a)	3 000\$00 (a)
Abono complementar à criança e jovens deficientes:		
14 anos	4 100\$00	4 780\$00
18 anos	6 000\$00	6 990\$00
24 anos	8 000\$00	9 320\$00
Subsídio mensal Vitalícia	11 200\$00	13 000\$00
Subsídio por assistência de 3ª pessoa	6 280\$00	7 300\$00
Subsídio de casamento	13 800\$00	15 870\$00
Subsídio de nascimento	16 600\$00	19 090\$00
Subsídio de aleitação	3 050\$00	3 510\$00
Subsídio de funeral	19 300\$00	22 200\$00

(a) A partir do 3º descendente para agregados familiares de menores rendimentos.



Fonte: Revista de comunicação interna da INLAN/DELPHI

A nível familiar, a INLAN/DELPHI proporcionava bolsas de estudo para os filhos dos trabalhadores, para a ajuda na compra de livros escolares. Os valores a serem atribuídos tinham em conta o nível de ensino dos jovens e não a discriminação segundo a categoria que ocupavam na estrutura organizacional da empresa. Segundo os trabalhadores entrevistados, existia uma relação de proximidade e afectiva das famílias com a fábrica e da fábrica com as famílias. Além do apoio aos estudos dos filhos dos trabalhadores outras ações foram desenvolvidas nessa relação de proximidade, como mais adiante será referido.

Para os trabalhadores que desejavam prosseguir estudos ao nível da educação formal, a fábrica aplicava a lei em vigor. Para lá do exigido por lei, a empresa facilitava nos pedidos de necessidade dos trabalhadores, através da flexibilidade de marcação de férias ou de trocas de turnos, quando assim era solicitado. *“Quando comecei a estudar tinha 6 horas por lei, por semana para ir às aulas. Tirei o 12º aqui inteiro, 10º, 11º e 12º e depois fui para Coimbra. Em Coimbra ia um dia, só davam 6 horas. Mas metia sempre horas de compensação e metia um dia. Era de lei. Tinha um exame em Coimbra, por exemplo, no dia 10 tinha um exame, metia o dia 10 do exame e metia a véspera. A lei permitia. Permitia não, era mesmo assim!”* (João Possante. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 24:24).

Essa formação constante que a empresa fornecia aos seus trabalhadores pode, de facto, ter sido um motivo inspirador para que os próprios trabalhadores tivessem, eles próprios, investido na sua formação académica. Além da partilha oral, os entrevistados facultaram documentação que ainda têm em sua posse do tempo em que trabalharam na fábrica. Muita dessa documentação encontram-se diversos manuais, desenhados pela própria empresa, que eram facultados aos trabalhadores nas suas ações de formação interna.

A formação era a diversificada e sempre ligada aos métodos de produção e de trabalho pretendidos na fábrica. Manuais, com informação completa e até academicamente relevantes eram assim distribuídos aos que frequentavam as formações, que eram obrigatórias para todos. Desde os procedimentos de segurança (um dos grandes focos da empresa) aos métodos de produção, a empresa primava pela exigência e rigor na formação educação do seu capital humano. Afinal, o sucesso da empresa foram as pessoas, como privou o antigo trabalhador Luís Vaz durante a entrevista.

4.3.3 CULTURA/LAZER

“Concursos de pesca. Depois começámos a jogar ténis mais tarde. Tínhamos o campo de ténis lá na fábrica. Basquetebol. Ainda temos filhos de antigos colegas que jogam basquetball.” (José Carlos. Ponte de Sor, 24 de junho de 2022. 52:26).

Para além da saúde e da educação serem uma base importante para o bem-estar dos trabalhadores, não menos relevante o é do acesso a cultura ou à promoção do lazer. Os trabalhadores da fábrica INLAN/DELPHI tiveram acesso a diversas ofertas por parte da empresa neste campo, que também promovia o convívio numa perspetiva de estreitar laços entre os diversos elementos da sua estrutura. Os próprios trabalhadores tomavam a iniciativa na organização de atividades que promovessem o convívio entre todos:

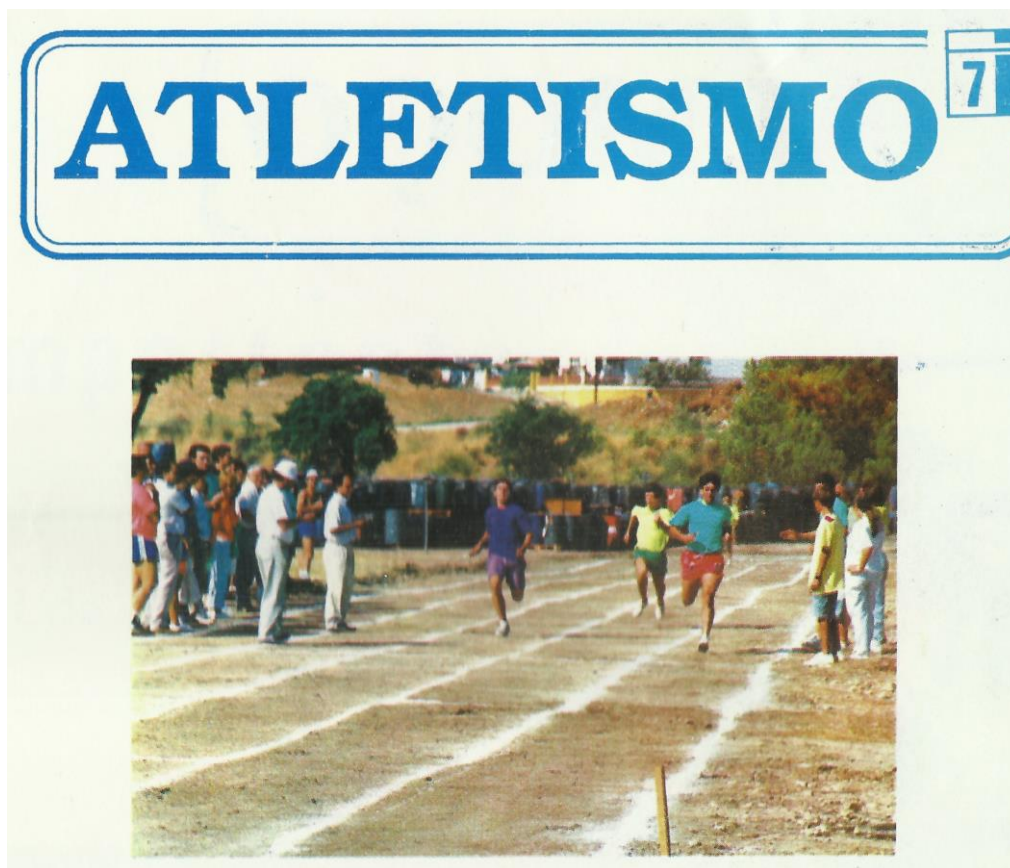
“Tínhamos um grupo desportivo. Eu fui presidente do grupo desportivo durante uma série de anos. O que é que o grupo desportivo fazia: motivava as pessoas a moverem-se fora da área fabril. Porque em certa e determinada altura nós tínhamos uma ligação grande dentro da fábrica e fora da fábrica mal nos conhecíamos. Onde é que fica a minha mulher, onde é que fica a mulher do outro? Onde é que ficam os filhos? Então organizávamos torneios, inventávamos as coisas mais díspares para fazer festas de família. (...) Fazíamos concursos de futebol com as outras fábricas de Lisboa, fazíamos concursos de atletismo com pessoal das outras fábricas de Lisboa, fazíamos grandes “patuscadas” ali na barragem. (...) Já tínhamos um campo de raquetebol dentro das instalações.” (Luís Vaz. Ponte de Sor, 24 de junho de 2022. 50:46).

As atividades desenvolvidas de lazer englobavam todos os elementos da fábrica, independentemente da posição que internamente ocupavam. Os espaços desportivos, por exemplo, que existiam no espaço da fábrica, tanto eram frequentados pelos operários como pelo diretores americanos, que ainda chegar a residir em Ponte de Sor na fase inicial de implementação da estrutura industrial.

“Eu usei muita vez (campo de ténis) com o senhor americano, o Don Wolf, jogar ténis. Comecei a jogar ténis foi com ele. Ainda tenho uma raquete lá em casa que ele me deu.” (José Carlos. Ponte de Sor, 24 de junho de 2022. 53:41).

A fábrica continha, também, no seu espaço exterior para a prática da actividade desportiva um campo de futebol onze, onde, mais uma vez, qualquer trabalhador, ou grupo de trabalhadores, podiam frequentar e usufruir. *“E o piso do campo, acho que foi feito para ser relvado. Gastou-se ali uma pipa de massa.”* (João Possante. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 27:51). Posteriormente, já nos inícios do século XXI, a empresa decidiu vender uma parte do espaço exterior da fábrica, mais propriamente onde se situava o campo de futebol, que foi sendo deixado de ser usado. Torneios de atletismo também foram promovidos pela empresa, que nos seus próprios terrenos eram organizados e preparados com o devido profissionalismo. Além da utilização dos espaços disponíveis da fábrica a INLAN/DELPHI alugava (em dias definidos) o antigo pavilhão desportivo de Ponte de Sor, para a realização de torneios e outras atividades que fossem necessárias ser em espaço coberto.

Figura 12 – Prova de atletismo promovida pela INLAN/DELPHI nas suas próprias instalações



Fonte: Revista de comunicação interna da INLAN/DELPHI

Numa perspetiva de ligação com as outras fábricas do grupo, eram organizados torneios desportivos entre as diferentes delegações da GM em Portugal. Além de irem participar nesses torneios os trabalhadores, quando se deslocavam para os mesmos, aproveitavam e faziam passeio, uma excursão. Eram momentos de animação, convívio, de criação de laços praticamente familiares entre todos os membros e de competição com os outros congéneres, num ideal de demonstração de trabalho em equipa e dos melhores do próprio grupo GM: “Resultado, Ponte de Sor ganhava tudo!” (Luís Vaz. Ponte de Sor, 24 de junho de 2022. 55:00); “Trabalhávamos como era na fábrica! A trabalhar, assim era nas atividades desportivas. Não se brincava em serviço, como se costuma dizer.” (José Carlos. Ponte de Sor, 24 de junho de 2022. 55:41).

Numa perspetiva de aproximação e ligação com as famílias, a empresa organizava todos os anos uma festa de Natal para os filhos dos trabalhadores. Essas festas eram de modo geral do agrado de todos, principalmente dos mais jovens que recebiam sempre prendas e atividades direcionadas para as suas idades. “Fazia-se sempre a festa de Natal para as crianças. (...) Passavam um filme ou vinham uns palhaços ou outra coisa qualquer, depois era a entrega das prendas. Prendas na altura prendas boas!” (Francisco. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 25:29). Pelos relatos recolhidos, a empresa não media custos para que esses momentos fossem

memoráveis para os filhos dos trabalhadores: *“De valor monetário eram boas prendas sim senhora.”* (João Possante. Ponte de Sor. 3 de junho de 2022. 25:46 João).

“No início as festas eram mesmo aqui (fábrica) e depois começou a ser no cinema, no centro paroquial, umas vezes no centro paroquial depois no cinema.” (Francisco. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 26:44).

A própria fábrica, no início da sua actividade em Ponte de Sor, chegou a facultar sessões de cinema nas suas próprias instalações, no espaço do refeitório para os trabalhadores puderem assistir aos últimos filmes em voga na altura. Em Ponte de Sor, naquela época, a disponibilização de actividades de lazer, tal como o cinema, eram escassas, como tal, a empresa por sua própria iniciativa investiu nessa disponibilização para os seus trabalhadores. Com o crescimento e desenvolvimento considerável que a localidade sentiu, ao nível de infraestruturas e de oferta de serviços, esta actividade foi caindo em desuso. Afinal, até os próprios trabalhadores, devido à sua disponibilidade financeira proporcionada pelo seu trabalho na fábrica, passaram a ter acesso mais facilitado a vídeo gravadores, por exemplo, onde em casa podiam assistir às novidades cinematográficas.

4.3.4 FAMÍLIA/MATERNIDADE

“Atualmente, acho que há mais obstáculos do que havia nessa altura. É a percepção que eu tenho.” (Rosa Moreira. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 34:55).

Um pilar importante para o sucesso de uma empresa é a própria satisfação e realização profissional e pessoal dos seus trabalhadores. A conjugação da vida familiar com a actividade profissional nem sempre é fácil, o que leva muitas famílias a terem de optar em continuar ou não a trabalhar um dos membros do agregado familiar ou sacrificar a própria progressão na sua carreira profissional. No mundo industrial essa realidade era substancialmente vivida, principalmente em espaços que funcionavam por turnos.

A INLAN/DELPHI tem provas dadas em ações que tinham como objetivo aproximar as famílias dos trabalhadores à fábrica. Mas para além dessas ações que visavam as famílias dos seus trabalhadores, que apoios existiam (se existiam) internamente na fábrica à maternidade ou para a conjugação familiar?

Todos os entrevistados foram unânimes nas respostas à questão lançada, apesar de que nesta mostra só temos a visão e opinião de duas mulheres. Como já foi referido, ainda no início deste trabalho, a fábrica era maioritariamente constituída por homens e no próprio levantamento de dados e disponibilidade para entrevistas a relação de respostas dadas é bastante demonstrativa: 66 respostas vindas de homens, 14 respostas vindas de mulheres. Como tal, só foi possível chegar nesta fase a uma mostra de duas mulheres que trabalharam na INLAN/DELPHI.

“Não havia pressão.” (António Sobreira. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 42:04)

Da recolha obtida, todos os entrevistados garantiram que a empresa sempre cumpriu com a lei geral do trabalho que estava em vigor e que não encontravam obstáculos, ou resistências, na sua devida aplicabilidade, tanto na assistência à família como na maternidade. Porém, de maneira geral, sempre referiram a abertura que a empresa dava quando algum trabalhador tivesse necessidade de faltar devido à assistência à família. Para lá do contrato colectivo de trabalho, a empresa dispensava dois dias por mês, caso o trabalhador tive alguma necessidade de força maior: *“Tínhamos dois dias por mês para assistência à família. (...) Se os miúdos tivessem doentes ou outra coisa. Nunca tive razão nenhuma. Porque na altura, antes de ter a minha filha ainda tive por duas ou três vezes com o meu filho no hospital de Abrantes (...) Sempre tive o apoio da empresa.”* (Joaquina Alves. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 33:33).

Ao nível de apoio à maternidade também se aplicava o pressuposto no contrato colectivo de trabalho, tanto para o período pós parto, como para as horas de redução da amamentação. Nestes dois campos – assistência à família e maternidade – não existiam grandes novidades para além do obrigatório por lei, excepto os dois dias por mês para alguma necessidade de força maior e a abertura por parte da empresa em facilitar os pedidos dos seus trabalhadores, quando assim era necessário.

“A DELPHI conseguiu através de negociações com a Santa Casa da Misericórdia, as crianças a entrar a partir das 7:30 e a saírem mais tarde.” (Rosa Moreira. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 43:35).

A empresa não fez investimentos próprios na construção de espaços que pudessem receber os filhos dos trabalhadores que necessitassem ainda de acompanhamento de adultos. Mas sabendo da realidade das trabalhadoras no cumprimento dos horários de trabalho (devido à hora de abertura e fecho da creche), a empresa tomou a iniciativa de negociar com a creche que era gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor para permitir que estendessem os horários para receberem os filhos dos trabalhadores da INLAN/DELPHI. Tal pedido foi aceite.

Relativamente à igualdade de género, numa fábrica maioritariamente constituída por homens, qual era o papel das mulheres que lá trabalhavam? Nas questões sobre o tema também foram unânimes nas respostas dadas. Independentemente do género, na fábrica os vencimentos eram iguais para todos os que ocupavam a categoria associada: *“Os vencimentos eram iguais. Da mesma categoria era igual.”* (Francisco. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 30:19), tal como o acesso às funções. Se o trabalhador tivesse competências, capacidades ou vontade, não era por ser homem ou mulher que era impedido de executar a função: *“A empresa dava essas liberdades, tudo bem.”* (João Possante. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 31:34). Segundo o seu antigo Diretor, Adolfo Silva, a igualdade existia, apesar de os números não revelarem isso, porque devido à exigência física de determinados trabalhos da fábrica as mulheres não os aceitavam ou se propunham a realizar.

“Os homens em geral não ficavam a cuidar dos filhos deles, daí vê-se já a diferença que existe.” (Rosa Moreira. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 32:16)

Apesar da não discriminação salarial ou do acesso às categorias profissionais, devido ao género do trabalhador, a realidade social da região não acompanhava essa abertura. Culturalmente a questão dos filhos era responsabilidade da mulher, e isso impedia que muitas das trabalhadoras pudessem investir na sua própria carreira: *“Portanto, as mulheres é que tinham que sempre prejudicar a sua carreira profissional.”* (Rosa Moreira. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 34:54). Esse obstáculo foi sentido na própria fábrica, devido à indisponibilidade por parte das mulheres no trabalho por turnos: *“Havia algumas não queriam os turnos, por causa dos filhos.”* (Francisco. Ponte de Sor, 3 de junho de 2022. 31:18). Mesmo as mulheres que numa determinada fase até trabalhavam por turnos, aquando da maternidade tinham de abdicar de o fazer e de até ganhar mais no vencimento devido ao pagamento extraordinário por turnos: *“Trabalhei mas não foi muito tempo. Pedi porque tinha a miúda pequena.”* (Joaquina Alves. Ponte se Sor, 6 de junho de 2022. 30:20).

Mas independentemente dos obstáculos a nível familiar, da conjugação da vida privada com a vida profissional, a INLAN/DEPLHI não deixou de recrutar mulheres para a sua empresa. Até estabeleceu horários que fossem ao encontro das necessidades das mesmas: *“Trabalhei sempre no horário geral, das 8 às 5.”* (Joaquina Alves. Ponte de Sor, 6 de junho de 2022. 30:57), que lhes permitisse conjugar o trabalho na fábrica com o trabalho da sua vida familiar.

5. O IMPACTO DAS POLÍTICA SOCIAL DA INLAN/DELPHI EM PONTE DE SOR: APRESENTAÇÃO E SUGESTÃO DE MUSEOGRAFIA

5.1 MUSEALIZAÇÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL: DESAFIOS E BENEFÍCIOS

“O intuito de «democratizar» a educação, como hoje diríamos, através dos museus – alargando o respetivo público-alvo, de uma elite restrita a sectores mais vastos da população – está patente na natureza e nos objetivos dos museus criados.” (MENDES 2006), por isso, os museus têm um papel essencial a desempenhar como apoio à educação formal e não formal.

O museu ao deixar de estar virado para si próprio – como assim era na sua origem – está cada vez mais voltado para o público e a ser utilizado como um recurso educativo, como “meio didático” ou “educador” independentemente do tipo de público que a ele recorre (MENDES 2009, p. 39).

Em simultâneo, o processo de novas interpretações levou a que olhássemos para o património industrial não só como um vestígio pertencendo ao nosso património cultural, mas como vestígio do nosso passado recente, obtendo através dele fontes históricas (desde os edifícios, máquinas, materiais, impactos no urbanismo, arquivos empresariais, etc.), essas, também, cada vez mais diversificadas.

“Simultaneamente com a afirmação de novas concepções de historiografia (...), de outras Ciências Sociais (...), de Urbanismo, Arquitectura e Design, verificou-se o surgimento de novas interpretações e práticas no que concerne ao património cultural e à Museologia.” (NUNES 2016). A própria Museologia e o seu discurso museográfico, com as novas concepções de historiografia e com o seu evoluir histórico, reforça uma maior exigência em relação às instituições museológicas na sua oferta, aos seus serviços prestados e à necessidade constante, quase que “obrigatória”, da interdisciplinaridade.

O movimento museológico da Nova Museologia defende a proximidade entre a comunidade e o museu e a preservação das memórias do trabalho e do quotidiano, numa função pedagógica e interativa. A proximidade do museu, não só com a comunidade local como também com o visitante – que o integra – e com a sua interdisciplinaridade, permite o desenvolvimento de projetos diversificados em áreas diversas: arquitetónicos, expositivos, científicos pedagógicos e comunicacionais (MENDES 2012).

A Nova Museologia, movimento nascido na década de 70 do século XX em França, introduziu uma visão renovada sobre o significado de museu e o seu papel na sociedade. Foi determinante este movimento para o aparecimento e desenvolvimento de museus industriais e para a conseqüente sensibilização em torno do património cultural industrial e integração na paisagem dos lugares em que se localizam (MATOS & SAMPAIO 2014).

Este fenómeno “pressupõe, finalmente, por contraditório que tal possa parecer, reforçadas exigências no plano da eficácia funcional e da rentabilidade social dos investimentos realizados em património cultural.” (NUNES 2016). O que sugere que é necessária e essencial a realização de estudos sobre a realidade social e de todo o espaço físico do espaço

patrimonial e adaptar as técnicas museográficas ao espaço intervencionado e ao público a que se destina e criar sinergias entre os diversos atores, como por exemplo: arquitetos, historiadores, sociólogos e museólogos, devido ao carácter interdisciplinar da temática (CUSTÓDIO 2005).

O aproveitamento destes antigos espaços industriais, em consequência da necessidade de preservação da memória local, devido ao seu papel decisivo no desenvolvimento dos sítios, resulta numa contribuição para o desenvolvimento social, económico e cultural. Veja-se, por exemplo, o Vale do Ave e a Covilhã (indústria têxtil), a chapelaria (São João da Madeira) e as indústrias vidreira e de conservas (Marinha e Portimão, respetivamente).

Os processos de desindustrialização levaram a que fosse repensada a malha urbana com a reconversão destes edifícios abandonados, que marcam o próprio território com a sua existência. Muitas vezes, esses processos estão associados a projetos de classificação para o desenvolvimento de espaços museológicos ou para novos usos, sem perder a identidade que representa. Estes “novos” museus assentes no movimento da Nova Museologia são vistos como um ponto estratégico com vista ao desenvolvimento e dinamização económica do local, ou da própria região e a particularidade deste tipo de espaços e estruturas permite a sua reutilização para diversos tipos de novos usos (MATOS & SAMPAIO 2014).

O desenvolvimento dos museus industriais parte da vontade, visão e disponibilidade de diversos atores, sejam eles de iniciativa privada (a própria empresa), do Estado ou das Autarquias Locais. Estas últimas representam, na sua larga maioria, o maior promotor na reconversão de espaço industriais, em muito devido ao seu papel alargado durante o regime democrático em que nos encontramos (MENDES 2012). O reconhecimento por parte de muitas Autarquias Locais do valor e importância para o desenvolvimento local e regional destes investimentos é um incremento para o aproveitamento e preservação dos sítios industriais e da sua memória, além de se transformarem em âncoras relevantes para a dinamização económica local.

Independentemente do aumento na intervenção em antigos espaços industriais, para a sua reconversão em novos usos ou museus, este género de investimento debate-se com a falta de investimentos suficientes para a realização dos seus projetos ou de reduções orçamentais que levam à sua degradação ou até abandono. As especificidades em relação às suas instalações, a disponibilização de recursos nos trabalhos de investigação, conservação e incorporação de coleções levam a que a interrupção de trabalhos seja sentida logo a seguir à carência de meios financeiros, materiais ou humanos. O que coloca em risco equipamentos, coleções e todo o trabalho já realizado (MATOS & SAMPAIO 2014).

Como refere o ICOM: “... retomar o fio condutor do desenvolvimento dos museus portugueses, ancorado numa ação estratégica”. É necessário consciencializar todos os atores, sejam eles público ou privados, para a responsabilização no investimento nos espaços museológicos, mais propriamente nos ligados ao património industrial através da rentabilização de recursos previamente existentes, de relações entre o setor público e o setor privado e investimento consciente no seu retorno económico, cultural e social.

Mas quando falamos de património industrial, e a sua conseqüente salvaguarda e reconversão dos sítios, associamos de maneira geral a este património as chaminés, os fornos, as naves industriais, os objetos de produção e trabalho, etc. Fala-se, portanto, da componente material e visível: o funcionamento das máquinas, o processo produtivo, o espaço físico, etc., que acaba por assentar o discurso expositivo.

Por muitas vezes, ficam de fora do próprio discurso expositivo os temas sociais, humanos, como: as relações laborais, as Política Social empresariais, o trabalho infantil e feminino, as convulsões sociais, entre outros temas tão extenso e diversos que não é possível, neste momento, indicá-los a todos (CUSTÓDIO 2006).

É de destacar a seguinte afirmação: “com a valorização cultural do património industrial inicia-se um profícuo diálogo entre a técnica, a indústria, a história, a arqueologia e a cultura, cuja interacção dialéctica contribui para um aprofundamento das raízes e das memórias técnicas e sociais da industrialização” (CUSTÓDIO 2006, p. 35). Esta ação de preservação do património, articulada com o turismo cultural e as dinâmicas educativas - associadas à missão dos museus - deve ser um objetivo, estratégico, para os decisores políticos e sociais se assumirem em agentes de transformação social, económica e política.

Nesta perspetiva, é importante registar, estudar e dar a conhecer as memórias dos antigos trabalhadores da INLAN/DELPHI, para a perceção do impacto que uma grande empresa teve numa localidade rural de baixa densidade populacional, para memória futura. Preservar essa identidade que tanto marcou a sua população e o seu território leva à possível vontade da autarquia local em apostar nessa missão. O antigo espaço industrial, adquirido pela autarquia, reserva o desejo de um novo uso, com novos habitantes, e onde poderá ser integrado um espaço museológico que faça jus à memória industrial local e o seu impacto no crescimento da atual cidade.

O grande desafio que este projeto tem em si é o da investigação, que para já ainda é não suficiente e que tem muito trabalho de pesquisa e de desenvolvimento pela sua frente. É necessário que esta primeira recolha já desenvolvida tenha continuidade e seja possível integrar tantos mais temas de relevância sobre a história da indústria e da história económica, para o desenvolvimento de um espaço museológico. Além do trabalho de pesquisa que necessita que ocorra o mais depressa possível também o é a reabilitação/conservação do antigo espaço industrial, e que ocorra de acordo com as boas práticas inscritas, por exemplo, na carta do TICCIH.

5.2 EXEMPLOS DE MUSEUS INDUSTRIAIS: MUSEU METALÚRGICA DUARTE FERREIRA E MUSEU DE PORTIMÃO

A reutilização de antigos espaços industriais - quer tenham sido adaptados a novas funções ou com destaque para a museologia – contribui para fomentar o desenvolvimento económico e cultural das regiões, ao mesmo tempo que preserva a identidade das comunidades locais. Sejam estas antigas estruturas adaptadas a actividades económicas diferentes da sua origem, não perdem o seu papel de testemunho do passado e da sua história.

Os seus “novos habitantes” que ocupam as antigas instalações não deixam de evocar o seu passado e o seu papel decisivo no desenvolvimento económico e social local, contribuem para a sua preservação. Preservação, essa, que contribui para o seu legado não caia em esquecimento (MENDES 2012).

Apresenta-se de seguida dois casos de estudo que permitirão analisar e refletir sobre as abordagens museográficas utilizadas para captar a dimensão humana dos seus antigos intervenientes e a informação recolhida através de fontes orais. Bem como a relação e equilíbrio com o ambiente expositivo que permita uma nova leitura na valorização da cultura imaterial e do seu papel na construção de um novo conhecimento.

Os casos de estudo são os seguintes:

- “Museu Metalúrgica Duarte Ferreira – Tramagal”, localizado no Tramagal, concelho de Abrantes, num edifício pertencente à extinta empresa MDF.
- “Museu de Portimão”, localizado em Portimão, no espaço da antiga fábrica de conservas pertencente à extinta empresa “La Rose – Feu Hermanos”.

A análise de cada caso apresentado é feita com base em duas partes: Preexistência (breve contexto histórico da fábrica e enquadramento e projeto museológico) e Intervenção (discurso expositivo, reflexão crítica). No final procede-se a uma análise comparativa dos exemplos de museus industriais anteriormente apresentados, com foco na museografia ligada às questões sociais e humanas dos “antigos habitantes”. Com esta análise comparativa procura-se retirar conclusões que permitam contribuir com uma proposta museográfica.

“MUSEU METALÚRGICA DUARTE FERREIRA - TRAMAGAL”

Preexistência - contexto histórico e projeto museológico

Eduardo Duarte Ferreira nasceu na mesma localidade onde fez crescer a sua fábrica, em 1856 e vinha de origens humildes. Tornou-se aos 19 anos aprendiz de ferreiro e aos 22 anos, no Porto, aprendeu a fundir ferro. Regressou ao Tramagal e estabeleceu-se por conta própria e com a sua própria forja começou a produzir pequenas alfaias agrícolas, que vendia localmente.

Dotado de um espírito inovador e determinado em fazer crescer o seu pequeno negócio, desenhou e criou arados com bicos substituíveis em ferro. Esta inovação na possibilidade de substituição dos bicos em ferro dos arados foi revolucionária para a agricultura em Portugal e registou como sua patente. O sucesso da empresa e o seu símbolo - a borboleta (patenteada em 1917) - fizeram chegar o nome da Metalúrgica Duarte Ferreira a todo o país, incluindo as antigas colónias.

A produção da Metalúrgica era especialmente direcionada para as ferramentas e máquinas agrícolas e em 1920 já contava com cerca de 250 operários. A empresa sempre soube adaptar-se aos constrangimentos políticos e económicos e para além das ferramentas e máquinas agrícolas, na década de 30, adquiriu a fábrica de louça esmaltada, no Porto, diversificando

assim o seu negócio. Devido à escassez de combustíveis durante a II Guerra Mundial, a Metalúrgica transformou-se numa unidade de produção de gasogénios para automóveis.

Mesmo com a morte do seu fundador, em 1948, a empresa (que já contava nesse tempo com 800 funcionários) continuou a crescer e manteve-se nas mãos da família de Eduardo Duarte Ferreira. Com o início da Guerra Colonial a procura por alfaias agrícolas diminuiu bastante, mas a produção do camião militar Berliet – Tramagal tornou-se numa oportunidade face à realidade que a empresa estava naquele momento a viver.

Além de uma grande empresa de sucesso, devido à persistência do seu fundador, a Metalúrgica também ficou conhecida pelas Responsabilidades Sociais Empresariais que realizou. Desde o apoio às atividades associativas, ao apoio à saúde e educação, pela sua ação filantrópica, contribuiu para que ainda hoje, quem esteve ligado, mantenha um sentimento de pertença e identidade à Metalúrgica Duarte Ferreira.

Após a sua extinção no ano de 1995 é declarada a falência da empresa, em 1997 e a 1 de maio de 2017 é inaugurado o Museu Metalúrgica Duarte Ferreira – Tramagal, situado no espaço que anteriormente era o escritório principal da fábrica.

O projeto de desenvolvimento do museu contou com a participação da própria comunidade, que cedeu ao espaço espólio, a partilha de histórias e a própria colaboração para a identificação do acervo, com o apoio da Câmara Municipal de Abrantes, a Junta de Freguesia do Tramagal e o grupo Diorama (que conta com a sua fábrica Futrimetal e Futrifer nas antigas instalações da Metalúrgica Duarte Ferreira e que cedeu esta parte das instalações para albergar o museu).

O museu em 2018 foi galardoado com o Prémio de Melhor Museu do Ano, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia e também recebeu uma Menção Honrosa na categoria de Investigação, devido ao livro “Metalúrgica Duarte Ferreira 1879-1997. Uma História em Constante Metamorfose”, da autoria da jornalista Patrícia Fonseca. Em 2019, o Museu esteve presente em representação do Município de Abrantes e de Portugal, na Conferência *The Best in Heritage 2019*, evento organizado pela *European Heritage Association*, pela Europa Nostra e pelo ICOM e ainda foi apresentado numa das 28 conferências de projetos galardoados em todo o mundo de 19 nacionalidades: Portugal, Estados Unidos, Polónia, China, Rússia, Holanda, Sérvia, Brasil, Itália, Reino Unido, Croácia, Finlândia, Japão, Estónia, Alemanha, Índia, França, Canadá e Estados Unidos da América¹⁰.

Intervenção - discurso expositivo, reflexão crítica

Este museu visa preservar a memória e o património, tanto material como imaterial, da antiga Metalúrgica, fazendo deste um museu de território com base na Nova Museologia - movimento que surgiu para a defesa e função social dos museus e com o envolvimento dos

¹⁰ Informação disponibilizada no site do Museu: <https://www.museusdeabrantes.pt/mdf/mdf.html> (consult. 10/09/2022).

grupos ou comunidades (CARVALHO 2020). Assume-se, portanto, como um museu “ao serviço da comunidade, das pessoas, com as pessoas e para as pessoas”¹¹.

O discurso do espaço museológico, na sua globalidade, trata-se de um repositório de memória e que pretende contar a história dos seus operários e famílias. Foca-se não só na exposição de objetos produzidos pela fábrica, dos que serviam de apoio e suporte ao processo de produção, como também das memórias do papel social da empresa e dos diferentes momentos vividos ao longo da sua longa existência.

É um museu “que conta a história de mais de 2600 operários e das suas famílias que tiveram acesso à primeira Caixa de Previdência do país, à saúde, à educação, à cultura, ao desporto e à habitação e que eram livres de celebrar o 1º de Maio desde 1901, mesmo durante o Estado Novo. Mas que também conta as dificuldades por que passaram as suas gentes com o fim da Guerra Colonial, o 25 de Abril e a intervenção da fábrica e os salários em atraso”¹².

Durante o percurso, o visitante é convidado a seguir o processo de crescimento da empresa, através de fotografias e imagens que são enquadradas com textos em fundos escuros. O visitante também tem acesso a pequenos excertos em formato de vídeo e é envolvido numa experiência sensorial, através de um som de fundo de uma forja, em todo o espaço, que pretende transportá-lo para o processo de produção. Pontualmente encontram-se alguns exemplares (poucos, até) produzidos na Metalúrgica, mas de maneira geral encontra-se mais centrado na partilha das histórias e memórias, nas suas funções sociais.

No caso em concreto, este museu pretende ser um instrumento de educação permanente, acessível a todos e de responsabilidade social, de itinerário expositivo e com uma narrativa específica que permita a reconstituição realista de cenários que recriam o contexto social, usando uma linguagem museográfica. Segundo Duarte, este museu em “todas as atividades do museu se tornam objeto de reflexão teórica e política. De muitos modos, o museu é uma instituição que constrói definições de valor” (DUARTE 2013 p.112).

¹¹ Folheto de promoção e divulgação do Museu Duarte Ferreira – Tramagal.

¹² Informação disponibilizada no *site* do Museu: <https://www.museusdeabranes.pt/mdf/mdf.html> (consult. 10/09/2022).

Figura 13 – Vista do interior do Museu da Metalúrgica Duarte Ferreira

Fonte: <https://www.museusdeabranes.pt/mdf/mdf.html> (consult. 24/09/2022)

MUSEU DE PORTIMÃO - “LA ROSE – FEU HERMANOS”

Preexistência - contexto histórico e projeto museológico

Portimão, no início do século XX, teve um crescimento da indústria conserveira devido à sua forte relação marítima e fluvial, que através da pesca transformou o tecido económico e social da região até à década de 70. A antiga fábrica de conservas de peixe “Feu Hermanos”, fundada no ano 1902 por Caetano Feu, comercializou com a marca “La Rose” as suas conservas e internacionalizou os nomes de Portimão e de Portugal em países como Inglaterra, Bélgica, França, Alemanha, EUA, Holanda, através do esforço promocional realizado empresa, que se manteve no mercado até ao final da década de 1970.

Desde então encerrada, a aquisição da antiga fábrica de conservas de peixe por parte do Município de Portimão em 1996, e a necessidade de criação de um espaço museológico que visasse a investigação, recolha, documentação e divulgação local, fez com que este espaço fosse orientado para a construção do Museu de Portimão, que ocorreu em 2008 (GAMEIRO 2007).

O projeto assumiu-se numa “perspetiva interdisciplinar de um Museu de Sociedade, de Identidade e de Território” (GAMEIRO 2007, p. 150), mantendo a sua fachada original como uma imagem “de marca” do sítio. A manutenção do espaço fabril ligado à memória que a fábrica ainda encerra e a identidade da própria cidade de Portimão, foram tomadas em conta na redefinição do seu uso, acautelando os objetivos e políticas do museu, sem descurar as novas necessidades e a diversidade do público atingir.

A antiga fábrica de conservas de peixe não é só o espaço que alberga o museu como também é um objeto museológico ao manterem a traça e a sua ligação com o rio Arade. Entretanto é no seu interior que se encontra as duas vertentes do programa museológico: a história da presença humana e a sua relação com a região e o espaço de memória local, onde se encontra um programa relacionado com a atividade conserveira¹³.

Evidencia-se o seu programa museológico que assenta em quatro objetivos: reabilitar o património industrial e cultural; valorizar a relação cidade – rio; interpretar e reforçar a evolução histórica, territorial e social da comunidade e potenciar a formação de novos públicos, desenvolvendo uma oferta cultural de qualidade¹⁴.

O Museu de Portimão é um dos museus mais premiados e desde a sua inauguração em 1998 foi premiado a nível nacional com: uma Menção Honrosa na categoria “Melhor Museu Português”, pela Associação Portuguesa de Museologia, em 2008; Menção Honrosa do “Turismo de Portugal”, na categoria “Novo Evento Público”, em 2009; Prémio Inovação e Criatividade pelo projeto "A nossa cultura sai à rua" pela Associação Portuguesa de Museologia, em 2015; Menção honrosa na categoria "Inovação e Criatividade", nos Prémios APOM com a atividade "A descarga do peixe no cais de Portimão" em 2019; e com o Prémio “Menção Especial” pela exposição "COVID-19 -Edição especial da 21ª Corrida Fotográfica de Portimão”, em 2021.

A nível internacional, junta aos seus palmarés: Prémio “Museu Conselho da Europa 2010”, atribuído pelo Conselho da Europa, em 2010; Prémio “DASA – Mundo do Trabalho 2011”, primeira edição deste prémio atribuído na cidade de Dortmund, na Alemanha, em 2011; e no mesmo anos o Prémio "Arara de Prata - Jovens talentos", pelo filme "À conversa com Manuel Teixeira Gomes", no Festival Tour Film Brazil 2011¹⁵.

Mais do que um museu centrado nas suas exposições, o Museu de Portimão apresenta-se como um espaço ao serviço da sociedade, interdisciplinar na sua oferta educativa e expositiva e que valoriza e potencia os valores defendidos pela Nova Museologia.

Intervenção - discurso expositivo, reflexão crítica

A exposição permanente do Museu de Portimão encontra-se dividida em três núcleos: “Origem e destino de uma comunidade”, que representa uma síntese desde a pré-história até à atualidade sobre a história das comunidades locais, com ênfase à vida económica, social e cultural; “A vida industrial e o desafio do mar”, onde aborda a relação da comunidade com o mar e o rio e a indústria conserveira de peixe, com destaque para o papel dos homens e mulheres no desenvolvimento económico da região; e finalmente “Do fundo das águas”, com o aproveitamento da antiga cisterna que abastecia a fábrica para uma exposição em movimento sobre a fauna e flora aquáticas do rio Arade e da costa de Portimão.

¹³ Informação disponibilizada no site: https://amusearte.hypotheses.org/6782#footnote_1_6782 (consult. 10/09/2022).

¹⁴ Informação disponibilizada no site do Museu: <https://museudeportimao.pt/museu/missao-e-programa-museologico> (consult. 10/09/2022).

¹⁵ Informação disponibilizada no site do Museu: <https://museudeportimao.pt/museu/premios> (consult. 10/09/2022).

O ambiente imersivo e multissensorial através dos sons, imagens e objetos, permitem transportar os visitantes para a realidade daquele momento. A Nova Museologia recorre à utilização destes recursos que permitem fortalecer o entendimento da experiência por parte de quem visita. A própria conceção do discurso expositivo guarda em si a responsabilidade na correta transmissão das comunidades, como refere Morais: “Neste contexto, os profissionais dos museus têm a responsabilidade de detetar as comunidades interpretativas e refletir sobre as estratégias interpretativas exigidas pelas exposições e a forma como estas se relacionam com as comunidades interpretativas” (MORAIS 2016, p. 17).

Focando no discurso da vida industrial presente na exposição do museu, o mesmo é representado através de uma sequência desde a pesca até ao momento do tratamento do pescado e a sua conserva. A sequência permite apelar à memória dos que ainda viveram esses momentos, como àqueles que não tendo passado por essa experiência podem experienciar e sentir, o mais próximo possível, o contexto do momento.

Numa melhor perceção e complementaridade com os instrumentos ainda existentes no espaço e integrados na própria explicação em texto, as tarefas são simuladas com manequins brancos, descaracterizados, para além da utilização de imagens de vídeo. O conjunto da utilização de diferentes recursos enriquece não só a exposição, permite uma maior aproximação e perceção do visitante à realidade das tarefas que eram executadas, como vem complementar a o discurso pouco assente em coleções.

Como um museu que se apresenta como um espaço de memória local, ao longo da exposição há contributos e testemunhos da própria comunidade. Mas apesar da referência dos contributos dos industriais em relação às políticas Sociais empresariais o tema não é expansivamente abordado, ficando cingido ao investimento no lactário para os filhos das operárias. De modo geral, a exposição foca-se mais na história e cultura locais, principalmente na indústria conserveira, não deixando, por isso, de ser um museu de comunidade, muito pelo contrário.

Neste exemplo de museu de indústria os valores da Nova Museologia potenciam a salvaguarda deste tipo de património, integra a comunidade e amplia o seu público (CARVALHO 2020).

O Museu de Portimão abrange a história e cultura, não só do sítio como também acaba alinhada com a da própria região. Este museu, num momento certo, veio permitir fixar a memória de uma arte, tradição e saberes que findavam. Com a mudança gradual da paisagem urbana, o antigo espaço fabril ainda guarda em si o património material e imaterial de uma comunidade local, estabelecendo a sua função de preservação, conservação e divulgação da identidade cultural local.

Figura 14 – Vista do interior do Museu de Portimão

Fonte: Foto: MIR, 2020

ANÁLISE COMPARATIVA

Após a exposição dos dois exemplos de museus industriais, procede-se a uma análise que tem como objetivo comparar os dois museus, considerando a sua museografia: programas educativos; projetos; discurso expositivo; utilização de registos de memória; e ênfase às Política Social empresarias.

Respetivamente ao espaço e intervenção nos dois casos em análise, podemos verificar que estamos perante dois projetos museológicos desenhados e desenvolvidos *in situ*, em espaços característicos e identificadores do seu passado industrial – antigas instalações e preservação das suas fachadas originais. De maneira geral, tanto o Museu Da Metalúrgica Duarte Ferreira – Tramagal e o Museu de Portimão têm um denominador comum, que é assumirem-se como museus de comunidade local e de memória colectiva.

PROGRAMAS EDUCATIVOS

Os museus têm um papel essencial a desempenhar como apoio à educação formal e não formal. O museu ao deixar de estar virado para si próprio – como assim era na sua origem – está cada vez mais voltado para o público e a ser utilizado como um recurso educativo, como um “meio didático” ou “educador”, independentemente do tipo de público que a ele recorre (MENDES 2009).

O Museu Metalúrgica Duarte Ferreira – Tramagal, oferece serviços educativos, com prévia marcação. A informação encontra-se disponibilizada no *site* do museu, que ao acedermos a ela somos encaminhados para a página do Município de Abrantes. Nesse sítio, encontramos também informação sobre os outros espaços museológicos afetos ao município. Além da informação sobre horários, preços e algumas recomendações, a oferta de actividades não está discriminada. É ainda possível, segundo marcação, visitas orientadas, que inclui a visita aos outros espaços museológicos do município.

O Museu de Portimão oferece uma oficina educativa diversificada e bastante atraente para um público diversificado, que pode recorrer a ela seja a título individual ou em grupo/escola, com prévia marcação. Os serviços disponibilizados vão desde projetos temáticos direccionadas à comunidade educativa, programas de ocupação de tempos livre, actividades para períodos de férias e programação para toda a família. Através do *site* do museu é possível consultar as actividades, a oferta e fazer o seu agendamento.

PROJETOS

Relativamente aos projetos desenvolvidos pelo Museu Metalúrgica Duarte Ferreira – Tramagal não tem indicação sobre a participação ou candidatura a algum projeto.

Já o Museu de Portimão obteve aprovação no projeto “Mexilhoeira Grande - A Nossa Cultura sai à Rua e Mostra de Artes e Sabores da Nossa Terra”, que consiste em diversas actividades que visam: “na proximidade com a comunidade local e pretende-se com as mesmas a valorização das produções tradicionais (agrícolas, marisqueio, gastronómicas, artesanato) e um meio de evitar a extinção de algumas destas actividades neste território, visando a sua sustentabilidade e promovendo-as, de igual forma, enquanto importante recurso cultural e patrimonial”¹⁶.

DISCURSO EXPOSITIVO

Neste campo, os dois exemplos de museu correspondem os seus princípios de atuação com o movimento da Nova Museologia e promovem a função social do museu e a sua relação com a comunidade local e preservação do seu passado e identidade. Os dois museus no seu discurso identificaram e potencializaram os valores defendidos pela Nova Museologia. A utilização de diferentes meios de informação, a imersão através dos sons, imagens e impactos visuais, transmitem um programa museológico de qualidade que envolver o visitante.

UTILIZAÇÃO DE REGISTOS DE MEMÓRIA

O Museu Metalúrgica Duarte Ferreira – Tramagal, assume-se como um museu de território, que tem como objetivo principal a preservação da memória e do património material e imaterial da comunidade local. Assumindo-se dessa forma, encontramos maioritariamente no espaço museológico referências e informação proveniente das memórias dos antigos

¹⁶ Informação disponível no site do museu: <https://museudeportimao.pt/museu/missao-e-programa-museologico> (consult. 10/09/2022).

trabalhadores e da comunidade local. É um espaço assumido como um repositório da identidade local e da componente humana da fábrica, na sua larga maioria.

No caso do Museu de Portimão também encontramos um museu que se assume como: “um observatório permanente e uma estrutura de mediação cultural para investigar, conservar, interpretar, divulgar e valorizar os testemunhos materiais e imateriais mais relevantes da história, do património, do território, da memória e identidade da comunidade local e regional, na sua interação com o mundo”¹⁷. A utilização dessas memórias e a preservação da identidade resultaram num espaço bem conseguido, que pretende reconstituir a vida e os saberes dos seus antepassados.

ÊNFASE ÀS POLÍTICAS SOCIAIS EMPRESARIAIS

O museu da antiga Metalúrgica efetivamente é um espaço em que o seu discurso assenta essencialmente na ação social da empresa e na relação entre a fábrica e a comunidade, dando ênfase às obras sociais desenvolvidas pelo seu fundador. As obras sociais foram diversas, abrangendo campos como: Caixa de Previdência, a saúde, a educação, a cultura, o desporto e a habitação. Este é de facto um dos pontos em que se assenta a razão deste museu: museu de comunidade numa função social e educativa ativa.

O Museu de Portimão, que se apresenta como um museu de comunidade foca-se essencialmente na técnica e saberes ligados ao mar e à indústria conserveira de peixe. Relativamente às políticas sociais da empresa de então, fica o registo de na sua exposição encontrar-se a história do apoio social que a empresa fornecia às mães operárias da fábrica: o lactário. Falta mais informação relativa à componente social e até aos movimentos sindicais que possam ter existido para complementar e enriquecer o espólio imaterial do museu.

Conclui-se assim que a intervenção nos dois espaços museológicos foi bem conseguida e que, apesar de a sua dimensão ser díspar, conseguiram seguir uma linha de abordagem moderna, integradora e de fácil compreensão ao público em geral.

A participação das comunidades na construção e desenvolvimento dos museus reflete-se nos dois casos apresentados, o que cumpre uma das recomendações da Nova Museologia. Corrente, esta, a que ambos os museus recorreram e que faz todo o sentido tendo em conta as especificidades do património industrial e a liberdade que esta forma tem em permitir e aconselhar vivamente a utilização de novas tecnologias e de novas formas de expor e comunicar.

O desenvolvimento de ações de renovação e preservação de espaços industriais em espaços museológicos têm desempenhado um papel crucial na valorização do património industrial, que se prolonga para além das suas paredes, máquinas e objetos produtivos. Estes casos, obedecem aos princípios da Lei de Bases do Património Cultural (Lei nr.º 107/2001, de 8 de

¹⁷ Informação disponível no site do museu: <https://museudeportimao.pt/museu/missao-e-programa-museologico> (consult. 10/09/2022).

Setembro), que estabelece as bases do regime de proteção e valorização do património cultural, tal como se enquadram na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nr. 47/2004 de 19 de Agosto).

Cumprindo as bases emanadas e seguindo as suas missões e objetivos, estes museus cumprem a exigência na valorização, na cooperação institucional, articulação entre outros museus e na promoção e profissionalismo das práticas e técnicas museográficas. Seguindo o conceito da Nova Museologia atraem um público-alvo diversificado, devido à sua função social, ao seu carácter interdisciplinar e modos de expressão museográfica diferentes dos museus ditos “tradicionais”. A sua função de museu direcionado para a comunidade e sua dimensão identitária contribuem para a coesão social das comunidades onde se inserem, preservando a memória e identidade dos que nela passaram e nas técnicas e saberes abandonados pelo encerramento destes espaços fabris.

5.3 PROPOSTA PARA O CASO DE ESTUDO

A proposta museográfica enfatiza a importância da iniciativa enquanto estratégia para o envolvimento da comunidade local na construção e definição do discurso e espaço museológico da antiga INLAN/DELPHI. No campo da museologia industrial, Filipe enfatiza o papel dos museus na identificação de estratégias “de intervenção que contribuam para o desenvolvimento sustentável, passando pela reflexão sobre a relação entre a desindustrialização e as políticas de constituição de acervos (ou seja, de recursos endógenos daquele desenvolvimento), sua incorporação e tratamento museológico, na perspetiva duma apreensão pelos públicos” (2001, p. 155).

Além da recuperação e musealização de uma parte do espaço físico da fábrica, pretende-se captar as dimensões humanas e aproveitar a existência de um conjunto de trabalhadores disponíveis para partilharem as suas memórias e os seus saberes, compreendendo a fábrica para além das suas paredes e máquinas, isto é, numa perspetiva humana. Ao aproximar-se da comunidade, identificando e valorizando a marca que o espaço industrial deixou durante a sua existência, contribui para “...uma melhor compreensão da história (...) da industrialização, assim como para preservar parte importante da memória das comunidades, reforçando, simultaneamente, a respetiva identidade das populações.” (MENDES 2006).

Assim sendo, apresenta-se uma proposta com o intuito de avaliar o contributo dos operários, enquanto protagonistas, para o processo de musealização. Essa importância, contemplada na Convenção da Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) da UNESCO dá conta da dinâmica entre o antigo trabalhador, enquanto protagonista da sua história e intérprete do objeto patrimonial: a fábrica INLAN/DELPHI.

Um projeto a ser desenhado para o espaço museológico, além de combinar diferentes recursos e meios que permitam compreender a exposição e os seus objetos e registos, tem de cumprir as indicações da Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei nr. 47/2004 de 19 de Agosto) e seguir as recomendações e as atas emanada do TICCIH.

Devido aos poucos objetos deixados durante o processo de desmantelamento da fábrica, ter-se-á de combinar diferentes recursos que permitam compreender as memórias e os saberes do trabalho fabril. Foi por isso muito importante estabelecer o diálogo com os antigos trabalhadores da INLAN/DELPHI e fazer o registo das suas histórias, visões e conhecimentos técnicos. Só assim é possível criar um diálogo com os poucos objetos fabris que ainda existem.

É relevante iniciar-se o projeto com a continuidade na recolha oral dos antigos trabalhadores da INLAN/DELPHI, de forma a diversificar a informação e complementar a já recolhida. Com a recolha oral, prosseguir no próprio levantamento para oferta ou empréstimo de objetos e materiais que estejam na posse desses antigos trabalhadores, para enriquecer, complementar e preservar a memória e as histórias das técnicas, vivências e rotinas. Para uma melhor compreensão global da história do património industrial da antiga INLAN/DELPHI e, para o tema deste trabalho, o reconhecimento que as políticas sociais da empresa provocaram no panorama local, vai ser necessário um trabalho interdisciplinar, que combine outras disciplinas, tais como: engenharia, antropologia, etc. (MATOS & SAMPAIO 2014).

É através de um trabalho interdisciplinar que permitirá uma melhor compreensão do património industrial, e conseqüentemente assim encontrar a melhor opção para a reconversão do antigo espaço fabril e para o desenvolvimento de um espaço museológico digno e devidamente adequado ao seu objetivo: preservar a memória dos antigos trabalhadores e da própria memória local. Para o caso de estudo seguiu-se o conceito da Nova Museologia, devido à sua função social e ao carácter interdisciplinar, além de ter sido determinante no aparecimento dos museus industriais (MATOS & SAMPAIO 2014). A proposta pretende ser direcionada para a comunidade, que valorize a importância da sua dimensão identitária, mas que atraia um público-alvo diversificado para a preservação e continuidade da memória dos seus antigos habitantes.

Mas é urgente a musealização dos espaços industriais, e o caso da antiga INLAN/DELPHI não é exceção. Além da já pouca existência de objetos e de arquivo da empresa, o passar do tempo leva a que ainda mais se perca o pouco que possa existir. Por isso é urgente a sua reconversão e musealização que acaba por estar, também, dependente da vontade dos decisores locais, como afirma José Lopes Cordeiro: “A salvaguarda do património industrial, incluindo a sua musealização, decorre também, como é fácil de ver, de uma opção política.” (2015, p. 12).

PROPOSTA

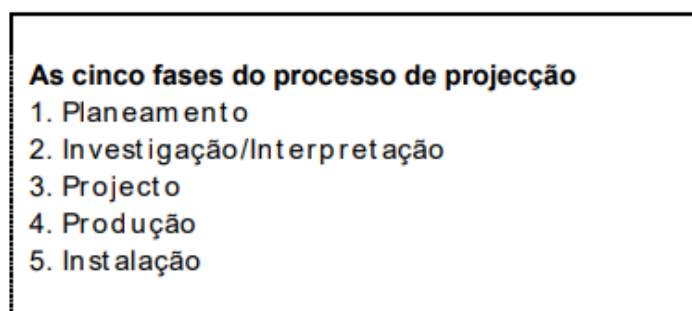
Seguindo os exemplos apresentados no ponto anterior (Museu da Metalúrgica Duarte Ferreira – Tramagal e do Museu de Portimão), para o caso da antiga INLAN/DELPHI de Ponte de Sor, a sugestão de museografia será *in situ*, ou seja, no antigo espaço da fábrica, num espaço que seja característico e identificador do passado industrial. Desta forma, o museu assume-se como um museu local e de memória colectiva. Como tal, seguindo o conceito da Nova Museologia, o museu terá de ter uma missão e objetivos próprios, direcionado para a função

social e experimentar novas estratégias expositivas que permita envolver o visitante (MORAIS 2016).

Evidentemente, para conceber um museu, definir um discurso expositivo e montar uma exposição é um processo complexo. O que aqui se apresenta é a apresentação de uma sugestão que segue os passos principais de gestão e desenvolvimento na criação de uma sugestão museográfica.

Segundo o manual prático do ICOM “Como Gerir um Museu” (2004), consoante o tamanho e tema, os processos de execução são praticamente os mesmos, como se apresenta na Figura 15:

Figura 15 - Fases do processo de conceção de uma exposição



Fonte: ICOM (2004)

Com o planeamento determina-se os objetivos e a viabilidade do projeto e a organização do processo de exposição, tendo em conta os recursos humanos, técnicos e financeiros, tal como a calendarização e custos finais. (ICOM 2004). Neste processo, as primeiras questões que se devem colocar são: qual é o objetivo do que se pretender expor? O que queremos transmitir? Quais são as características estéticas que aumentam e valorizam os objetos e os estudos feitos?

Como respostas às questões acima anunciadas, o discurso do espaço museológico INLAN/DELPHI vai ao encontro com os exemplos de museus apresentados anteriormente. O discurso vai assentar num repositório de memória, com o objetivo de contar as histórias dos seus trabalhadores e familiares, em simbiose com a comunidade local e com a sua própria evolução. A temática será, portanto, as políticas sociais empresariais que a INLAN/DELPHI aplicou durante a sua existência em Ponte de Sor. É a partir deste tema, através das recolhas orais e outras fontes (neste caso escritas) que se desenvolverá o discurso e se dará a conhecer (através da investigação já realizada) como estas medidas e como esta empresa mudaram o panorama social e económico local. Portanto, esta exposição foca-se nas memórias do papel social e económico da empresa. Além das experiências de vida dos seus antigos trabalhadores, agora entrevistados.

Durante a proposta para o caso de estudo, seguiu-se as recomendações a tomar em consideração para o estudo e viabilidade de exposições museológicas, que estão indicadas na Figura 16:

Figura 16 - Recomendação para o estudo e viabilidade de uma exposição museológica

- Factores a avaliar e a levar em consideração no estudo de viabilidade da exposição:**
- 1 Os objectos a ser exibidos: disponibilidade, conservação e segurança.
 - 2 O espaço disponível: tamanho; possibilidades de acesso, incluindo durante a instalação e para visitantes deficientes quando a exposição está aberta.
 - 3 Recursos de pessoal disponíveis: pessoal interno, contratado ou consultor externo, ou uma combinação dos dois.
 - 4 Calendário: do programa geral das exposições, eventos e outras actividades do museu, tempo necessário para planeamento e instalação.
 - 5 Custo: estimativa do orçamento necessário para o projecto, incluindo a construção, transporte, publicidade, manutenção e desmantelamento.
 - 6 Quem deve ser a equipa principal da exposição, e como deve estar organizada.

Fonte: ICOM (2004)

Para um melhor envolvimento e enquadramento do visitante à realidade local à época, sugere-se que no seu percurso seja convidado a conhecer o crescimento da empresa, através de imagens e fotografias, numa linha cronológica. Nesse “caminho” o visitante será envolvido através de sons ligados à indústria, isto numa experiência sensorial, complementada com pequenos trechos de texto e vídeo que resumem a informação sobre a evolução da empresa – importante os vídeos e os textos não serem demasiado extensos, nesta fase, para não cansar o visitante e assoberbá-lo com informação. Neste percurso espera-se encontrar alguns objetos (de diversas origens) que possam ser incluídos no discurso e complementar e enriquecer a experiência ao visitante.

A Nova Museologia recorre à utilização de recursos diversificados que permitem ao visitante ter uma experiência diferente e para este espaço museológico, através de uma linguagem museográfica, pretende ser um instrumento de educação acessível a todos, inclusivo e que contenha uma narrativa específica que recrie o contexto social e a influência das medidas de responsabilidade social empresarial. Por isso, optar-se-á por novos materiais, *design* e formas de comunicação no desenho da exposição. Os exemplos dos museus trazidos para este trabalho reflectem a linha museográfica que se pretende para o caso em estudo, ao nível de comunicação e de *design*. Neste exemplo de museu de indústria, os valores da Nova Museologia potenciam a salvaguarda deste tipo de património, integra a comunidade e amplia o seu público (CARVALHO 2020).

“O intuito de «democratizar» a educação, como hoje diríamos, através dos museus – alargando o respetivo público-alvo, de uma elite restrita a sectores mais vastos da população – está patente na natureza e nos objetivos dos museus criados.” (MENDES 2013), por isso, os museus têm um papel essencial a desempenhar como apoio à educação formal e não formal. O museu ao deixar de estar virado para si próprio – como era na sua origem – está cada vez mais voltado para o público e a ser utilizado como um recurso educativo, como “meio

didático” ou “educador” independentemente do tipo de público que a ele recorre (AMADO 2009).

Para o futuro espaço museológico da fábrica INLAN/DELPHI, deverá ser oferecido um serviço educativo e este estar devidamente disponibilizado através dos canais de divulgação do museu, com uma oferta diversificada, que permita incluir diferentes tipos de público. Projetos temáticos para as comunidades educativas, visitas guiadas – incluindo e convidando antigos trabalhadores – espaços de debate com temáticas relacionadas com as exposições, são formas de diversificar a oferta e diferenciar a experiência a quem visita o espaço.

EM RESUMO

Com as fontes orais já recolhidas e com a disponibilização de algum material que os antigos trabalhadores contêm e que disponibilizaram para fins de estudo e investigação, o discurso expositivo vai assentar, essencialmente, na história da sua localização em Ponte de Sor, nas políticas sociais empresariais da fábrica e na relação da mesma com a comunidade local e com a própria região.

Para este caso em concreto (proposta de uma exposição ligada ao tema apresentado nesta Dissertação de Mestrado), as ações promovidas pela empresa foram diversificadas, mas possivelmente estará em maior destaque a temática da saúde. Ação social esta, unânime, valorizada e bastante referida durante as entrevistas. Não se deixará de fora a educação, o lazer e a vida familiar, que foram áreas também valorizadas e com resultados concretos na vida dos trabalhadores e das suas famílias.

Mas ao longo das entrevistas os antigos trabalhadores referiram muitos outros aspectos com relevância académica, ao nível da economia e da gestão, por exemplo. Áreas que podem vir a ser alvo de estudo e reflexão a quem seja da área e através dos seus resultados integrarem esse conhecimento numa exposição, tanto permanente como temporária.

Em suma, pode-se propor diversas atividades práticas para enriquecer a oferta museológica e integrá-las no próprio discurso expositivo:

- Realização de uma curta-metragem com imagens e relatos como proposta de divulgação da história da DELPHI e conseqüentemente da cidade de Ponte de Sor;
- Programação de uma agenda cultural que possa permitir a participação de um público alargado (atingindo diversas faixas etárias);
- Participação dos antigos operários nessas mesmas agendas culturais ou visitas com grupos específicos;
- Cooperação com associações ou agentes ligados à conservação do Património Industrial;
- Investigação académica, aprofundada, sobre as medidas empresariais aplicadas pela empresa e os impactos no tecido económico e social, não só local, como também regional e nacional.

Pode-se assumir o futuro museu da fábrica INLAN/DELPHI em Ponte de Sor como um museu de território, tal como os exemplos apresentados. Afinal o seu objetivo principal é a preservação da memória e do património material e imaterial que representam a comunidade local numa determinada época e pretende-se aplicar no seu discurso os valores defendidos pela Nova Museologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação procurou abordar o tema das políticas sociais empresariais da INLAN/DELPHI, investigar e estudar a sua relevância no panorama local para que os resultados provenientes dessa investigação sejam integrados num discurso museológico.

A INLAN/DELPHI teve um impacto económico-social em Ponte de Sor significativo o que se reflectiu, por exemplo, numa dinâmica demográfica excepcional no interior de Portugal que, ao contrário do restante Distrito de Portalegre onde se encontra, Ponte de Sor não conheceu, na segunda metade do século XX, uma perda populacional contínua tão acentuada. Independentemente de ter conhecido alguma industrialização, Ponte de Sor não era um concelho industrial, mas sim rural e de baixa densidade. Por essa razão, a chegada de uma grande empresa, como a General Motors a Ponte de Sor, causou um impacto bastante significativo na vida social e económica da cidade, ainda na altura vila.

Além do aumento de postos de trabalho com a localização da empresa em Ponte de Sor, a Política Social da INLAN/DELPHI foi um marco diferenciador na região, dando a possibilidade a muitos trabalhadores de terem acesso a um conjunto de ações sociais que não existiam naquela época no Alto Alentejo, nem actualmente existem. Por essa razão, a empresa era conhecida na região como uma referência ao nível de salários (acima dos que eram praticados na região) e das regalias que a empresa oferecia aos seus trabalhadores: seguro de saúde, formação contínua, reconhecimento pelo trabalho desempenhado, etc. Tanto é esse reconhecimento, que mesmo após o seu encerramento em 2009, os antigos trabalhadores referem que nunca mais voltaram a ter as mesmas condições laborais, tanto ao nível de condições no trabalho como de regalias oferecidas pela empresa de quando trabalhavam na INLAN/DELPHI.

Com a aquisição, por parte do Município de Ponte de Sor, do antigo espaço industrial é uma oportunidade para instalar um núcleo museológico que valorize e perpetue a história industrial e da comunidade local, que aliado ao sentimento de pertença e o reconhecimento por parte da própria população local (manifestada na maioria dos casos por antigos trabalhadores da fábrica) revela-se um factor decisivo para o avançar deste projeto. É importante a sensibilização sobre o tema aos decisores locais e que os mesmos ao tomarem a iniciativa tenham em conta as recomendações sobre a reconversão e musealização do TICCIH e da Lei-quadro dos Museus n.º47/2004.

A construção museográfica tem que ter em atenção a política social da empresa, embora haja outros aspectos a ter em conta ainda por investigar, mas que nas entrevistas já são referidos: materiais produzidos, a organização empresarial, valorização do trabalhador, etc. Por isso é de extrema importância que a investigação prossiga, para que não se perca a oportunidade de ainda resgatar algumas fontes que existam. O processo de desindustrialização desta empresa foi rápido e bastante invasivo, não tendo deixado muita informação para trás. Sabe-se que na ainda existente sucursal DELPHI em Braga existe algum arquivo da fábrica de Ponte de Sor. Por isso, para um futuro, ficam já dados levantados e registados para posterior investigação em temas associados ao património industrial, material e imaterial.

Perante a sugestão museográfica com o tema das políticas sociais de uma empresa industrial, optou-se por uma abordagem próxima à Nova Museologia, com a integração da comunidade local na construção museográfica. Comunidade que é essencial para a construção do discurso expositivo e para a própria recolha de fontes e que é defendida por este movimento como um elemento fulcral na preservação da identidade local. A interdisciplinaridade, defendida pela Nova Museologia, permite o desenvolvimento de projetos diversificados em diversas áreas arquitetónicas, expositivas, científicos, pedagógicas e comunicacionais.

Perante a escassez de documentação e património material em virtude do desmantelamento da fábrica, deve-se recorrer a outras formas de exposição: texto, imagens, sons e documentação pessoais como alguns colocados neste trabalho. De referir que existem mais materiais, mas que não foi possível colocar todos aqui, devido à sua diversidade e quantidade. Encontra-se, também, identificadas algumas pessoas que contêm mais material sobre a história da INLAN/DELPHI, mas que ainda não foi possível chegar a elas, estando reservadas para futuros contatos e recolhas.

Espero ter contribuído para o futuro núcleo museológico da antiga fábrica INLAN/DELPHI em Ponte de Sor, e que novas investigações possam ser realizadas nos aspectos que ficaram por cobrir. Também espero que o desenvolvimento deste trabalho venha sensibilizar e acelerar o processo de salvaguarda da memória colectiva dos antigos trabalhadores da INLAN/DELPHI, tão crucial para a valorização do património industrial e que este museu cumpra a exigência e valorização, através da cooperação institucional, na promoção e profissionalismo das boas práticas e técnicas museográficas.

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS

BADIA-MIRÓ, M., GUILERA, J., & LAINS, P. - Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980. In: Revista De Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History, 30 (2), (2012) 225-244.

BERGERON, L. - La mémoire de l'industrie : De l'usine au patrimoine. In J.-C. Daumas, Archéologie industrielle, patrimoine industriel: Entre mots et notions. Press Universitaires de Franche-Comté (2006).

BOECHAR, A. C., & BARRETO, A. M. - Uma reflexão conceptual sobre a Responsabilidade Social Corporativa e a sua relação com a Comunicação Estratégica. In: Media&Jornalismo. (2019) 25-41.

BUCHANAN, R. A. - Industrial archaeology in Britain. Allen Lane, (1974).

CALVINHO, M. M. A. B. - Relatório de Responsabilidade Empresarial de acordo com as Diretrizes GRI Estudo de caso da Sonae Sierra. Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Económicas e Empresariais. (2019). Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas Especialidade em Planeamento e Estratégia Empresarial.

CAMPOS, A., & ROCHA, M. M. - Corporativismo e assistência social: natureza e produção do "Estatuto de Assistência Social". Do Corporativismo ao Estado Social Democrático. (2013) 11-29.

CARREIRA, H. M. - Política Social em Portugal. Lisboa: Gradiva. (1996).

CARVALHO, A. - “Reflexões sobre Património Cultural Imaterial e Museus: Das Políticas às Práticas”. In: Gestão Integrada do Património em Museus e Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Ed. por Alice Lucas Semedo, Alexandre Manuel Ribeiro Matos, e Elizabete de Castro Mendonça, 1:13–43 (2020).
<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/270177>

CHOAY, F. - Alegoria do Património. 2ª ed. Edições 70, (1999).

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA n.º 86/1976. Diário da República, Série I de 1976-04-10 (Em Linha) (Consult. 01/09/2022) Disponível em <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>

CORDEIRO, José - Musealização do Património Industrial e Técnico: Novos Desafios. In: BOLETIM ICOM Portugal. Série III, n.º 4. (Set. 2015) 12-16 (Em linha) (Consult. 10/09/2022). Disponível em [https://icom-portugal.org/multimedia/Boletim%20ICOM%20Portugal%20s%C3%A9rie%20III%20n%C2%BA%204%20Set%202015\(1\).pdf](https://icom-portugal.org/multimedia/Boletim%20ICOM%20Portugal%20s%C3%A9rie%20III%20n%C2%BA%204%20Set%202015(1).pdf)

- CORDEIRO, R. A. - Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial. In: Faces da História. (jan-jun de 2017) 7-29.
- COSTA, T. F. - Patrimônio Industrial Português da Época do Movimento Moderno - das experiências modernistas às novas necessidades contemporâneas. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitetura, (2011). Tese de Doutoramento em Arquitetura. FCTUC.
- COSTA, M. A. - Fazer o bem compensa? Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. 73. (2005) 67-89.
- CRUZEIRO, M. M. - História Oral? Dilemas e Perspetivas. In Cultura: Metodologias e Investigação. Lisboa: Verso Edições. Vol. 3. (2009) 107-116.
- CUSTÓDIO, J. - A emergência e a génese dos Museus Industriais e de Empresa em Portugal. In: Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus. N.º 18. (dezembro de 2005) 11-16.
- CUSTÓDIO, J. - Do museu e da museologia. In: Cadernos de Sociomuseologia. N.º 26. (2006) 19-50.
- DIÁRIO DO GOVERNO n.º 192/1962. Série I de 1962-08-22, páginas 1154 – 1156.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 223/1980. Série I de 1980-09-26, páginas 2930 – 2930.
- DELPHI - Revista Comemorativa 25º Aniversário. Ponte de Sor. (2006).
- DOMINGUES, Á., SAMPAIO, M., SEMEDO, A., & SILVA, A. C. - Reconversão e Musealização de Espaços Industriais. (A. p. Indústria, Ed.) Introdução: actas do Colóquio de Museologia Industrial. (2003).
- DUARTE, A. - Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. In: Revista Museologia e Património - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. PPG-PMUS Unirio. MAST. vol. 6, n.º 1. (2013) (Em Linha) (Consult. 10/09/2022)
<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239>
- FAÍSCA, C. M. - A importância do montado de sobro numa comunidade local: o caso de Ponte de Sor. Memória Alentejana. (2014) 41-43.
- FAÍSCA, C. M. - El negocio corchero en Alentejo: explotación forestal, industria y política económica, 1848-1914. (U. Extremadura, Ed.) (2019).
- FAÍSCA, C. M., PEREIRA, S. - Desafiando a racionalidade económica? Os fatores de localização da CIMBOR em Ponte de Sor (1969-1980). In: História e Economia: Revista Interdisciplinar. V. 25. São Paulo. (2021) 21-35.

FAÍSCA, C. M. - Património, receitas e despesas da Misericórdia de Coimbra, 1834-2000. In: LOPES, Maria Antónia (Coord.) – História da Misericórdia de Coimbra (1500-2000): vol. II, 1834-2000. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, (2022). (no prelo).

FILIPE, G. - Perspetivas de Programação e de Funcionamento de Entidades Museológicas com Tutela Municipal Associadas ao Património Industrial. In: I Jornadas de Museologia. O Me Avô Nunca Saía à Rua com a Cabeça Descoberta! São João da Madeira. São João da Madeira: Câmara Municipal de São João da Madeira e Museu da Indústria da Chapelaria. (2001) 155-165.

FERREIRA, S. - Memória, identidade e género no seio de uma comunidade operária. In: Historia, Voces y Memoria. 9. (26/10/2016) 41-50.

FLEMING, E. M. - Artifact study: A proposed model. In: Winterthur Portfolio. Vol. 9. The University of Chicago Press. (1974) 153-173.

FONSECA, P. - Metalúrgica Duarte Ferreira 1879-1997 Uma História em Constante Metamorfose. 1ª ed. Edição: Câmara Municipal de Abrantes (2017).

GAMEIRO, J. - Um programa museológico para Portimão: Da fábrica ao museu, do museu à comunidade. Museologia. 1(1). (2007) 150-153.

GARRIDO, Á. - A institucionalização do "social" no Estado Novo português: previdência corporativa e seguros sociais voluntários. Estudos Históricos, 31, n.º64. (maio-agosto de 2018) 197-218.

GUIMARÃES, P. - Elites e indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo. Évora: Colibri. (2006).

ICOM - INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - ICOM approves a new museum definition. 2022. (Em linha) (Consult. 5/09/2022). Disponível em <https://icom.museum/en/news/icom-approves-a-new-museum-definition/>

JUNGES, C. - Responsabilidade Social Empresarial: Os Motivos da Ação. In: REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão. Vol. 1. Araraquara. (2009).

LEAL, A. D. - As Política Social no Portugal de hoje. In: Análise Social. XXI, (87-88-89). (1985) 925-943.

LEI-QUADRO n.º47/2004. Diário da República. Série I. N.º195 (19-08-2004).

MATOS, A. C., RIBEIRO, I. M., & SANTOS, M. L. - Intervir no património Industrial: das Experiências Realizadas às Novas Perspetivas de Valorização. Actas do Colóquio de Museologia Industrial (2003).

- MATOS, A. C. e SAMPAIO M. - Património Industrial e Museologia em Portugal. In: Revista Museologia & Interdisciplinaridade. V. 3, n. 5. (2014) 95-112 (Em Linha) (online ISSN 2238-5436) (Consult. 10/09/2022) <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11102>
- MEIHY, HOLANDA, J. C. História Oral: Como Fazer, Como Pensar. São Paulo: Editora Contexto. (2007).
- MENDES, J. A. - O Património Industrial como Fonte Histórica. In: Actas do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (Ed.), Vol. 1, Coimbra. Coimbra Editora, (1989). 315-320.
- MENDES, J. A. - Industrialização e Património Industrial: Desenvolvimento e Cultura. In: VIII Curso de Verão da Ericeira. (2006) 1-12.
- MENDES, J. A. - Estudos do Património, Museus e Educação. Coimbra: Imprensa da Universidade. (2009).
- MENDES, J. A. - O património industrial na museologia contemporânea: o caso português. In: Ubimuseum – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. 1. (2012) 89-104 (Em Linha) (Consult. 10/09/2022) <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/cs3mendes-jose-amado-o-patrimonio-industrial.pdf>
- MORAIS, R. J. S. - Património Industrial e Museologia em Portugal - Uma relação dialética. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (2016). Dissertação elaborada no âmbito do Mestrado em História e Património - ramo Mediação Patrimonial. FLUP. (Em Linha) (Consult. 10/09/2022) <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/90570/2/172203.pdf>
- MORENO, R. C. - Ética y responsabilidad social de la empresa. Polis Revista Latinoamericana. 23. (2009).
- MUNCE, J. - Industrial architecture: An analysis of international building practice. London: liffe Books Ltd. (1960).
- NABAIS, J. C. - Introdução ao direito do património cultural. 2ª ed. Coimbra: Almedina. (2010).
- NUNES, J. P. - Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e “sociedade civil”. In: Patrimônio e museus na contemporaneidade. S. S. TEIXEIRA, Ed. (2016) 27-52.
- OLIVEIRA, A. L. - Novos usos para o património industrial: O caso da cordoaria nacional. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, (2012). Projeto de Mestrado em Arquitetura.

- PAOLI, M. C. - Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In B. d. Santos, Democratizar a democracia - os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (2003).
- PARENTE, C. - Construção Social das Competências Profissionais. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (2003). Tese elaborada no âmbito do Doutoramento em Sociologia. FLUP.
- PEARCE, S. - Museums, Objects, and Collections: A Cultural Study. Smithsonian Institution Press. (1993).
- PEARCE, S. - Interpreting Objects and Collections. 1 ed. Routledge. (1994).
- PEREIRA, M. H. - As origens do estado providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado. *Ler História*, 37. (1999) 45-61.
- POMBO, A. P. (s.d.) - A Indústria Social da Fábrica Maceira-Liz. (M. d.-L.-C. SA, Ed.). (2008).
- PORDATA. População empregada segundo os Censos: total e por sector de actividade económica. (2021) (Em Linha) (Consult. 30/11/2021) <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- PORTER, M. E., & KRAMER, M. R. - The Competitive Advantage of Corporate Philanthropy. *Harvard Business Review*. (december de 2002) 56-68.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, C. E. (s.d.). DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA (1891). Inquérito industrial de 1890. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SAMPAIO, M. - Da Fábrica para o Museu - Identificação, Patrimonialização e Difusão da Cultura Técnico-Industrial. Évora: Universidade de Évora, (2015). Tese elaborada no âmbito do Doutoramento História e Filosofia da Ciência, Especialidade: Museologia. Évora: Instituto de Investigação e Formação Avançada.
- SILVA, A. I. C. - A ação assistencial dos industriais corticeiros Robinsons no Alto Alentejo (1870-1910). In: *História e Economia: Revista Interdisciplinar*. V. 21, N.2. (2018) 53-66.
- SILVEIRA, F. L., ECKERT, C. - Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França). In: *Horizontes Antropológicos*. (2012) 461-464.
- SOBRINO, J. - Arquitectura industrial en España (1830-1990). Madrid: Cátedra. (1996).
- TICCIH - THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE - Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial. Nizhny Tagil, (2003). (Em Linha) (Consult. 20/09/2021). Disponível em <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>

UNESCO - Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência. Paris, (2003).

VENTURA, A. - Para uma cronologia da Fábrica Robinson, 1848-1966. In: FUNDAÇÃO ROBINSON (ed. lit.). Publicações da Fundação Robinson. Portalegre: Fundação Robinson, (2007) 8-23.

FERREIRA, M. M, AMADO, J. (et. al.) - Usos e Abusos da História Oral. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. (1996).

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário aplicado aos entrevistados aquando da entrevista



Questionário (Cimbor/Inlan/Delphi)

Recolha dados pessoais

- Idade atual;
- Ocupação profissional (antes da fábrica);
- Localidade origem;
- Localidade atual;
- Trabalho na Cimbor e Inlan ou só Inlan;
- Idade entrada na empresa (Cimbor ou Inlan);
- Família: constituída antes ou pós fábrica?

Caso Cimbor

- Processo de recrutamento;
- Categoria profissional/função;
- Anos na empresa;
- Evolução na empresa ou facilidade na progressão;
- Condições de trabalho (segurança, contrato laboral, ordenado, estabilidade);
- Benefícios sociais/apoios por parte da empresa (proteção na saúde, educação: formação para os próprios e apoio para os filhos, lazer);
- Apoio na maternidade: existia? Facilidade na conjugação entre vida profissional e familiar?
- Diferenciação entre homens e mulheres: ordenado, funções, trato profissional.
- Transição para Inlan: pacífica?
- Manteve mesma posição profissional? Condições contratuais?

Caso Inlan

- Processo de recrutamento;
- Categoria profissional/função;
- Anos na empresa;
- Evolução na empresa ou facilidade na progressão;

- Condições de trabalho (segurança, contrato laboral, ordenado, estabilidade);
- Benefícios sociais/apoios por parte da empresa (proteção na saúde: seguro de saúde ou médico empresa, educação: formação para os próprios e apoio para os filhos, lazer);
- Pergunta para quem ainda está ativo: que benefícios sociais/apoios tem ou não na atualidade;
- Apoio na maternidade: existia? Facilidade na conjugação entre vida profissional e familiar?
- Benefícios sociais eram iguais para todos? (categorias profissionais, antiguidade, género);
- Condições de vida e profissional diferentes em relação às outras empresas industriais locais?
- Diferenciação entre homens e mulheres: ordenado, funções, trato profissional.
- Existiram alterações nas condições de trabalho e benefícios sociais ao longo do tempo? Quais?
- Encerramento: que mudanças e quais?
- Mágoa com o encerramento?

Anexo 2 – Ficha de identificação do entrevistado**José Carlos da Silva Marques**

Idade atual: 59

Concelho Origem: Nisa Concelho de residência: Ponte de Sôr

Data entrada empresa: 20/06/1984

Data saída empresa: 31/10/2010

Habilitações Literárias entrada: Ensino básico ou equivalente - 6.º ano de escolaridade

Habilitações Literárias entrada: Ensino Básico ou equivalente - 9.º ano de escolaridade

Funções que exerceu: Operador de produção

Membros do seu agregado familiar trabalharam na empresa: 0

Situação profissional: Ativo

Documentação pessoal: Papel

Contato: 936 411 350 zecarlosmarques@sapo.pt

Recolha/entrevista:

- Data/Hora: _____

- Local: _____

Notas:

Anexo 3 – Inquérito inicial via *Googleforms*

Timestamp	Nome	Sexo
2/18/2021 14:52:53	Rosa Maria Prates Feiteira Neves	Feminino
2/18/2021 15:02:30	António José Simões Alves Simões	Masculino
2/18/2021 15:06:07	Fernando Augusto Manso	Masculino
2/18/2021 15:12:18	João Possante	Masculino
2/18/2021 15:13:30	Vítor Martins	Masculino
2/18/2021 15:13:35	António Sobreira	Masculino
2/18/2021 15:14:54	Luiz Rodrigues	Masculino
2/18/2021 15:16:28	Dinis Muacho	Masculino
2/18/2021 15:17:54	António Manuel Esteves	Masculino
2/18/2021 15:19:13	José Duarte Pereira	Masculino
2/18/2021 15:20:18	Adolfo Silva	Masculino
2/18/2021 18:08:28	Joaquina Alves	Feminino
2/18/2021 19:04:19	Mariana Pita	Feminino
2/18/2021 19:47:43	Jose Carlos da Silva Marques	Masculino
2/18/2021 19:51:40	Maria Manuela Martins Lopes Alves Vale	Feminino
2/18/2021 20:02:51	José M. B.Marques	Masculino
2/18/2021 20:18:28	Susana relvas	Feminino
2/18/2021 20:36:25	José Gonçalves Fernandes	Masculino
2/18/2021 20:38:13	Pedro Pereira	Masculino
2/18/2021 21:46:32	Jorge Miguel moleiro são facundo	Masculino
2/18/2021 22:00:15	Joaquim Marcelino Pita Martins	Masculino
2/18/2021 22:04:44	Pedro Sobreira	Masculino
2/18/2021 22:30:55	Leopoldino Matos	Masculino
2/18/2021 23:04:51	Maria Rosa Fernandez Moreira	Feminino
2/19/2021 11:18:34	João Ramalho Marques	Masculino
2/19/2021 13:23:14	Fernando António Lopes Rodrigues	Masculino
2/19/2021 13:44:12	Corina Peguinho	Feminino
2/19/2021 14:57:03	Paulo jorge Prates Feiteira	Masculino
2/19/2021 15:10:00	José Martins	Masculino
2/19/2021 18:16:11	Domingos Lopes	Masculino
2/19/2021 18:36:14	Jose Joao Nogueira Fernandes	Masculino
2/19/2021 19:36:47	João Manuel Tapadas Neves	Masculino
2/19/2021 19:52:08	António Vences Prates	Masculino
2/19/2021 20:14:04	Nelson	Masculino
2/19/2021 20:20:34	José Manuel Barradas	Masculino
2/19/2021 21:53:22	Pedro Silva	Masculino
2/19/2021 22:48:34	Luis Monteiro	Masculino
2/20/2021 12:48:23	Duarte Nuno Viseu Victor	Masculino
2/20/2021 19:21:52	Paulo	Masculino
2/21/2021 15:31:58	Pedro Manuel Bairrão Henriques	Masculino
2/21/2021 21:55:03	Jorge Marques	Masculino
2/21/2021 21:57:49	Cecilia	Feminino
2/23/2021 12:27:02	Maria Arminda Lizardo de Matos	Feminino
2/24/2021 21:32:19	Carlos Alberto da Cruz Real	Masculino
2/27/2021 18:55:49	Benedito Rogério Rodrigues Bicho	Masculino
3/1/2021 10:08:37	Rui Choças	Masculino
3/1/2021 12:44:28	nelson anibal	Masculino
3/2/2021 22:10:56	José Maria Rodrigues	Masculino
4/9/2021 13:28:01	Francisco Morais Vinagre	Masculino
4/10/2021 16:21:21	MANUEL SOUSA MARCÃO	Masculino
1/25/2022 19:31:12	José Carlos da Silva Marques	Masculino
1/25/2022 20:03:40	Armando Carlos Carreto Louro	Masculino
1/26/2022 0:49:40	Maria Eugénia	Feminino
1/26/2022 16:02:24	Cândido José da Silva Lopes	Masculino

1/26/2022 16:20:06	joaquim feitaira	Masculino	
1/26/2022 16:50:17	Marçal Ludovico Lopes de Simas	Masculino	
1/26/2022 16:58:19	José Martins	Masculino	
1/26/2022 17:08:29	José João Nogueira Fernandes	Masculino	
1/26/2022 18:30:31	António Brazete	Masculino	
1/26/2022 19:06:33	João Pereira	Masculino	
1/26/2022 19:57:38	Paulo Garção	Masculino	
1/26/2022 20:39:43	António Pereira Silva	Masculino	
1/26/2022 20:44:32	Jorge Martins	Masculino	
1/26/2022 22:04:26	José Manuel Bernardo Marques	Masculino	
1/26/2022 22:49:52	João Ramalho	Masculino	
1/27/2022 7:22:34	helenas Marques	Feminino	
1/27/2022 12:44:56	João Carlos Boto Pinheiro Martins	Masculino	
1/27/2022 17:18:26	Amadeu Redondeiro	Masculino	
1/27/2022 22:22:47	José Rosa	Masculino	
1/28/2022 15:31:53	Idalina Esperto	Feminino	
1/28/2022 15:37:56	José Esperto	Masculino	
2/2/2022 12:07:38	Abílio Varela	Masculino	
2/2/2022 18:52:52	Ana Crespo	Feminino	
2/2/2022 19:26:30	Artur Franco	Masculino	
2/8/2022 11:23:09	Joel Andrade	Masculino	
2/8/2022 19:51:28	João António Oliveira Marques	Masculino	
2/8/2022 21:54:03	Paula	Feminino	
2/10/2022 15:26:36	Carlos Sousa	Masculino	
2/10/2022 20:04:23	José Coelho	Masculino	
2/11/2022 14:12:31	alirio polaina milho lopes	Masculino	
		80	14 M
18/02-10/04	Respostas		66 H

Idade Atual	Concelho de origem (onde Além de si, quantos mem	Concelho de residência ati
	Ponte de Sor	5 Ponte de Sor
	Mora	0 Mora
	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
61	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
56	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
67	Mealhada	0 Ponte de Sor
39	Avis	0 Lisboa
63	Angola	0 Ponte de Sor
54	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
67	Gaia	0 Ponte de Sor
63	Ponte de Sor	1 Ponte de Sor
59	Ponte de Sor	2 Ponte de Sor
59	Nisa	0 Ponte de Sor
70	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
59	Abrantes	0 Abrantes
43	Ponte de Sor	2 Montijo
60	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
40	Portalegre	0 Alcochete
58	Ponte de Sor	1 Ponte de Sor
58	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
51	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
65	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
65	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
59	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
51	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
41	Ponte de Sor	1 Ponte de Sor
54	Ponte de Sor	3 Ponte de Sor
63	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
59	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
56	Ponte de Sor	2 Petange (Luxemburgo)
55	Ponte de Sor	4 Ponte de Sor
60	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
32	Ponte de Sor	1 Ponte de Sor
60	Ponte de Sor	2 Ponte de Sor
64	Ponte de Sor	0 Seixal
68	Ponte de Sor	1 Ponte de Sor
54	Ponte de Sor	0 Lisboa
59	Covilhã	0 Ponte de Sor
58	Lisboa	0 Ponte de Sor
68	Angola	1 Ponte de Sor
72	Ponte de Sor	1 Ponte de Sor
57	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
55	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
65	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
43	Elvas	0 Ponte de Sor
68	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
65	Avis	0 Ponte de Sor
63	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
62	Abrantes	0 Abrantes
60	Nisa	0 Ponte de Sor
63	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
45	Ponte de Sor	4 Ponte de Sor
48	Ponte de Sor	2 Ponte de Sor

63	Ponte de Sor	1 Ponte de Sor
73	Ponte de Sor	0 Portimão
64	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
57	Ponte de Sor	2 Ponte de Sor
59	Entroncamento	0 Ponte de Sor
55	Lagos	0 Lagos
42	Ponte de Sor	0 Sintra
62	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
60	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
60	Abrantes	0 Abrantes
60	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
70	Ponte de Sor	2 Ponte de Sor
60	Mora	0 Maia
61	Abrantes	0 Abrantes
54	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
66	Ponte de Sor	2 Ponte de Sor
71	Ponte de Sor	2 Ponte de Sor
65	Lisboa	0 Cascais
40	Oeiras	0 Benavente
57	Portalegre	0 Lisboa
45	Ponte de Sor	0 Matrosinhos
67 (Faleceu)	Ponte de Sor	1 Ponte de Sor
41	Ponte de sor	1 Ponte de Sor
64	Ponte de Sor	2 Ponte de Sor
51	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor
55	Ponte de Sor	0 Ponte de Sor

58**Média idade**

Data de entrada na empresa	Data de saída da empresa	Habilitações literárias/academáticas	Habilitações literárias/academáticas
20/07/1982	31/12/2009	Ensino primário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
02/05/1982	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
11/10/1977	01/01/1979	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/05/1982	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Licenciatura
01/01/1985	01/01/1998	Ensino secundário ou equivalente	Licenciatura
06/06/1968	01/01/2011	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/01/1977	01/01/2010	Bacharelato ou Licenciatura	Licenciatura
01/02/2007	21/12/2009	Licenciatura	Licenciatura
01/10/1981	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/01/1985	31/12/2010	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/01/1981	31/12/2009	Licenciatura	Licenciatura
01/04/1974	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
12/01/1982	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
20/06/1984	31/10/2010	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/02/1975	02/03/1993	Ensino primário ou equivalente	Ensino Primário ou equivalente
02/11/1982	31/12/2009	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
17/04/2000	30/12/2005	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/10/1977	31/12/2010	Ensino secundário ou equivalente	Bacharelato ou Licenciatura
01/07/2002	27/05/2005	Bacharelato ou Licenciatura	Licenciatura
21/10/1982	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
23/11/1982	18/02/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
22/09/1989	31/12/2009	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/01/1971	01/01/2010	Ensino primário ou equivalente	Ensino Primário ou equivalente
01/05/1974	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
06/10/1982	01/01/2008	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/08/1989	31/12/2007	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/01/1999	01/01/1999	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
17/02/1998	01/03/2006	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/10/1981	19/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
21/07/1984	15/12/2009	Ensino básico ou equivalente - 6.º ano de escolaridade	
19/07/1984	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
27/08/1984	26/07/1991	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
08/10/1982	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
02/05/2018	30/09/2018	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
16/06/1982	31/12/2009	11.º	Ensino secundário ou equivalente
03/01/1980	30/12/2010	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/01/1976	01/01/1980	Bacharelato ou Licenciatura	Bacharelato ou Licenciatura
01/04/1984	01/03/1987	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
03/06/1985	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
21/05/1990	30/12/2009	Licenciatura	Licenciatura
01/08/1976	30/12/2009	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
20/09/1982	01/11/2007	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/06/1984	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
08/10/1988	31/12/2009	Bacharelato ou Licenciatura	Bacharelato ou Licenciatura
28/05/1982	31/12/2009	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/09/1999	31/12/2009	Bacharelato ou Licenciatura	Licenciatura
23/11/1981	31/12/2009	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
02/05/1983	31/12/2010	Ensino primário ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/01/1980	01/01/1999	Ensino secundário ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
02/12/1986	01/01/2015	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
20/07/1984	01/01/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/09/1987	04/01/2010	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
03/01/2000	09/01/2006	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/10/1991	30/04/1993	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente

10/01/1982	01/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/01/1982	01/01/2007	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/10/1982	18/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
19/07/1984	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
26/05/1986	31/12/2009	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/08/1990	01/01/1993	Licenciatura	Licenciatura
01/07/1998	01/01/2003	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
17/10/1982	30/12/2010	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
18/11/1982	31/12/2010	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
03/11/1984	31/12/2009	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
08/10/1981	30/09/2008	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
01/01/1980	01/01/1983	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
10/10/1983	02/12/1988	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/04/1986	31/12/2019	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
22/03/1986	01/01/2010	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente
02/02/1982	31/12/2009	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/07/1980	31/12/2009	Bacharelato ou Licenciatura	Bacharelato ou Licenciatura
01/01/1982	30/01/1989	Ensino secundário ou equivalente	Bacharelato ou Licenciatura
01/06/2007	12/09/2008	Licenciatura	Licenciatura
07/05/1990	30/11/1999	Bacharelato ou Licenciatura	Bacharelato ou Licenciatura
01/01/2000	01/07/2005	Ensino básico ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
01/01/1981	31/12/2008	Ensino primário ou equivalente	Ensino Primário ou equivalente
01/01/2022	01/01/2022	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
10/11/1982	31/12/2009	Ensino secundário ou equivalente	Ensino secundário ou equivalente
10/07/1989	31/12/2009	8 ano	8 ano
02/06/1986	30/12/1999	Ensino básico ou equivalente	Ensino Básico ou equivalente

Funções que exerceu na e Situação Profissional	Atual	Possui documentação sob	Em caso afirmativo, em qu
Operaria fabril	Ativo	Talvez	Papel, Fotográfico
Supervisor de Manutençã	Aposentado	Talvez	Papel, Fotográfico
Operário especializado e c	Aposentado	Não	
Operário	Aposentado	Sim	Papel
Operário e Chefia Intermé	Ativo	Não	
Técnico de Produção (con	Ativo	Sim	Papel
Chefia intermédia e Direçã	Aposentado	Sim	Papel, Fotográfico
Operário	Ativo	Não	
Operário	Ativo	Não	
Operário	Ativo	Não	
Chefia Intermédia, Direçã	Aposentado	Sim	Papel
Operária	Aposentado	Talvez	Papel
valente - 12.º ano de escol	Aposentado	Não	
Operador de produção	Ativo	Sim	Papel
Operaria	Ativo	Sim	Papel
Produção	Ativo	Sim	Papel
Airbags e linha de fechos	Ativo	Não	
Escriturário, Comprador In	Ativo	Talvez	Papel, Informático
Quality systems engineer	Ativo	Não	
Controlador de processo	Ativo	Não	
Produção	Desempregado	Talvez	Papel
Controlo da Qualidade	Ativo	Sim	Papel
Técnico de Manutenção	Aposentado	Não	
Área Adm istrativa	Aposentado	Não	
Chefe de Turno	Desempregado	Talvez	Informático
Operário de produção	Ativo	Não	
Operária fabril	Ativo	Não	
Soldador	Desempregado	Não	
Produção, Laboratório de /	Aposentado	Sim	Papel, Fotográfico, Inform
Operario/ chefia nivel IV	Ativo	Talvez	Papel, Fotográfico, Inform
Operario espec. producao	Ativo	Sim	Papel, Informático
Chefe de equipa	Ativo	Não	
Produção, Armazém (carg	Desempregado	Não	
Trabalhador produção	Ativo	Não	
Operário, Coordenador, Si	Ativo	Não	
Tecnico de Compras	Aposentado	Não	
Supervisor Geral Produçã	Aposentado	Não	
nte - 9.º ano de escolaridac	Ativo	Não	
Técnico de Metrologia	Ativo	Sim	Papel
Finance Analyst; Finance	Ativo	Talvez	Papel
Supervisor Geral de Produ	Aposentado	Não	
Operária fabril	Aposentado	Não	
Escriturária	Ativo	Não	
a Universitária	Ativo	Talvez	Papel
Manutenção Eletricista	Aposentado	Talvez	Papel
Engenheiro de produção d	Ativo	Não	
operário especialista de m.	Aposentado	Não	
Operário	Aposentado	Talvez	Papel, Áudio-visual
Inspector no Controlo de C	Desempregado	Talvez	Fotográfico, Informático
Coordenador do Controle l	Aposentado	Não	
Operário de produção.	Ativo	Sim	Papel
Operário/ controlador do pi	Aposentado	Talvez	Informático
Produção de airbags	Ativo	Talvez	Papel
Operário Fabril (Volantes)	Ativo	Não	

tecnico de travoes, e de inj	Aposentado	Sim	Papel, Fotográfico
Trabalhador fabril	Aposentado	Não	
Operário Fabril, Analista, T	Aposentado	Sim	Informático
Operador especializado, T	Aposentado	Talvez	Informático
Operador de prensas de in	Desempregado		
	Ativo		
Aibags perfis e apoios	Ativo	Não	
Operador	Aposentado	Não	
Supervisor Controle de Pr	Ativo	Talvez	Papel, Informático
Produção	Ativo	Talvez	Papel, Fotográfico
Chefe de turno	Aposentado	Não	
valente - 12.º ano de escolaridade			
Produção, controlo proces:	Ativo	Talvez	Papel
Operário fabril	Desempregado	Não	
Operário Fabril	Ativo	Sim	Papel
Analista Química/Secretári	Aposentado	Talvez	Papel
Supervisor de Produção	Aposentado	Talvez	Papel
Traffic Supervisor	Ativo	Não	
Estagiária departamento q	Ativo	Não	
Engenheiro de Processo	Ativo	Não	
operador de air bags	Ativo	Sim	Informático
Produção e fogueiro	Aposentado	Talvez	Papel
Técnico de Produção (con	Ativo	Não	
Fiel de Armazém, controla	Aposentado	Não	
Operario Fabril - fabrico de	Ativo	Não	
nte - 6.º ano de escolaridac	Aposentado	Não	